

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ALINE FERREIRA RODRIGUES

**OS COLEGIADOS ESCOLARES E O DISCURSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: A
SITUAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE MINAS
GERAIS**

JUIZ DE FORA

2018

ALINE FERREIRA RODRIGUES

**OS COLEGIADOS ESCOLARES E O DISCURSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: A
SITUAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE MINAS
GERAIS**

Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para a obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alexsandra Zanetti

JUIZ DE FORA

2018

ALINE FERREIRA RODRIGUES

OS COLEGIADOS ESCOLARES E O DISCURSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: a
participação em uma escola estadual de Minas Gerais

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a. Aleksandra Zanetti
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr^a Rafaela Reis Azevedo de Oliveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr^a Luciana da Silva de Oliveira
Membro Titular Externo

Juiz de Fora, 19 de Outubro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Acredito que uma realização de cunho acadêmico, apesar de protagonizar alguns nomes, exige uma cooperação de agentes muito maiores do que realmente aparenta as congratulações. Sendo assim, este trabalho é fruto, essencialmente, de uma grande equipe de amparo que, felizmente, tenho a felicidade de possuir. Por isso, teço agradecimentos a Deus e a fé que Ele cultivou em mim ao longo dos anos. De acordo com esta, acredito que todos os desafios são passíveis de serem superados, e, se não forem, ao menos eles se constituem em pontos de aprendizagem e aprimoramento de minha sabedoria.

É necessário também agradecer aos meus pais, Paulo e Valdenita, que sempre investiram em minha vida escolar pública, sempre me incentivaram a cada nota conquistada, a cada concurso em que logrei sucesso e em cada prova vencida.

Agradeço ainda à minha irmã, Kamilla, pois sua admiração por mim, seu interesse pela minha vida acadêmica e a apropriação que ela faz de meus momentos de sucesso como se fossem próprios dela, são fatores que me movem a construir decisões que se tornem bons exemplos para a sua vida.

Faz-se imprescindível dar o devido espaço nestes agradecimentos ao Leonardo, que hoje me apoia nessa vida de estudos que escolhi para a minha vida. Um amor antigo que Deus achou por bem nos separar por 10 anos, porém, que, por seus misteriosos planos, nos uniu novamente para juntos termos uma vida mais completa. Obrigada, meu amor, por aceitar tantos “não posso” e “tenho que ir estudar”, de maneira tão doce e suave. Saber que ele está bem com a minha carreira me motiva a dedicar cada vez mais ao trabalho acadêmico. Estendo esses agradecimentos aos demais familiares, que compreenderam as ausências nos momentos de confraternizações e partilha.

No transcurso de minha aprendizagem acadêmica no PPGP sou muito grata a todos os professores que compartilharam comigo sua imensa sabedoria e trilharam junto a mim um percurso ideal de uma boa gestão pública.

Aos agentes que tornam fluido o nosso fazer na faculdade, os assistentes de suporte acadêmico do Núcleo de Dissertação do Mestrado do Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação do CAEd/UFJF, dentre eles Daniel Eveling e Mayanna. Especialmente agradeço à Mayanna Auxiliadora Martins Santos, pessoa que para mim é mostra real de humildade e inteligência, pois com dedicação e espírito de doação soube me conduzir nas ideias, linhas de raciocínio, formatos e estruturas ideais de uma boa escrita acadêmica.

Aos colegas da turma de 2016 do mestrado, que partilharam tanto dificuldades como as várias maneiras de superá-las, que foram gentis no trato comigo e que, em vários momentos longe da família, foram os alicerces mais consistentes que eu possuí.

Aos servidores da Superintendência Regional de Ensino e da escola estadual de qual faço parte, que gentilmente souberam colaborar com o trabalho que hora se apresenta.

Enfim, ao Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação do CAEd/UFJF e sua parceira Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, compromisso que oportunizou a possibilidade da realização de um antigo sonho, não só meu, mas de toda minha família: o mestrado.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão tem o objetivo de analisar possíveis fatores que dificultam a participação da comunidade escolar nas decisões em uma escola estadual mineira, principalmente quando analisamos o seu colegiado escolar e refletimos porque um órgão de decisão partilhada nem sempre está colaborando para a articulação de uma gestão participativa. Fazemos, primeiramente, uma descrição do cenário e o funcionamento do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca, referenciando sua caracterização no contexto macro dos órgãos colegiados com base no princípio da gestão democrática da Constituição Federal de 1988, no estabelecimento de uma gestão democrática na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2001/2014, bem como em outros marcos legais mineiros, como a Lei nº 7.109 de 31 de outubro de 1977, o Decreto nº 41.271 de 27 de setembro de 2000. A situação da participação e sua relação com a gestão da E.E. Nuvem Branca foi explorada por meio de questionários aplicados e, examinados com o olhar voltado para o contexto mineiro geral e o que a legislação regula sobre a gestão democrática e o funcionamento dos colegiados escolares. Por meio de uma pesquisa qualitativa, fizemos o levantamento de dados documentais (registros de reuniões, atas do colegiado escolar), estudos bibliográficos e pesquisa de campo. Nossa metodologia analisa a atuação dos membros deste Colegiado e as percepções destes com relação à gestão escolar, dentro da perspectiva de que suas ações e/ou ausências são impactantes nas relações escolares como promoção da participação e da gestão democrática da Escola Estadual Nuvem Branca. Apoiamo-nos em autores como Paro (1992; 2008a; 2008b) no que tange sua abordagem sobre democracia na escola pública, Dallari (1984) em seus conceitos de participação, mobilização e política e Luck (2000; 2009) e sua compreensão sobre os efeitos de uma gestão escolar nas ações que reflitam uma democracia ideal. Compreendemos, assim, que a análise da realidade dos atores sociais a partir de seu contexto, suas perspectivas e suas falas nos ofereceu elementos para afirmar que a comunidade não atua de maneira mobilizadora e efetiva na partilha das decisões que envolvem a dinâmica escolar como um todo. Desenvolvemos uma análise a partir da ótica da gestão democrática com participação e mobilização social e com isso, realizamos uma proposta de ação, de acordo com a ferramenta 5W2H. Nela buscamos planejar o trabalho voltado para o monitoramento das ações do Colegiado Escolar e das reuniões outras que envolvam a comunidade escolar. A meta desse plano de ação é formar uma reconfiguração desses encontros nos quais os participantes tenham oportunidade de conhecer maiores canais de conhecimento deste órgão colegiado e a possibilidade de qualificar suas ações voltadas a um desempenho coletivo que promova melhorias no processo educativo e participativo da instituição.

Palavras-Chave: Colegiado Escolar. Gestão Democrática. Participação.

ABSTRACT

The present dissertation was developed under the Professional Master in Management and Evaluation of Education of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The management case has the objective of analyzing possible factors that make it difficult for the school community to participate in decisions in a state school in Minas Gerais, especially when we analyze their school collegiate and reflect why a shared decision-making body is not always collaborating to articulate a participative management. We first describe the scenario and the functioning of the Collegiate School of the Nuvem Branca State School, referring to its characterization in the macro context of the collegiate bodies based on the principle of democratic management of the Federal Constitution of 1988, in the establishment of democratic management in the Law 1996, and in the National Education Plan of 2001/2014, as well as in other mining legal frameworks, such as Law nº 7,109 of October 31, 1977, Decree nº. 41.271 of September 27, 2000. The situation of participation and its relation to the management of Nuvem Branca State School was explored through questionnaires applied, and examined with the focus on the general mining context and what the legislation regulates on the democratic management and the functioning of school collegiate. Through qualitative research, we collected documentary data (records of meetings, school records), bibliographic studies and field research. Our methodology analyzes the performance of members of this Collegiate and their perceptions regarding school management, within the perspective that their actions and / or absences are impacting on school relations as promotion of participation and democratic management of the Nuvem Branca State School. We support such authors as Paro (1992, 2008a, 2008b) regarding their approach to democracy in the public school, Dallari (1984) in their concepts of participation, mobilization and politics and Luck (2000); effects of school management on actions that reflect an ideal democracy. Thus, we understand that the analysis of the reality of the social actors from their context, their perspectives and their speech has offered us elements to affirm that the community does not act in a mobilizing and effective way in the sharing of the decisions that involve the school dynamics as a whole. We developed an analysis from the perspective of democratic management with participation and social mobilization and with this, we made a proposal of action, according to the tool 5W2H. In it we seek to plan the work directed to the monitoring of the actions of the School Collegiate and the other meetings that involve the school community. The goal of this action plan is to form a reconfiguration of these meetings in which the participants have the opportunity to know more channels of knowledge of this collegiate body and the possibility of qualifying their actions aimed at a collective performance that promotes improvements in the educational and participative process of the institution.

Keywords: School Collegiate. Democratic management. Participation.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Frequência em que são realizadas as Reuniões do Colegiado Escolar..... 76
- Gráfico 2 – Como a Comunidade Escolar [não-membros] se declara participante 77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Princípios legais da gestão democrática.....	20
Quadro 2 – Os Colegiados Escolares na Legislação Mineira	24
Quadro 3 – Composição dos Servidores da E.E. Nuvem Branca	33
Quadro 4 – Segmentos/número/representação de um CE em Minas e do CE da E.E. Nuvem Branca.....	38
Quadro 5 – Das etapas da pesquisa qualitativa no Estudo de Caso	51
Quadro 6 – Segmento dos membros da Comunidade Escolar da E.E. Nuvem Branca, respondentes ao Questionário.....	57
Quadro 7 – Tipos de participação política, baseado na obra de Dalmo de Abreu Dallari	60
Quadro 8 – Fatores internos e externos à escola que determinam a mobilização social/gestão democrática participativa	62
Quadro 9 – Motivos de não-participação e possíveis ações.....	86
Quadro 10 – Análises e Ações Propositivas para o PAE	90
Quadro 11 – Construção de Formulários <i>online</i>	91
Quadro 12 – Reuniões Escolares específicas sobre o tema Colegiado Escolar	92
Quadro 13 – Rotina de Estudos Periódicos	93
Quadro 14 – Sondagem de Interesses e Disponibilidades.....	94
Quadro 15 – Momentos Culturais junto ao Colegiado Escolar.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de unidades de ensino e Quantitativo de Membros no CE.....	35
Tabela 2 – Relação do número de participações registradas nas Atas de Reuniões do CE da EE Nuvem Branca 2014-2015	44
Tabela 3 – Conhecimento dos documentos normativos da escola pelos membros do..	69
Tabela 4 – Nível de concordância sobre Documentações Escolares pertinentes à dinâmica do CE / atores não pertencentes ao CE.....	70
Tabela 5 – Nível de concordância da necessidade de orientar os membros do CE sobre os Documentos na percepção das Analistas do CE na SRE.....	73
Tabela 6 – Declaração da participação nas reuniões do CE.....	79
Tabela 7 – Motivos da Não-Participação dos membros em Reuniões Colegiadas	80
Tabela 8 – Porcentagem de atores escolares que consideram que a gestão da escola é democrática e participativa	81
Tabela 9 – Porcentagem de atores escolares que convocam a Comunidade Escolar para Reuniões	83

LISTA DE ABREVIATURAS

ANE	Analista Educacional
APM	Associação de Pais e Mestres
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CE	Colegiado Escolar
CF	Constituição Federal
EENB	Escola Estadual Nuvem Branca
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
ONG	Organizações Não Governamentais
PAE	Plano de Ação Educacional
PEE	Plano Estadual de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RDA	Recurso Diretamente Arrecadado
SEE	Secretaria de Estado de Educação
SICOL	Sistema de Colegiado Escolar
SRE	Superintendência Regional de Ensino
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO: BASES PARA O CONHECIMENTO DOS COLEGIADOS ESCOLARES	16
1.1 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E A CONSTITUIÇÃO DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA	17
1.2 O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS COLEGIADOS ESCOLARES	22
1.3 O FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO ESCOLAR: COMPETÊNCIAS E DIRETRIZES PARA OS COLEGIADOS MINEIROS	27
1.3.1 Caracterização dos Colegiados Escolares Estaduais: processos de acesso e participação	29
1.4 O COLEGIADO DA ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA	31
1.4.1 O perfil dos membros do Colegiado Escolar	37
1.4.2 Reuniões dos membros do Colegiado Escolar	40
1.5 SÍNTESE DO CASO	46
2 O COLEGIADO ESCOLAR E O DISCURSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA	48
2.1 METODOLOGIA DE PESQUISA	48
2.2 OLHARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO	59
2.3 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA	65
2.3.1 Os encontros colegiados pró-forma: percepções da comunidade escolar	67
2.3.2 A Participação da Comunidade Escolar	75
2.3.3 Gestão Democrática e Mobilização na E.E. Nuvem Branca	81
2.4 SÍNTESE DO CASO DE GESTÃO	84
3 PLANO DE AÇÃO PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DO COLEGIADO ESCOLAR JUNTO À COMUNIDADE DA ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA	87
3.1 AÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA A CONSTRUÇÃO DO PAE	88
3.1.1 Construir ferramentas online, do tipo formulários Google, que possam identificar os interesses da comunidade.	90
3.1.2 Analisar o nível de conhecimento em detalhes sobre as ações colegiadas que são realizadas no interior da escola, através de reuniões específicas para esse objetivo	92
3.1.3 Estudos periódicos acerca da legislação referentes ao CE, bem como dos documentos escolares que são de execução, validação e aprovação de sua responsabilidade	93

3.1.4	Criar enquetes para a sondagem dos melhores dias e horários para a realização das reuniões	94
3.1.5	Criar encontros colegiados que sejam inseridos em momentos culturais: café da manhã com a diretora, tarde cultural, almoço em dias de sábado com a família.	95
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS.....	100

INTRODUÇÃO

O caso de gestão apresentado, nessa pesquisa, discute os fatores que dificultam a participação da comunidade no colegiado escolar da Escola Estadual Nuvem Branca¹, localizada em uma cidade do interior de Minas Gerais. Para tanto, analisamos a atuação dos membros deste Colegiado e suas relações escolares como um elemento importante para a promoção da participação e gestão democrática da Escola Estadual Nuvem Branca.

No final da década de 1980, em meio ao contexto da Assembleia Nacional Constituinte (BITTAR, 2012) houve relevante processo de discussão sobre os direitos sociais e a necessidade da transformação do país em potência mundial. Assim, diferentes segmentos da sociedade brasileira mobilizaram em torno da promulgação da nova Constituição (em 1988). Essa lei respalda a responsabilidade do Estado para a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito, tido como direito social público subjetivo. Esse avanço refletiu nas principais mudanças na forma de participação dentro das escolas públicas, em especial, na construção de políticas educacionais de relevada importância para a educação pública no Brasil.

Entendemos, dessa maneira, o princípio da gestão democrática no Brasil consolidando-se na constituinte de 1988, como resultado de lutas e movimentos populares e sindicais pela instauração de um Estado mais transparente e com caráter mais participativo (ADRIÃO; CAMARGO, 2007). Assim, as práticas sociais democratizantes que permearam o cenário nacional incluíram os Conselhos no rol das instâncias de gestão coletiva, movimento inclusive perpassado na gestão no interior das escolas. Cabe destacar que anteriormente a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) já havia referência aos Conselhos de Escola como integrantes das políticas públicas para a educação em Minas Gerais. Isso provém de existir no final da década de 1970, por ocasião da definição do Estatuto do Magistério e, nos artigos nº 139 e nº140 da Lei nº 7.109 de 13 de out. de 1977, a definição da instância colegiada como órgão de decisão soberana na definição dos planos pedagógicos escolares (MINAS GERAIS, 1977). A partir desse marco legal identificamos a construção da ideia sobre uma gestão escolar democrática de maneira ampliada no cenário educacional, tanto que as relações dos membros da comunidade escolar foram redimensionadas no processo de tomada de decisões.

¹Informamos ao leitor que para o desenvolvimento da pesquisa usamos um nome fictício para a escola pesquisada. Tal opção ocorreu com intuito de preservar a identidade dos sujeitos de pesquisa.

Desde a década de 1980, em Minas Gerais, esse redimensionamento foi proporcionado pela implementação dos Colegiados Escolares, através da Resolução nº 4.787, de 28 de outubro de 1983, marco que definiu os Colegiados escolares como órgão representativo de toda a Comunidade que permeia a escola, e que assume funções deliberativas e consultivas nas práticas de natureza financeira, pedagógica, de pessoal e administrativo-burocrática (MINAS GERAIS, 1983).

Cabe ressaltar que em Minas Gerais os membros são eleitos através de voto, basicamente, para um mandato de três anos e passam a responder junto com a gestão, oficialmente, pelos resultados e tomadas de decisão que afetam a escola.

No entanto, o Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca não profere práticas coletivas de decisão colegiada, se mantendo alheio à centralidade das ações administrativas e pedagógicas materializadas pela gestão. Desta forma, a questão que suscita esta pesquisa é: Quais fatores dificultam a participação do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca de Araguari-MG nos processos consultivos e deliberativos da gestão escolar?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender os fatores que dificultam a participação da comunidade no colegiado escolar. Temos como hipótese de pesquisa o fato de que a situação participativa dos membros do Colegiado Escolar é reflexo das ações da gestão escolar. Para atingirmos esse objetivo geral e confirmarmos [ou não] a hipótese temos os seguintes objetivos específicos:

1. Descrever o cenário e o funcionamento do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca, referenciando sua caracterização no contexto macro dos órgãos colegiados;
2. Analisar a atuação dos membros deste Colegiado e suas relações escolares como promoção da participação e gestão democrática da Escola Estadual Nuvem Branca;
3. Propor um Plano de Ação que busque afetar positivamente na prática democrática de participação, onde as relações administrativas, pedagógicas, ocorram de maneira consciente politicamente e efetiva como mecanismo de fomento da gestão democrática;

O interesse em pesquisar esse tema surgiu de minhas percepções nas quais identificava a baixa participação dos membros do colegiado nas decisões escolares e de gestão. Isso ocasiona em nosso entender, a impossibilidade de reuniões participativas ou que envolvesse um trabalho orgânico de corresponsabilização dos atores escolares sobre as decisões de gestão.

Nossa pesquisa é estruturada em três capítulos. O primeiro apresenta a trajetória histórica da proposição da gestão democrática no Brasil, no qual destacamos documentos oficiais como a legislação mineira de 1970, a Lei de Diretrizes e Bases de 1971, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, os Planos Nacionais da Educação (2001-2011 e 2014-2024) (BRASIL, 1971, 1988, 1996, 2001, 2014) para identificarmos como o princípio da democratização da gestão pública está inserido no histórico de criação das instâncias de gestão compartilhada para os fins de fomento à participação e coletividades nas decisões.

Além do cenário nacional, destacamos ainda neste primeiro capítulo o contexto mineiro de democratização, com o destaque para a Resolução nº 2.254, de 26 de fevereiro de 2014 e a Resolução nº 2.958, de 19 de abril de 2016 (MINAS GERAIS, 2014a, 2016), bem como na descrição do campo de pesquisa elencado e suas relações com os princípios fundamentais dos Colegiados Escolares. Para tanto, nossa metodologia de pesquisa qualitativa levantou e analisou dados que envolvessem o sujeito, no caso, os membros da comunidade escolar e do colegiado, diretamente com os procedimentos evidenciados nos documentos oficiais internos da escola e as práticas registradas em atas de reuniões.

A pesquisa qualitativa realizada está composta também de um segundo capítulo onde é tratada a análise dos dados com o uso de questionários e entrevistas, que são explicados e delineados no bojo do capítulo 2, bem como a pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de trazer elementos para a reflexão dos problemas apresentados no caso. Utilizamos também do devido suporte teórico que nos auxiliou na análise dos dados produzidos à luz dos autores elencados para suporte teórico da pesquisa.

O capítulo 3 deste trabalho se dedicou ao desenvolvimento de um Plano de Ação Educacional (PAE), com ações promotoras de melhoria das ações do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca. Este plano foi construído para ser interventivo e baseado nas análises das respostas apresentadas no capítulo 2, bem como nos resultados estudados mediante as percepções da Comunidade Escolar acerca da participação no Colegiado Escolar e a atuação deste em ações compartilhadas com a gestão escolar.

Enfim, no capítulo 3 delineamos o desenvolvimento de nossa pesquisa a partir das variáveis da gestão democrática com participação e mobilização social e partir disso, realizamos cinco propostas de ações baseadas no uso da ferramenta 5W2H. Com ela desenhamos essas 5 estratégias por meio de um trabalho voltado para o monitoramento das ações do Colegiado Escolar e das reuniões outras que envolvam a comunidade escolar e as decisões da gestão.

1 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO: BASES PARA O CONHECIMENTO DOS COLEGIADOS ESCOLARES

O presente capítulo apresenta a caracterização do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca, bem como a contextualização do colegiado da rede estadual de Minas Gerais e sua base legal no Brasil. Partimos da concepção de que a caracterização e a análise da relevância dos conselhos escolares para a gestão democrática sugerem compreender que esse tipo de gestão exige a participação da sociedade, ou seja, suscita nas formas de atuação de alunos, pais, servidores escolares e comunidade a possibilidade da abertura política e decisões coletivas no interior do espaço comum.

De acordo com Dallari (1984), a participação social é forma pela qual os sujeitos políticos se apropriam dos mecanismos de decisão que refletem direta ou indiretamente nos seus modos de viver, ser e estar no mundo. Essas formas de decisão, quanto mais compartilhadas por uma gama representativa abrangente das diferentes classes, mais poderão efetivar decisões que beneficiem eficientemente a maioria da população.

Para tanto, o capítulo está organizado em cinco seções, que descrevem a estrutura e funcionamento do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca, na articulação de suas relações com conceitos que produzam uma reflexão tanto sobre as legislações que regulamentam a gestão democrática escolar, bem como a representação em instâncias institucionalizadas definidas para a efetivação da prática democrática de gestão.

Nas subseções deste capítulo descrevemos as características dos membros do colegiado e o perfil de suas deliberações (registros das atas de reuniões), de maneira a contribuir para a construção de uma argumentação acerca das materialidades encontradas nas reuniões dos membros do Colegiado da referida escola, fator que nos possibilitará embasar nossa reflexão no aspecto da investigação dos motivos para a não participação, dentro de uma reflexão em que participar significa efetivamente propor mudanças e criar condições de diálogo que considere a amplitude de problemas da escola.

Para tanto, apresentamos neste capítulo a descrição das normatizações nacionais e estaduais da estrutura e funcionamento dos Conselhos Escolares. Neste aspecto, em nível nacional, utilizaremos Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 e 1996, os Planos Nacionais de Educação 2001-2011 e de 2014-2024 (BRASIL, 1971, 1988, 1996, 2010, 2014). No que se refere à estrutura e funcionamento dos Colegiados Escolares em Minas Gerais abordamos as

Resoluções nº 4.787/1983, nº 2.254/2014 e nº 2.958/2016 (MINAS GERAIS, 1983, 2014, 2016).

Na subseção 1.4, fizemos a descrição da escola pesquisada, dando ênfase ao seu Colegiado Escolar, caracterizando seus membros e seus encontros de maneira a elucidar as formas de participação destes em colaboração, ou empecilho para a garantia de uma gestão democrática.

1.1 Participação política e a constituição de uma gestão democrática

Conforme Dallari (1984, p.92), existem duas formas legítimas de atuação política: participação formal como “(...) prática de formalidades que só afetam aspectos secundários do processo político” e participação real que o autor define como “(...) aquela que influi de algum modo nas decisões políticas fundamentais”.

Ao afirmarmos que a participação na esfera escolar se configura nas formas real e formal, trabalhamos em diálogo com textos de Paro (1992; 2008a; 2008b), pois o mesmo refere-se à participação no interior na escola como uma ação fundamental para a democratização da gestão, para além do aparato que a regula de forma legal, ou seja,

[...] é importante que todos aqueles interessados na democratização da escola pública, além de pressionarem os parlamentares para regulamentarem de fato o princípio constitucional, envidem esforços na elaboração de um projeto de regulamentação que realmente expresse os interesses democráticos. (PARO, 1992, p.75)

Compreendemos que os interesses democráticos são aqueles que elevam a condição de indivíduo com interesses particulares à categoria de sujeito social que pensa em benefício coletivo (DALLARI, 1984), e nesse movimento propõe ações e atividades que, diante de uma realidade política legalmente democratizada, em que é fato a necessidade da transparência com as questões públicas, esse sujeito possa encontrar canais de expressão dessa participação.

Falamos então que quando estamos imersos numa sociedade na qual já nos deparamos com uma “a gestão contemporânea [que] impõe novos campos de articulação e de consulta.” (CURY, 2007, p.494), estamos afirmando que membros com funções sociais específicas, como por exemplo, membros de Colegiados Escolares, possuem a referência para a sua comunidade de representantes que estão agindo em prol de realizações e melhorias sociais comuns a todos os partícipes dessa comunidade.

Assim, é dentro desta perspectiva que construímos nossa pesquisa, ou seja, amparados na questão da necessidade de discutir as possibilidades e os limites legais, conceituais e práticos que fazem referência à efetivação do Colegiado Escolar como um instrumento de gestão democrática e participativa.

Para tanto, faz-se necessário apresentar as características de uma gestão democrática e participativa, como seus ideais foram inseridos no contexto escolar até chegar ao diagnóstico de um órgão colegiado, como o Colegiado Escolar, como uma das possibilidades de se efetivar a participação social nas escolas.

Anteriormente a esse processo de democratização, faz-se importante lembrar que a situação democrática brasileira foi fruto de uma mobilização em torno da participação popular na política, movimento exteriorizado para as instâncias públicas, inclusive para as escolas. Em décadas anteriores à constituinte, temos

[...] a transição democrática no país se fez em um processo de consolidação gradual de aparatos institucionais da representação da política e de participação da sociedade civil na esfera pública. Iniciado a partir da década de 1970, este processo pode ser categorizado como uma distensão do regime autoritário para uma emancipação de direitos sociais e políticos. (SANTOS, 2011, p.1)

Essa emancipação de direitos teve sua culminância na publicação da Constituição de 1988, porém, antes disso, temos um movimento pela escola pública que já caminhava no Brasil desde a década de 1960, com moldes industriais pela busca do avanço do capitalismo (LIBÂNEO, 1985), para a formação de indivíduos capacitados ao mercado. Em 1970 há um grupo de educadores mais voltados para a tendência da Escola Nova, onde mais do que formação para o mercado, e educação, e não a escolarização por si só, poderia vir atrelada à transformação social e formação mais crítica (LIBÂNEO, 1985).

Diante desse movimento, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles: liberdade, gratuidade, obrigatoriedade, igualdade e gestão democrática (BRASIL, 1988). Esses princípios são regulamentados através de leis complementares que especificaremos mais adiante.

Como já citado, no final da década de 1980 houve relevante processo de discussão sobre os direitos sociais e a necessidade da transformação do país em potência mundial. Esses debates foram travados e organizados em torno de uma Assembleia Nacional Constituinte, onde diferentes segmentos da sociedade brasileira mobilizaram em torno da promulgação da Constituição de 1988 (BITTAR, 2012). Com a escrita clara sobre a responsabilidade do

Estado com a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito, a constituinte apregoa essa etapa da escolarização como direito social público subjetivo.

Desta forma, esse avanço legislativo refletiu nas principais mudanças na forma de participação dentro das escolas públicas, em especial, na construção de políticas educacionais de relevada importância para a educação pública no Brasil. Com relação a essa educação, tratamos da gestão democrática, e como ela foi mencionada na Constituinte de 1987-1988 e nas leis que dela derivaram.

No que se refere à gestão democrática no Brasil, percebemos que ela vem alinhada a um contexto de redemocratização de diferentes esferas institucionais, desde a escola pública brasileira até no nível econômico, movimento em que se verifica a transição de um modelo de administração autoritário, que estava sucumbindo em nível de mercado, para uma concepção de maior liberdade econômica, concepção que se foi aderida pela gestão pública brasileira (PAULA, 2003).

Como citamos anteriormente, em meados da década de 1980 movimentos de reorganização do Estado Brasileiro surgiram e, na Carta Magna, uma inovação de proporções consideráveis no campo social foi realizada, conforme destaca Sarlet (2008),

[...] uma posição de destaque sem precedentes no contexto da história constitucional brasileira e, em se lançando um olhar sobre o direito comparado, mesmo em relação a outras ordens constitucionais, certamente não haverá de ser contestado seriamente. Não apenas em termos quantitativos, ou seja, no que diz respeito ao número expressivo de direitos sociais expressa e implicitamente consagrados pela Constituição, mas também em termos qualitativos, considerando especialmente o regime jurídico-constitucional dos direitos sociais, a Assembleia Constituinte de 1988 foi inequivocamente (para alguns em demasia!) amiga dos direitos sociais (SARLET, 2008, p. 164).

Neste sentido, advieram normatizações infraconstitucionais de amparo e necessidade de cumprimento dessas prerrogativas sociais e do direito da Constituição de 1988 que, no tocante à educação, estabeleceu a gestão democrática entre os princípios fundamentais do ensino. Dentre essas normatizações, temos a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996), oito anos depois, que determinou o princípio da gestão democrática e descreveu o conceito e suas funções em cada área da educação básica.

Esta revisão histórica da ideia de gestão democrática também nos leva a pensar nas políticas públicas educacionais que, ao determinarem a gestão democrática como prerrogativa de participação e gestão autônoma da escola, desdobraram-se nas Leis nº 10.172/2001 e nº 13.005/2014 (BRASIL, 2001, 2014), como forma de lançar metas e diretrizes que conduzam

as ações dos atores escolares com ênfase na participação de cada representante de uma classe no interior das escolas nas decisões gerenciais que afetam o fazer coletivo.

Assim, temos no Quadro 1 as especificações legais que citam o princípio² da gestão democrática na educação:

Quadro 1 – Princípios legais da gestão democrática

(continua)

Legislações Nacionais de 1988 a 2014	Itens que Veiculam a Gestão Democrática Escolar
Constituição de 1988	CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO Seção I DA EDUCAÇÃO/ Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996	TÍTULO II Dos Princípios e Fins da Educação Nacional/ Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados de Brasil (2004; 2014; 2016).

² Utilizamos aqui a compreensão de alguns autores sobre o conceito de princípios. Primeiramente Weyne (2005) define que princípios constitucionais são bases conceituais que servem de fundamento jurídico para o ordenamento constitucional, valores primordiais que estabelecem fins a serem perseguidos pelo Estado. No entanto, por se tratar de princípio constitucional programático (FERRARI, 2001) os princípios constitucionais que se referem à valores não produzem seus plenos efeitos com a entrada em vigor da Constituinte, mas eles disciplinam os interesses sociais com a devida realização da justiça social, a existência digna a assistência social e a intervenção do Estado. Como estamos falando no decorrer desta deste primeiro capítulo em princípio da gestão democrática, estamos falando que, como princípio constitucional a gestão democrática não irá impor ao legislador a tarefa de cumpri-lo de pronto, porém, vai requerer uma “[...] política pertinente à satisfação dos fins positivos nela [princípio da gestão democrática] indicados” (SILVA, 2004, p. 87).

Quadro 1 – Princípios legais da gestão democrática

(conclusão)

Legislações Nacionais de 1988 a 2014	Itens que Veiculam a Gestão Democrática Escolar
	Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada à existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.
Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	Meta 19 - Gestão democrática: Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Fonte: Elaboração da autora a partir dos dados de Brasil (2004; 2014; 2016).

Esse contexto de reformas educacionais coaduna com uma tendência de democratização da escola pública brasileira tida por Paro (2008a, 2008b) como saudável, haja vista sua possibilidade de democratizar a própria completude da sociedade. Com a ampliação da autonomia e os modelos de descentralização, o discurso da participação social nas decisões ganhou espaço e a popularização das questões inerentes à gestão democrática no Brasil elevou o empenho para a caracterização da participação efetiva nas questões que afetam a sociedade.

Nos trechos elencados no Quadro 1, percebemos a necessidade de construção de um ambiente escolar mais democrático nas legislações que são base para os sistemas educacionais (percepção apreendida pela utilização dos conceitos de participação, órgãos deliberativos, representação da comunidade, consulta pública, apoio técnico e financeiro e outros). Dessa forma, compreendemos que a política de democratização da gestão escolar incide na organização e materialização de mecanismos de participação, podendo ser um deles o Colegiado Escolar.

As ações gerenciais coletivas, no entanto, conferem uma primordial convocação à participação (DALLARI, 1984), e, segundo os critérios da gestão democrática, é preciso que existam mecanismos e órgãos no interior da escola que efetivem condições de participação de toda a comunidade, que irá integrar e, dependendo do oferecimento de tempos e espaços pela gestão à participação (PARO, 2008a; 2008b) deliberar em prol de objetivos comuns. Nos Colegiados Escolares, em razão de sua constituição e suas normas de funcionamento, estes tempos e espaços são garantidos, pelo menos formalmente, e nele as decisões tem a possibilidade de se aproximarem mais de um interesse comum.

Enfim, para a implementação da gestão democrática, compreendemos que deve haver o exercício pleno e ativo da participação fundamentada, em que a ação constante dos gestores

para colocar em prática debates e oportunidades de deliberação ocorrerá no envolvimento das ações em torno dos Colegiados Escolares, pois estes são espaços pelos quais os atores escolares podem realizar, conforme mencionado anteriormente, sua participação com temas e assuntos pertinentes aos princípios democráticos de uma gestão colegiada.

1.2 O princípio da gestão democrática nos colegiados escolares

Vimos até aqui como o princípio de gestão democrática se coloca na legislação brasileira, e seguiremos avançando no sentido de refletir sobre o debate acerca dos colegiados escolares. Instância escolar de cunho representativo, os Colegiados Escolares (CEs) foram construídos como canal de participação popular no Brasil, desde a década de 1980 com o movimento de redemocratização do país (CURY, 2002) e, em 1988 nossa Constituição Federativa consolidou o caráter social da aplicabilidade dos direitos educacionais ao determinar, em seu art. nº 206, que toda gestão do ensino público deveria ser regida pela égide da gestão democrática.

Pensar a gestão pública do ensino requer refletir sobre o movimento de descentralização da gestão pública da década de 1980 (RISCAL, 2010). Temos então à busca pela participação que remonta à perspectiva da tomada coletiva das decisões que afetam um todo estruturado com uma nova postura de organização administrativa que tem como pressuposto a gestão democrática da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, em seu artigo 14, especificou que os Sistemas de Ensino deveriam se pautar na gestão democrática, por meio da participação da comunidade em Conselhos Escolares (BRASIL, 1996).

Assim, a gestão democrática deveria se consolidar utilizando os Conselhos Escolares como órgãos de viabilização do acompanhamento das ações da gestão pública do ensino. Por isso, os Conselhos Escolares foram definidos no Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, que, em conformidade com seus objetivos, estabelece que as escolas devam “promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de Conselhos Escolares ou órgãos equivalentes” (BRASIL, 2001, s.p.).

Como forma de identificar como o aparato normativo conformou políticas educacionais que conferiram a abertura das decisões escolares à participação coletiva, construímos o Quadro 2. Nele poderemos verificar como as legislações mineiras conferiram características da gestão democrática aos Conselhos Escolares nos períodos que precederam e se seguiram após o marco da Constituição Federativa/88, que, como vimos, foi o aparato

jurídico ao princípio da gestão democrática na administração escolar. O quadro também trará as políticas de Minas Gerais que vieram sendo formuladas com referências de fortalecimento do órgão colegiado e seus membros no interior das escolas.

Neste quadro podemos perceber a sucessiva delimitação das funções do Colegiado Escolar em Minas Gerais. Na última linha do Quadro 2³, temos referência ao Conselho como instância legitimadora da gestão democrática na escola, com a necessária formação e fortalecimento participativo de seus membros, bem como a construção de outras instâncias que, em conjunto com a gestão, tomarão decisões partilhadas de todo processo na escola que envolva o financeiro, as avaliações pedagógicas e resultados educacionais enfim, toda a consulta pública no que se refere ao espaço da escola.

³ Quanto ao Projeto de Lei nº (PL) 2.882/15, que trata do novo Plano Estadual de Educação (PEE) de Minas Gerais, este ainda está em tramitação na Assembleia Legislativa.

Quadro 2 – Os Colegiados Escolares na Legislação Mineira

(continua)

Leis e Decretos	O que a legislação estabelece	Referência aos Colegiados Escolares como espaço de organização coletiva
Lei nº 7.109, de 31 de outubro de 1977.	Institui o Estatuto do Servidor Público de Minas Gerais e cria o colegiado escolar	Art. 1º – A direção do estabelecimento de ensino da rede pública estadual consultará previamente o colegiado escolar quanto à adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e estudantes, no âmbito da escola.
Decreto nº 41.271, de 27 de setembro de 2000	Dispõe sobre o colegiado nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio e dá outras providências.	Art. 2º - O Colegiado é órgão representativo da Comunidade Escolar, com funções de caráter deliberativo e consultivo nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as normas legais. Art. 3º - O Colegiado será composto pelo Diretor e um Vice-Diretor da escola, como membros natos e por representantes de: I - professores, especialistas de educação e demais servidores da escola; II - alunos regularmente matriculados, com idade mínima de 14 (quatorze) anos; III - pais ou responsáveis por alunos regularmente matriculados e frequentes.
Lei nº 18.354, de 26 de agosto de 2009	Determina a participação dos colegiados escolares dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual na situação que especifica e dá outras providências.	Art. 1º – A direção do estabelecimento de ensino da rede pública estadual consultará previamente o colegiado escolar quanto à adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e estudantes, no âmbito da escola. Parágrafo único – O Conselho Tutelar será ouvido se necessária à aplicação de medida de proteção à criança e ao adolescente, nos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011.	Dispõe sobre a organização da secretaria de estado de educação.	Art. 42. A Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Servidores Administrativos e de Certificação Ocupacional tem por finalidade orientar e acompanhar a execução da política de desenvolvimento profissional e do aperfeiçoamento dos servidores e gestores escolares e gerenciar o processo de provimento de cargo em comissão de Diretor e da função de Vice-Diretor de escola estadual, competindo-lhe: [...] IV – orientar a organização e acompanhar a atuação dos Colegiados Escolares;

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 2 – Os Colegiados Escolares na Legislação Mineira

(conclusão)

Leis e Decretos	O que a legislação estabelece	Referência aos Colegiados Escolares como espaço de organização coletiva
Projeto de Lei nº 2.882 de 2015	Aprova o Plano Estadual de Educação, PEE e dá outras providências.	<p>Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, garantindo a autonomia dos conselhos de educação associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico do Estado de Minas Gerais para tanto.</p> <p>19.2 – ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros estaduais e municipais de educação, dos integrantes dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros, bem como aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo, a esses colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;</p> <p>19.4 – estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;</p> <p>19.5 – estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;</p> <p>20.3 – fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de educação e dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração do Ministério da Educação, das Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e dos Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios;</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Nas escolhas das legislações acima, em ordenamento cronológico, podemos perceber que na década de 1970 que a primazia e importância do Colegiado Escolar para a tomada de decisões que competiam à adoção de punições no interior das escolas. Vemos que essa ideia da decisão conjunta permanece no texto legislativo mineiro de 2000, quando a este órgão é estendida seu poder de decisão também para os assuntos de ordem pedagógica e financeira nos espaços escolares. Assim, para a garantia que as decisões coletivas fossem tomadas por profissionais legítimos no cargo e função de membros do colegiado escolar, determina-se em 2011 que uma Diretoria de Gestão do Estado de Minas Gerais organizasse e acompanhasse a atuação dos Colegiados Escolares. Este órgão, segundo ainda as legislações elencadas no Quadro 2, ganha referência estadual ao ser colocado pelo Plano Estadual de Educação de 2015 como agente que assegura a efetivação da gestão democrática de ensino em todo o estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2015).

Desta maneira, o Colegiado Escolar como órgão autônomo e fundamental para a gestão pública das escolas mineiras, o Plano Estadual de Educação também prevê a necessidade de criação de métodos de entrada, organização e funcionamento que sejam condizentes com o tamanho de sua responsabilidade.

Assim, ainda segundo o quadro acima, percebemos que surge a indicação da criação de uma política de formação de programas de formação de conselheiros, tanto estaduais quanto municipais, com o devido apoio técnico e financeiro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) com a colaboração do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Estado de Educação (SEE), Tribunais de Contas da União, Estados e Municípios.

O aprofundamento das questões legislativas levadas em considerações até aqui serve para os fins dessa pesquisa ao elucidar o histórico do Colegiado Escolar como viés democrático em Minas Gerais, para que, possamos refletir sobre as formas de participação no interior da escola, na qual definiremos as ações dos atores sociais no interior deste órgão cumprindo uma finalidade da gestão democrática.

Sendo assim, refletir sobre uma instituição escolar pública nos dias de hoje, moldadas pelos princípios normativos de gestão democrática que vimos nos Quadros 1 e 2, gerida dentro de princípios democráticos nos sujeita a compreender a estrutura e constituição dos organismos coletivos de gestão. Para cumprir com esse objetivo, na seção seguinte, veremos a estrutura atual de um Colegiado Escolar nos municípios mineiros.

1.3 O funcionamento do colegiado escolar: competências e diretrizes para os colegiados mineiros

Na seção anterior distinguimos a constituição dos Conselhos escolares como prerrogativas dos movimentos populares pela redemocratização, surgidos no final da década de 1970 (BRASIL, 2004a). Esse processo ganhou respaldo nas legislações seguintes das décadas de 1980 e 1990, que ampliou, conforme Mendonça (2000) e Paro (2008a, 2008b) os conceitos de Conselho Escolar, gestão democrática, participação e decisões colegiadas.

Nesta seção utilizaremos as resoluções e decretos mineiros após os anos 2000, para descrevermos a estrutura e o funcionamento dos Colegiados Escolares atuais até chegarmos à caracterização do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca.

Assim, ao delinear a trajetória histórica dos textos legais do governo de Minas Gerais, que tratam dos colegiados escolares, percebemos importante evolução normativa no Decreto nº 43.602, de 19 de setembro de 2003 (MINAS GERAIS, 2003). A partir dele, faremos uma descrição da fundamentação legal dos Colegiados Escolares em Minas Gerais, acompanhada da Resolução nº 2.554/2014⁴, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2014a).

Em Minas Gerais, por referência normativa, os Colegiados de Escolas são denominados Colegiados Escolares. Estes possuem a função representativa da comunidade escolar, com funções de caráter deliberativo e consultivo, quando os assuntos tratados se referem à gestão pedagógica, administrativa e financeira da instituição estadual de ensino. Essas duas únicas funções presentes na legislação supracitada são diferenciadas em nível de ação: se as decisões forem relativas às diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras, então o Colegiado Escolar tem função deliberativa. Porém, se as questões encaminhadas ao colegiado forem oriundas dos diversos segmentos da escola, (classe de docentes, discentes, técnicos ou pais de alunos), o Colegiado possui apenas função de caráter consultivo, e não mais deliberativo.

Sua constituição se faz mediante a representação dos segmentos (classe) de profissional em Exercício na Escola, sendo ele professor, especialista de ensino, técnicos ou assistentes de serviços gerais. Outro segmento representado dentro do órgão colegiado é o da comunidade atendida pela escola. Nessa categoria enquadram-se os alunos matriculados no

⁴Legislação que observa, atualmente, as determinações estabelecidas no Decreto nº 43.602, de 19 de setembro de 2003 e na Lei nº 18.354, de 26 de agosto de 2009 (MINAS GERAIS, 2003, 2009), descritas no **Quadro 2** desta pesquisa.

ensino médio, ou alunos maiores de 14 anos, em qualquer nível de escolaridade. Faz parte também da representatividade da comunidade os pais dos alunos que são menores de 14 anos.

A Resolução nº 2.958/2016 delineou a alteração da representatividade no interior das escolas estaduais mineiras. Ela possibilitou que quaisquer entidades ou grupos comunitários pertencentes à territorialidade na qual a escola está inserida pudesse ser um membro efetivo no interior dos Colegiados Escolares mineiros (MINAS GERAIS, 2016). Porém, essas entidades devem ter comprovada atuação na promoção, defesa e garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens.

Em Minas Gerais, todo Colegiado Escolar é presidido pelo diretor da escola e, caso a unidade de ensino não possua um diretor, pelo coordenador de escola ou outra pessoa que responda por essa função. O quantitativo de membros no interior de um Colegiado é definido pela quantidade de alunos existentes e sua representatividade é definida em resolução expedida exclusivamente para a organização dos processos de eleição que antecedem o mandato dos membros, ou seja, a cada processo eletivo há uma nova resolução.

Veremos na seção 1.4 que a composição do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca é submetido à Resolução Estadual nº 2.958/2016, portanto obriga-se a possuir as seguintes competências: elaborar e divulgar o cronograma das reuniões ordinárias, aprovar e acompanhar a execução do Projeto Pedagógico da Escola e Regimento Escolar, acompanhar a evolução dos indicadores educacionais nas avaliações e propor intervenções pedagógicas e medidas educativas, propor parcerias entre escola, pais, comunidade, instituições públicas e Organizações Não Governamentais (ONG), propor a utilização dos recursos orçamentários e financeiros da Caixa Escolar (MINAS GERAIS, 2016).

Como vimos anteriormente, as funções do Colegiado Escolar são exercidas nos limites da legislação em vigor. No entanto, por mais que tenhamos diretrizes normativas traçadas pela Secretaria de Educação, a partir do compromisso assumido com a Comunidade Escolar, veremos que o Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca ainda assume outras funções como princípios normativos traçados em seu Regimento Interno.

Na seção a seguir, para fins de um diagnóstico mais consolidado, veremos as formas de ingresso, as condições de permanência e a forma das ações dos Colegiados Escolares estabelecidas legalmente.

1.3.1 Caracterização dos Colegiados Escolares Estaduais: processos de acesso e participação

O processo de constituição de um órgão colegiado escolar em qualquer escola da Rede Estadual mineira se dá por meio de eleição ou recomposição cujos processos explicaremos a seguir. Primeiramente, no processo de eleição, os membros do Colegiado, tanto os titulares como seus suplentes, são provenientes de uma lista de nomes que são indicados pela comunidade escolar para exercerem, um mandato de dois anos e, após a Resolução nº 2.958/2016, três anos sem a possibilidade de prorrogação direta (sem processo de eleição ou recomposição) desse mandato (MINAS GERAIS, 2016).

Sendo assim, quando ocorre do mesmo nome ser membro do Colegiado Escolar por mais de um mandato completo, ocorrerá em decorrência da conquista de número legal de votos válidos em um novo processo de eleição, ou seja, o mandato não poderá ser prorrogado apenas por conveniência ou indicação.

Para a preparação de um novo processo de eleição de colegiado escolar, o colegiado vigente deve sempre escolher um membro da categoria de profissional em exercício para ser o coordenador do processo. Depois dessa escolha, este servidor juntamente com o diretor da escola faz uma convocação para um dia de reunião aberta à comunidade, chamada “Dia D” (MINAS GERAIS, 2014b) para a explicação das fases do processo, com pauta fechada e definida pela Secretaria de Educação para todas as escolas da Rede. Nesta pauta são definidos os seguintes assuntos:

Assuntos a serem discutidos no “Dia D”:

- importância do Colegiado Escolar;
- normas que regulamentam a constituição e o funcionamento dos Colegiados Escolares, Decreto nº 43602 de 19/09/2003, Lei nº18354, de 26 de agosto de 2009, Resolução nº 2554/2014;
- número de membros do Colegiado, de acordo com o Art. 4º da Resolução SEE nº 2554/2014 que deverá constar do Regimento Escolar;
- atuação do Colegiado Escolar na gestão da escola detectando pontos que devem ser aperfeiçoados para o próximo mandato;
- compromisso dos membros do Colegiado Escolar, como representantes de seus pares. (MINAS GERAIS, 2014b, p.6)

Antes de passar o mandato para o novo colegiado eleito, são funções últimas dos membros anteriores: a organização, o planejamento e a divulgação de todo o processo de eleição, bem como realizar a convocação da comunidade para a participação das eleições. Devem também realizar a indicação de mesários e o treinamento para o recebimento,

escrutínio e divulgação dos resultados. No processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar podem candidatar-se:

[...] o Profissional em Exercício na Escola: o Professor de Educação Básica regente de turmas e de aulas; o Professor de Educação Básica ou Especialista em Educação Básica exercendo outras funções, Especialista em Educação Básica e demais servidores das outras carreiras. Comunidade Atendida pela Escola: o aluno regularmente matriculado e frequente no Ensino Médio e aluno de qualquer nível de ensino com idade igual ou superior a 14 anos; [...] o pai ou responsável por aluno com idade inferior a 14 anos regularmente matriculado e frequente no ensino fundamental. (MINAS GERAIS, 2014b, p.10-11)

No dia da eleição, o processo de votação é realizado nas próprias escolas, que ficam abertas das 07h00 às 17h00, se a escola atender a comunidade, nos dias de aulas, nos turnos matutino e vespertino. Caso a escola, em dias normais, ofereça atendimento à comunidade nos três turnos, então, no dia da eleição, ela deverá realizar o processo das 07h00 às 20h00, sempre em um dia de sábado, reservado no calendário escolar para essa finalidade. O voto é secreto e não é permitido o voto por procuração.

Após decorrido todo o processo, os candidatos que obtiverem maior número de votos por segmento passarão a compor o Colegiado Escolar como membros titulares e se, por qualquer hipótese houver a anulação da eleição, o coordenador deverá, obrigatoriamente, convocar novas eleições respeitadas todas as normatizações seguidas na primeira vez (MINAS GERAIS, 2014b).

Como citado no início desta seção, também temos a obtenção da função de membro de CE através de processo recomposição, isto é, a legislação mineira prevê, por ação normativa de suas resoluções, a organização e funcionamento dos Colegiados Escolares em Minas Gerais, onde os candidatos que são indicados pela comunidade para participar do processo de eleição serão todos votados somente dentro de seus segmentos representativos. Desta forma, cada segmento tem seus membros titulares, suplentes e integrantes de uma listagem prevista de recomposição.

Quando ocorre a impossibilidade da atuação do membro titular (por desligamento do vínculo com a escola que originou sua condição de participar do processo de eleição, por faltar a mais de 03 reuniões convocadas ou até mesmo pelo pedido de destituição) seu suplente é colocado para exercer as funções da titularidade do cargo e esse processo é convocatório.

Na ocasião deste membro, agora titular, mas que antes exercia suplência, também ser desligado da função titular que ora lhe foi atribuída, o candidato mais votado no processo de eleição, porém fora das vagas, foi colocado em uma Listagem de Recomposição, e daí este será convocado a exercer as funções de titularidade que antes foram, em seu segmento, assumidos pelo membro titular e depois por seu suplente imediato.

Há ainda situações em que não há quantidade o suficiente de membros votados para exercer à função de suplência acrescidas da inexistência de membros na listagem de recomposição. Sendo assim, nestes casos, há a necessidade de organização de um processo de eleição somente para o segmento faltoso. Essa eleição pode seguir os procedimentos gerais de eleição do órgão (com indicação da comunidade de candidatos, composição de comissão de eleição, organização de urnas, cédulas de votação e mesa de escrutínio), ou apenas podem ser realizadas as etapas de indicação dos nomes, reunião em Assembleia Geral e votação por aclamação, ou seja, contagem, no momento, das manifestações da comunidade pelo candidato anunciado.

Todo este processo descrito acima poderá ocorrer em qualquer época do mandato, sempre que houver a precisão, sem a necessidade da provisão prévia no calendário para a sua realização.

Em suma, colocamos que, após eleito, um Colegiado Escolar também pode ser recomposto, isto é, caso haja a desistência de algum membro, ou, por motivo de movimentação escolar o candidato não pertença mais à Comunidade na qual ele foi eleito, ou por não comparecimento às reuniões ordinárias previstas em calendário, poderá haver eleições para a recomposição apenas do segmento que sofrerá da alteração, e não mais uma eleição geral para todas as categorias. Dissemos também que essa recomposição poderá ser feita a qualquer época do ano, sempre que houver a necessidade.

1.4 O colegiado da Escola Estadual Nuvem Branca

Como vimos na seção anterior, os membros do Colegiado Escolar, titulares e suplentes, são escolhidos pelos atores pertencentes à própria comunidade escolar mediante processo de eleição, onde a comunidade apta a votar é a mesma apta a se candidatar: profissional em exercício na escola, pai ou responsável por aluno com idade inferior a 14 anos, matriculado no ensino fundamental, aluno do ensino médio ou com idade igual ou superior a 14 anos e membros de organizações sociais do território da escola o que não aconteceu na cidade da escola pesquisada.

A E. E. Nuvem Branca pertence à rede de 18 escolas estaduais de uma das cidades abrangidas por uma Superintendência Regional. Essa é uma instituição pública que tem por finalidade exercer ações de supervisão técnica, orientação normativa e articulação e integração entre Estado e 9 municípios mineiros. A Escola Estadual alvo de nosso estudo atende 400 alunos distribuídos em 02 turnos sendo matutino e vespertino, em 18 turmas distribuídas da seguinte maneira: 06 turmas de Ensino Fundamental I – anos iniciais; 08 Turmas de Fundamental II – anos finais e 04 Turma de Educação Integral.

Essas turmas funcionam em dois blocos prediais de dois andares cada um, com a utilização de apenas 20 salas de aula para o funcionamento das turmas atuais, e mais de 6 salas permanecem ociosas, sendo utilizadas para fins pedagógicos diversos e inclusive reuniões de colegiado escolar quando a Sala dos Professores está ocupada com atividades de rotina. Todas as áreas citadas possuem considerável e amplo espaço físico, com acessibilidade e visibilidade indicativa com placas de localização.

A escola conta com uma sala de professores, ampla e com três murais de avisos, sendo um local favorável às reuniões que lá ocorrem. Caso o número de participantes das reuniões ultrapasse sua lotação, a escola conta com um amplo refeitório, mesas e cadeiras em quantidade suficiente e uma tela para projeções ou outros recursos visuais.

Quanto aos servidores da escola, temos, segundo o Quadro 3:

Quadro 3 – Composição dos Servidores da E.E. Nuvem Branca

CARGO - FUNÇÃO	NATUREZA DO CARGO	QUANTIDADE
Diretor	Efetivo	01
Vice-Diretor	Contrato Temporário	01
Supervisores Pedagógicos	Efetiva	02
Professores de Língua Portuguesa	Contrato Temporário	03
Professores de Matemática	Contrato Temporário	02
Professores de Ciências	Efetivo	01
Professores de Geografia	Contrato Temporário	01
Professores de Ensino Religioso	Contrato Temporário	01
Professores de Educação Física	Efetivo	01
Professores de Língua Inglesa	Contrato Temporário	01
Professor de História	Efetivo	01
Professor de História	Contrato Temporário	01
Professores de Regência de Turmas de 1º ao 5º ano	Efetivo	04
Professores de Regência de Turmas de 1º ao 5º ano	Contrato Temporário	03
Professoras no Uso da Biblioteca	Efetivo	02
Auxiliares Técnicas da Educação Básica – Secretária	Efetivo	02
Auxiliares Técnicas da Educação Básica – Secretária	Contrato Temporário	02
Ajudantes de Serviços Gerais	Contrato Temporário	07
Professores de Oficinas da Educação Integral	Contrato Temporário	07
Coordenadora Pedagógica	Contrato Temporário	01

Fonte: Elaborado pela autora com base em Escola Estadual Nuvem Branca (2016).

As reuniões do Colegiado Escolar podem ocorrer por convocação de três formas: pelo presidente do CE; por, no mínimo, dois terços de seus membros titulares ou ainda pelo diretor da Superintendência Regional de Ensino à qual a escola pertence. A frequência das reuniões obrigatórias é ordinariamente, uma vez por mês.

Para a realização das reuniões do Colegiado Escolar devem ser observados os procedimentos de convocação por escrito dos membros, com antecedência mínima de 48 horas, apresentação da pauta anexa ao documento de convocação, com especificação do local, da data e do horário de realização da reunião. Porém, nossa pesquisa com as atas das reuniões do Colegiado escolar não retornou com indícios de nenhuma convocação por escrito, nem pauta anexa e nem menção por escrito que a convocação foi realizada.

Diante disso, no período de 2013 a 2014 não foi observado, mediante relatos, avisos colocados no mural da sala de professores, próximo ao bebedouro interno, refeitório ou sala

dos supervisores. Como vimos anteriormente, há uma premissa da convocação realizada por escrito, segundo inciso I, art. nº 11 da Resolução nº 2. 554/2014 (MINAS GERAIS, 2014a), porém, não foram encontrados registros com assinaturas de algum membro do Colegiado Escolar em algum formulário que atestasse o prévio conhecimento da reunião a ser realizada. Sendo assim, a pesquisa documental reportou a ausência, no período de 2014, de convocações prévias para as reuniões do Colegiado Escolar, que em linhas gerais, ocorreram no número de doze registros.⁵ do CE realizada no período, com a devida antecedência citada anteriormente. Mesmo que as atas do Colegiado Escolar (ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA, 2014c) atestem que houve “[...] reunião convocada com a devida antecedência...”, eu, na maioria das vezes era chamada a assinar a ata dias após o encontro já ter sido realizado. Não havia minha participação nestes encontros em razão dos horários em que eram realizadas, geralmente às 16h30 da tarde, horário em que trabalhava em outra cidade.

Ao buscarmos compreender a forma de atuação dos atores escolares, em principal, daqueles que são os representantes eleitos pelas classes e segmentos na realidade de uma escola pública, através do órgão colegiado, temos a determinação que o Colegiado Escolar da referida instituição foi eleito pela comunidade escolar para um mandato de três anos (2016 – 2018). Para a atuação deste triênio, o órgão constitui-se com as seguintes categorias: de estudantes maiores de 14 anos completados até abril de 2016, pais de alunos menores de 14 anos, professores efetivos ou designados para contrato temporário, assistentes técnicos educacionais, especialistas da educação, assistentes de serviços gerais e membros de organizações comunitárias exteriores à escola, conforme a Tabela 1.

⁵Sobre esse quantitativo, verificar tabela nº2 deste capítulo 1.

Tabela 1 – Número de unidades de ensino e Quantitativo de Membros no CE

	Quant. Unidades de Ensino	Número de Membros no CE, após 2016 ⁶	Número de Membros no CE, antes ⁷ de 2016.	
Escolas com até 500 estudantes	5	6 membros titulares e 6 suplentes	Escolas com até 250 alunos	4 membros titulares e 4 suplentes;
Escolas com 501 a 1400 estudantes	10	12 membros titulares e 12 suplentes	Escolas com 251 a 1.400 alunos	8 membros titulares e 8 suplentes;
Escolas com mais de 1400 estudantes	3	18 membros titulares e 18 suplentes	Escolas com mais de 1.400 alunos	12 membros titulares e 12 suplentes

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados de MINAS GERAIS (2014; 2016).

Para a elaboração da tabela 1 sobre a composição dos Colegiados Escolares⁸, percebemos que o número de vagas para a participação em um órgão colegiado de decisão de Minas Gerais aumentou, podendo indicar um maior desejo pela ampliação do canal de ação participativa no interior das escolas.

Conforme nos esclarece Dallari (1984), a participação coletiva, mesmo que realizada em pequenos grupos, gera energia de mobilização para alcance de um bem comum, mas é importante que cada membro seja consciente de suas funções nesse grupo e do objetivo da instituição.

Vejamos então, com relação a este pequeno grupo, qual é a determinação das ações participativas que compõe a organização colegiada. De acordo com Regimento Escolar Interno da Escola Estadual Nuvem Branca, são funções do Colegiado Escolar:

Art. 66 – O Colegiado da Escola Estadual “Nuvem Branca” terá como objetivo a participação de professores, servidores, alunos e família na gestão escolar e no fortalecimento da autonomia da escola.

Art. 67 – O Colegiado Escolar é órgão representativo da comunidade escolar com função **deliberativa, consultiva, de monitoramento e avaliação** nos

⁶ Resolução nº 2.958/2016.

⁷ As informações do quantitativo de membros antes da Resolução de 2016 serão pertinentes para a compreensão desta seção, quando analisarmos a situação da participação dos atores membros dos colegiados escolares.

⁸ Quando tratarmos do Colegiado Escolar atual, estaremos nos baseando na última versão da legislação estadual para a eleição de Conselheiros de Escola, a Resolução nº 2058 de abril de 2016. Essa normatização traz uma novidade com relação à composição do Colegiado Escolar, no que tange à Resolução nº 2.554 de fevereiro de 2014. No mandato 2016 – 2018, poderiam participar também do Colegiado Escolar qualquer entidade ou grupo comunitário pertencente à comunidade na qual a escola está inserida, desde que atuassem por mais de 01 ano, comprovadamente, na promoção, defesa e garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. Na Escola Estadual Nuvem Branca não houve a adesão de nenhum grupo externo à escola, e, por isso, as 02 vagas a eles destinadas foram remanejadas entre os segmentos da categoria Comunidade Atendida pela Escola.

assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as normas legais vigentes.

§ 1º - As funções deliberativas compreendem **as decisões** relativas às diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras, previstas no Projeto Pedagógico da Escola.

§ 2º - As funções consultivas referem-se à **análise** de questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentação de sugestões para solução de problemas.

§ 3º - As funções de monitoramento e avaliação referem-se ao **acompanhamento** da execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras e à avaliação do cumprimento das normas da escola e de seu Projeto Pedagógico. (ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA, 2015b). (grifos meus)

Se formos elencar, o Regimento Interno coloca quatro funções básicas para as ações do Colegiado Escolar. Esse fato é interessante, pois revela uma ampliação, pelo menos na teoria, no que a legislação mineira prevê desde 2003, através do Decreto nº 43.602, adotado como base legislativa das resoluções existentes até 2016, que o Colegiado Escolar possui funções deliberativas e consultivas.

Na Escola Estadual Nuvem Branca temos, além dessas duas funções, as atividades de monitoramento e avaliação dos processos financeiros, das decisões pedagógicas e das ações dos servidores com relação ao cumprimento de normas administrativas.

De acordo com os trechos colocados em evidência, bem como ocorrerá em todo este estudo, observaremos ações, falas e repercussões que possam nos levar a identificar a forma de atuação desses atores escolares e, para o cumprimento dos objetivos deste trabalho, como colocar em pauta a compreensão da forma de participar (ou não) dos membros do colegiado ao atuarem dentro das possibilidades das funções estabelecidas pelas legislações.

Percebemos que todas as reuniões do Colegiado Escolar são realizadas na sede da escola e as conclusões dos assuntos tratados terminam com a redação de um texto de aprovação. Nos mesmos registros das reuniões nas Atas do CE, não foram encontradas descrição de falas de contestação, diálogo ou inferência. De acordo com o Regimento Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca de 2015, “[...] as decisões do Colegiado Escolar serão registradas em ata que, após aprovada e assinada pelos presentes, deverão ser divulgadas à comunidade escolar, sendo de livre acesso a todos os interessados.” (ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA, 2015b, p. 46).

No entanto, todas as atas findam com um “[...] nada mais a tratar, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será pelos presentes assinada.” (ESCOLA ESTADUAL NUVEM

BRANCA, 2015c), porém, não há referência de divulgação ampla, debates, diálogos ou participação de outros membros da comunidade escolar que não integram o Colegiado, que se fosse o caso, poderiam participar das reuniões, com direito a voz, mas sem direito a voto.

1.4.1 O perfil dos membros do Colegiado Escolar

No que se refere à caracterização do Colegiado Escolar da escola estudada, no mandato de 2014/2015, este era composto por 8 conselheiros. Entretanto, a partir de junho de 2014, com a desistência de participação do representante dos pais, ele passou a funcionar apenas com 7 representantes. Na oportunidade, não foi realizado processo para a recomposição do CE, conforme delineamos neste trabalho na seção 1.3.1. Esse fator fez com que o Colegiado funcionasse durante as atas de 2014 analisadas, apenas com esse número de representantes, ainda com a ausência de quantitativo para a recomposição de membros na suplência da função.

Assim, tal órgão, de 16 membros previstos legalmente (conforme Tabela 1) funcionava apenas com 7 membros ao todo. A Resolução nº 2.554/2014 estabelecia em seu Art.4º que a definição do número de membros do Colegiado Escolar deve observar o quantitativo de 251 a 1.400 alunos efetivamente matriculados para a composição do CE com 8 membros titulares e 8 suplentes, perfazendo um total de 16 membros (MINAS GERAIS, 2014a).

No entanto, este quantitativo determinado em resolução mineira não foi cumprido na instituição escolar estudada, tendo em sua composição colegiada um número inferior de membros do que o estipulado legalmente. A escola tem trabalhado há dois mandatos com essa carência de membros que atuem, no mínimo estipulado pela resolução, como veremos na composição do CE do mandato que se seguiu.

Desses atores que atuavam no CE da Escola Estadual Nuvem Branca, no fim de 2015, havia dois alunos do 8ºano do Ensino Fundamental, duas mães de alunas menores de 14 anos, um pai de alunos menores de 14 anos, uma secretária, uma professora e uma especialista em educação básica. Todos os membros titulares pertencentes à categoria de profissionais em exercício na escola eram membros efetivos com mais de 5 anos de lotação na instituição, e geralmente se repetem na atuação como membros conselheiros, indicando a possibilidade da ausência de atores que queiram assumir a função. Por serem profissionais concursados, em sua maioria, possuem graduação na área pedagógica. Destes, apenas uma professora possui

um contrato temporário com a Secretaria de Educação, porém, há mais de 08 anos renova anualmente seu contrato na referida escola.

Quando olhamos a formação do Colegiado Escolar de 2016⁹, agora normatizado pela Resolução nº 2.958/ 2016 (MINAS GERAIS, 2016), este deveria respeitar o Art. nº 3, inciso II, “6 membros titulares e 6 suplentes”, pois a E.E. Nuvem Branca possuía aproximadamente 400 alunos, e, portanto, se enquadra na faixa de “menos de 500 alunos”, conforme visto na Tabela 1 da seção anterior.

Assim, percebemos uma composição atípica, tanto com relação ao CE anterior, quanto à própria definição legal de composição, pois a quantidade de membros da categoria da Comunidade Atendida pela escola é menor que a categoria de Profissionais em Exercício na escola. Se no mandado anterior havia 08 membros no CE (lembrando que a legislação previa para a época 16 membros), no mandato atual a dificuldade de composição do número de membros ainda permanece. Vejamos essa constituição no Quadro 4:

Quadro 4 – Segmentos/número/representação de um CE em Minas e do CE da E.E. Nuvem Branca

(continua)

<u>Minas Gerais</u> de acordo com Art. 11 da Resolução SEE nº 2958/2016			<u>Escola Estadual Nuvem Branca</u> de acordo com a Ata de Eleição do Colegiado Escolar 2016		
Membros do CE	Número ¹⁰	Condições	Membros do CE	Número	Condições
Profissionais em Exercício na Escola	6 : 3 titulares e 3 suplentes	1 representante dos docentes e 1 segmento Administrativo As 4 vagas distribuídas por ordem de votos dentro da categoria “Profissional em Exercício na Escola”	Categoria: Profissionais em Exercício na Escola	6	01 professor titular efetivo 01 professor titular contratado 02 professores suplentes efetivos 02 auxiliares de Educação, sendo um titular e outro suplente, ambos contratados

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Sistema de Colegiado Escolar (MINAS GERAIS, 2017)

⁹ Quadro 4.

¹⁰ Para uma escola cuja quantidade de alunos matriculados é igual ou menor que 500 alunos, referencial baseado na Resolução nº 2.958/2016.

Quadro 4 – Segmentos/número/representação de um CE em Minas e do CE da E.E. Nuvem Branca

(conclusão)

<u>Minas Gerais</u> de acordo com Art. 11 da Resolução SEE nº 2958/2016			<u>Escola Estadual Nuvem Branca</u> de acordo com a Ata de Eleição do Colegiado Escolar 2016		
Membros do CE	Número ¹¹	Condições	Membros do CE	Número	Condições
Comunidade Atendida pela Escola	6 3 titulares e 3 suplentes	2 representantes estudantes, 2 representantes dos pais e 2 representantes do grupo comunitário (caso não ocorra o preenchimento destas duas últimas vagas, elas serão distribuídas por ordem de votos dentro da categoria "Comunidade Atendida pela Escola").	Categoria: Comunidade Atendida pela Escola	5	01 mãe titular 02 alunas titulares e 02 alunas suplentes *Nenhum membro de entidade comunitária.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Sistema de Colegiado Escolar (MINAS GERAIS, 2017)

Ressaltamos que na categoria de pais, duas mães de alunos com menos de 14 anos foram eleitas em 2016, mas atualmente, devido à movimentação de alunos, apenas uma mãe permaneceu como membro do colegiado. A outra vaga foi recomposta, somente em abril de 2018, de acordo com os termos explicados neste estudo no item 1.3.1, a saber, por aclamação. Os fatores destacados pela pesquisa podem ser indicativos da existência de fatores que dificultam a participação de membros externos ao dia-a-dia escolar, ou seja, membros de organizações comunitárias e pais de alunos interessados em participar do Colegiado Escolar. No entanto, de acordo com o parágrafo único do Art. 14 da Resolução 2.958/2016:

Parágrafo único. Nas escolas onde não for possível a composição com o número previsto de membros, o Colegiado Escolar pode ser constituído por número menor, nunca inferior a 50% do número previsto, assegurada a paridade entre as duas categorias (MINAS GERAIS, 2016, p.3).

Assim sendo, este órgão continua lícito, mesmo sem a representação em par da representatividade dos pais de alunos. Um CE em Minas Gerais deve ser constituído em proporcionalidade, ou seja, se houver 02 pais titulares, deve haver também dois pais

¹¹ Para uma escola cuja quantidade de alunos matriculados é igual ou menor que 500 alunos, referencial baseado na Resolução nº 2.958/2016.

suplentes, preferencialmente. (MINAS GERAIS, 2016). Porém, no setor de pais de alunos, essa categoria abrange toda a Comunidade Atendida pela escola. Sendo assim, a proporcionalidade pode ser compreendida se o quantitativo de alunos somarem proporção juntamente com a categoria de pais. Assim, o valor do voto de um aluno é igual, legalmente, ao voto de um pai de aluno, por estarem dentro da mesma categoria de Comunidade Atendida pela Escola.

Assim, essa pesquisa pauta-se por acompanhar a atuação dos membros dos colegiados escolares, mas dos demais alunos e famílias que possuem relações com a unidade escolar através da análise das atas de reuniões das Assembleias, que são reuniões públicas realizadas a portões abertos e ocorrem no mínimo uma vez por ano letivo.

Mesmo assim, percebemos também a baixa participação dos moradores e até mesmo dos outros profissionais escolares não pertencentes ao Colegiado. Trataremos desses encontros e da efetiva participação dos membros do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca na seção a seguir.

1.4.2 Reuniões dos membros do Colegiado Escolar

Em linhas gerais, temos que o espaço escolar é um aglomerado de agentes múltiplos, com ideias diversas sobre suas realidades. Como nos diz Riscal (2010, p.38).

[...] para além da legislação normatizadora, em cada escola o conselho será constituído como um reflexo das tensões entre os diferentes agrupamentos políticos e sociais e desempenhará um papel que será aquele acordado, não explicitamente na legislação, mas segundo os interesses dos grupos da escola.

Assim, sabemos que o Colegiado Escolar é um órgão representativo da comunidade escolar, com funções que o caracterizam como canal institucionalizado de participação. Ele deveria, segundo normatizações, ser composto nas unidades escolares como uma instituição que democratizasse todas as ações decisórias que influenciam na vida dessa comunidade. Porém, o que as atas de encontros do órgão colegiado e assembleias de eleições do colegiado escolar nos mostram é que, mesmo possuindo caráter participativo e devendo ser um espaço onde os indivíduos que tem relações de estudo/trabalho com a escola possam participar dos processos resolutivos de forma efetiva, existem entraves que podem comprometer essa atuação.

Essas evidências iniciais já apontam para o delineamento dessas limitações, geralmente ligadas às características históricas não tão democráticas dessa unidade escolar. Essas ações podem ficar evidenciadas nas seguintes transcrições de trechos das atas do colegiado da Escola Estadual Nuvem Branca, onde a dinâmica dos encontros se resume em apresentar algo já decidido, sem discussões, debates ou qualquer registro de fala de qualquer outro membro da reunião a não ser o presidente. Eis alguns trechos:

Ata do Colegiado Escolar da E. E. Nuvem Branca. [...] Aos 20(vinte) dias do mês de março de 2014, às 13 horas no refeitório da escola, reuniu-se mais uma vez o Colegiado Escolar para resolver assuntos e **ser informado das tomadas de posição**. A Presidente do Colegiado, a diretora, dando que havia quórum deu início da fala cumprimentando a agradecendo os membros presentes a colaboração incondicional dada à escola. Logo deu abertura, tratando dos seguintes temas: 1_A chamada pública de 01/02/14 foi frustrada, visto que não houve ninguém interessado em atender nenhum dos anexos que consta na mesma e a data limite para a entrega dos envelopes que foi 19(dezenove) de março de 2014; 2-Será aberta nova chamada pública em 02 de abril de 2014; 3 – será iniciado processo de licitação, edital nº01. 2014(...)6 – Comunicado sobre o processo de eleição do Colegiado Escolar 2014-2016, tendo como coordenadora A e auxiliar B. A eleição será realizada no dia 25 de março de 2014 e a posse será 31 de março de 2014. **A sessão foi aberta a sugestão e críticas, mas nada tiveram a acrescentar. Nada mais a tratar, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será por todos os presentes assinada.** [rubrica da diretora e de mais 5 membros do colegiado] (grifos nossos) (...)

Ata do Colegiado Escolar da E. E. Nuvem Branca. [...] Aos 25(vinte e cinco) dias do mês de maio de 2014, **reuniu-se na sala dos professores para aprovação** do Regimento Escolar/2014 e Projeto Político Pedagógico/2014. Os membros presentes analisaram os documentos já revisados outras vezes. (...) Nada mais a tratar, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será pelos presentes assinada (grifos nossos) (...)

Estas duas transcrições de encontros do Colegiado Escolar da escola supracitada podem nos trazer a reflexão alguns pontos, como por exemplo, como as reuniões pareciam ocorrer, nos casos acima, para a apresentação de alguma decisão já tomada, uma posição já consolidada. Não houve transcrição de fala de nenhum outro mesmo pertencente ao colegiado, nas atas dos dois dias.

Como conselheira, eu não estava presente em nenhuma dessas reuniões, e a membro titular que assinou para representar a mesma categoria que eu, só assinou a ata em momentos depois, conforme relato passado pela mesma.

Abaixo transcreveremos um trecho de Ata do CE no qual percebemos maior grau de participação com relação aos trechos anteriores. Isso porque tem-se a dimensão que um

encontro foi realizado de maneira coletiva para retificar uma decisão importante nos rumos da Gestão Escolar. Esse encontro aconteceu às 13 horas de uma quarta-feira, semana em que a escola já estava sem avaliações agendadas. Nesta ocasião, a pesquisadora pode participar do encontro marcado. Sobre este dia, é fato dizer que não houve comunicação por escrito da reunião, mas a diretora chamou a todos, por telefone, para comparecerem, pois, o assunto a ser tratado era de elevada importância. Esta foi a única reunião que eu, enquanto membro do colegiado, percebi, fisicamente, a presença de todos os membros titulares do colegiado escolar e dois suplentes. Presenciei também uma indicação bem conduzida pela presidente do Colegiado, mas que não deixou outra opção para a escolha dos membros, como se observa no fragmento a seguir:

[...] A diretora e Presidente **convocou em tempo hábil** de forma extraordinária o colegiado deste estabelecimento para tratar de assunto de **suma importância à escola**. Ela vendo a existência de quórum regimental deu início à reunião explicando a todos os presentes que pretende afastar-se preliminarmente à aposentadoria, por isso, coloca o seu cargo à disposição, ressaltando que o Colegiado Escolar deverá aprovar o novo diretor. A Presidente esclareceu os requisitos para que seja indicado ao cargo de diretor que são: ser servidor concursado/nomeado e ter o certificado ocupacional de gestor escolar. Ela continuou dizendo que na E. E. Nuvem Branca, a única servidora que possui os dois requisitos para a função de Diretor Escolar é a Especialista de Educação Básica, masp: XXX e CPF XXX. A diretora informou que permanece no cargo enquanto não publicar o seu afastamento à aposentadoria. A diretora e Presidente do Colegiado Escolar agradeceu os membros presentes pelo apoio sempre dispensado à escola em seus anos no cargo de diretora escolar. Em seguida **o Colegiado Escolar fez a indicação da servidora para o cargo de diretora**; a mesma teve a aprovação unânime dos membros sendo a melhor decisão até a próxima eleição para o cargo.

O que podemos perceber é que as reuniões são informativas e não constituem momentos de discussão das possibilidades argumentativas frente às tomadas de decisão. Anteriormente, vimos que o Regimento Escolar prevê que, em assuntos pedagógicos, o colegiado escolar tem a função deliberativa, de tomada de decisão quanto ao Projeto Político Pedagógico e, como percebemos nos trechos pesquisados, quanto à indicação de nome de servidor para que assuma a função de direção da própria instituição em casos em que a necessidade antecipa o processo de eleição. Porém, mesmo nesta ata que tem relevância deliberativa considerável, posto que altere a Presidência do próprio colegiado, o que vemos é uma descrição de um momento de análise de algo já revisado, mas não sabemos por quem, e por qual motivo tal momento de análise não houve perguntas, sugestões, inferências, haja vista a composição de um Colegiado pela categoria de pais e alunos que, a priori, podemos

estabelecer que não são conhecedores especialistas do texto de Regimento Escolar ou Projeto Político Pedagógico.

Segundo nos afirma Conti e Silva (2010) a participação dos membros de um colegiado escolar traz em si funções e responsabilidades que vão

[...] muito além de meras consultas sobre eventuais temas que são apresentados aos pais dos alunos, ocorre no interior do amplo movimento que se deseja democrático na sociedade brasileira, nos limites da reforma do Estado e das novas demandas do capital transnacional que se impõem aos países como uma nova forma de colonização econômica (CONTI; SILVA, 2010, p. 60).

Neste aspecto, deveria envolver participação efetivamente evidenciada em diálogos pertinentes e conscientemente formados que rompessem com os entraves da efetivação de uma atuação democrática e autônoma.

Assim, no que tange a essas reuniões e a outras analisadas, essa característica de conformação à aprovação de propostas predefinidas pode ter gerado restrições na participação e a atuação dos membros do colegiado ficado restrita a sugestão de soluções para a direção da escola, ou apenas realizar referências e respaldos para as decisões já tomadas, tentamos analisar esse aspecto pela Tabela 2:

Tabela 2 – Relação do número de participações registradas nas Atas de Reuniões do CE da EE Nuvem Branca 2014-2015

ITEM	Quant. Definida na Legislação	Quant. Realizada pelo CE da EENB	Nº de vezes em que aparece a referência à voz e voto de algum membro do Colegiado	Nº de vezes em que aparece a referência à aprovação de algum membro do Colegiado ¹²	Atas redigidas e assinadas pela própria Presidente e do Colegiado	Atas redigidas por outro redator, como observador da reunião	Referência à participação dos demais membros da Escola, não pertencentes ao Colegiado
Reuniões Ordinárias ¹³ Realizadas em 2014	11	11	0	11	11	0	0
Reuniões Ordinárias Realizadas em 2015	11	12	0	12	3	9	0
Reuniões Extraordinárias Realizadas em 2014	Sempre que houver necessidade	5	1	5	5	0	0
Reuniões Extraordinárias Realizadas em 2015	Sempre que houver necessidade	22	3	22	0	33	2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Escola Estadual Nuvem Branca (2014; 2015; 2016).

Na Tabela 2, no item “Atas redigidas e assinadas pela própria Presidente do Colegiado”, esclarecemos que quando a presidente conduz uma reunião presencial é complexa a realização da escrita concomitante e em tempo real com a mediação das situações que estão sendo colocadas para o debate.

Segundo manual do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2010), com relação à metodologia de redação técnica de uma ata, é necessário que esta deva contar com uma:

¹² Essas referências são somente ao final, em textos como “[...] após lida e aprovada foi pelos presentes assinada.” (ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA, 2014c, p.81), ou seja, não encontramos trechos que transcrevem dúvidas, acréscimos, inferências, nenhum tipo de fala.

¹³ As reuniões ordinárias são obrigatórias e definidas previamente na construção do calendário escolar das Escolas Estaduais Mineiras em cada início de ano efetivo. Assim como a previsão de recessos e feriado, há a indicação de dias de Reuniões Ordinárias de Colegiado Escolar, obrigatoriamente 11, de Fevereiro à Dezembro, pois mês de janeiro não há a possibilidade do encontro de membros que não tem exercício letivo na escola.

[...] linguagem e formatação simples e objetiva, registrando os principais temas e discussões tratados, as deliberações tomadas, o andamento de eventuais pendências existentes e novas solicitações efetuadas ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. **Ao presidente [...] incumbe o relato ao secretário para a devida transcrição em ata [...]** A ata deve idealmente ser redigida durante a reunião e assinada por todos os presentes ao seu final. (grifos nossos) (IBGC, 2010, p.31).

Desta forma, constatamos que é muito difícil que se faça a condução da reunião e o registro em ata do que está sendo discutido ao mesmo tempo.

Sendo assim, as atas pesquisadas revelam que a presidente do colegiado, com sua grafia, redige ata, se refere a ela mesma na 3ª pessoa e depois é a primeira a assinar. Não encontramos em nenhum registro do período pesquisado algum registro de designação de um secretário ou redator que transcreva o que está acontecendo na reunião, como observador, que depois faça a leitura para todos, para posterior aprovação. Sendo assim, para a boa condução de uma reunião pela Presidência de uma Caixa Escolar, Diretoria ou similar, faz-se importante a presença de um redator externo à participação efetiva no encontro, para que possa registrar todos os elementos importantes dos debates construídos. Diante desse argumento temos que “a ata é redigida por um secretário efetivo. No caso de sua ausência, nomeia-se outro secretário (ad hoc) designado para essa ocasião. A expressão ad hoc significa para isso, para esse caso, de propósito, designado para executar determinada função” (PORTAL EDUCAÇÃO, 2018).

Estes dois anos foram escolhidos como referência para a tabela acima produzida, por se tratarem de marcos importantes para o Colegiado Escolar da E.E. Nuvem Branca. O ano de 2014 foi o último de 16 anos de gestão da diretora e presidente do CE, enquanto que 2015 foi o primeiro ano de direção escolar da pesquisadora na mesma instituição.

A pesquisa ainda nos mostrou que, apesar de a legislação mencionar a importância da capacitação dos membros do CE (principalmente os que não estão cotidianamente em contato com as decisões), percebemos que as reuniões registradas nas atas do Colegiado Escolar não sinalizam para o reconhecimento que cada membro deve possuir com relação a sua função dentro do órgão colegiado, revelando que pouco formam e nada capacitam esses membros as realidades administrativas, pedagógicas e financeiras da escola. É notável aumento da quantidade de reuniões realizadas, lembrando que as 22 reuniões extraordinárias somadas as 12 reuniões ordinárias conferem um aumento na média de realização desses encontros mensais de 1,33 em 2014 para 2,83 em 2015. Notamos também que as atas pararam de ser

redigidas pela própria presidente do órgão, sendo agora designada a Tesoureira da Caixa Escolar para fazer a observação das reuniões e redação em tempo real do que está ocorrendo. Quanto ao nível de atividade colegiada, percebemos que enquanto o número de participações dos membros do colegiado e outros membros não pertencentes ao órgão também aumentou no último ano analisado.

1.5 Síntese do caso

Considerando o princípio da gestão democrática é que tentamos ao longo deste capítulo 1 descrever de maneira crítica a dinâmica do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca, objeto de pesquisa desse nosso estudo. O histórico de constituição dos Colegiados Escolares, de maneira geral, nos permitiu verificar que as constantes reformulações que decorreram do cenário brasileiro desde a década de 1970 caracterizou os Colegiados Escolares na medida em que um dos princípios fundamentais da educação pública é a gestão democrática.

Compreendemos que esses ideais se estenderam na constituição dos Colegiados Escolares Mineiros e, ao analisarmos os documentos da Escola Estadual Nuvem Branca, encontramos evidências de um nível insatisfatório de participações efetivas, elencando que um nível satisfatório compreenderia registros de debates, opiniões, dúvidas e posicionamentos de diferentes membros que ali representam um meio social escolar. Quando estes debates não são travados, as atas revelam, em seu texto, autoritarismos e a falta da promoção de espaços para debate e reflexões acerca da vida escolar na busca por soluções dos problemas da própria comunidade.

Com os dados coletados e colocados em evidência pela pesquisa, também pudemos inferir a presença de um discurso participativo, uma vez que, apesar das falas oficiais pretenderem a aprovação de todos os membros do colegiado escolar, identificamos decisões centralizadas e centralizadoras, além da ausência do registro do debate, da articulação coletiva e da confirmação da compreensão de todos os membros sobre suas reais funções dentro do Colegiado Escolar.

Ao analisarmos o discurso presentes nas Atas do Colegiado Escolar dos anos de 2014 e 2015, percebemos que a maioria das falas evidencia o protagonismo da figura da presidente do CE, e os principais assuntos tratados dizem respeito à gestão financeira.

Pudemos entender que os atores escolares não fazem uso das reuniões do CE como forma de propor e participar, transformando os momentos de encontro com os representantes da categoria em espaços de reflexão e tomada de decisões.

Refletimos então que a ausência participativa ocasiona uma desarticulação entre o que é esperado de uma Gestão Democrática, que tem o CE como uma das ferramentas de garantia da participação coletiva, e o que realmente é resolvido nas reuniões: aprovação de decisões já previamente tomadas, sem falas dos membros e sem discussões.

No entanto, as últimas atas analisadas mostraram um aumento no número de reuniões do Colegiado Escolar, com um quantitativo cada vez mais crescente da participação de outros atores escolares, não apenas membros conselheiros.

De início, colocamos que este estudo veio para tentar compreender as formas de participação de um Colegiado que, por natureza de criação, é um órgão que abriga diversas representações da Comunidade Escolar. E o que, por ora, discutimos através das descrições trazidas é que há fragilidades no processo de participação e, como afirma Paro (2008a, p.19), a democracia “... não se concede a outro, se realiza”. Desta forma nossa intenção nesta pesquisa foi de responder: Enfim, quais fatores dificultam a participação do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca de Araguari-MG nos processos consultivos e deliberativos da gestão escolar?

2 O COLEGIADO ESCOLAR E O DISCURSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Este segundo capítulo de nosso trabalho trará uma breve explanação sobre os conceitos que elegemos como prioritários para a análise dos dados coletados, a saber: participação social; gestão democrática e participativa; e mobilização social. Neste capítulo ainda faremos reflexões sobre o cenário levantado no capítulo 1 acerca do funcionamento do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca, como o aprofundamento teórico possibilitado pelas leituras dos autores: Dallari (1984), Lück (2000; 2009), Paro (1992; 2008a; 2008b), Riscal (2010), Conti e Silva (2010), Gadotti e Romão (2004) e Cury (2002; 2007).

Através de suas contribuições analisaremos o princípio de participação e mobilização social, bem como a constituição de organismos que conferem o caráter democrático da gestão escolar.

Este capítulo ainda trará menção acerca dos caminhos metodológicos que essa pesquisa traçou para as referências aos dados aqui trazidos, e partir destes, buscar dialogar de forma crítica e teórica sobre parte das práticas escolares coletadas neste estudo.

2.1 Metodologia de pesquisa

A metodologia deste trabalho se refere à escolha pelo pesquisador de questões que objetiva-se explorar, ou seja, investigar as relações participativas de atores em um cenário escolar do qual ele próprio faz parte. Como temos como problema a forma de participação e atuação dos membros do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca de Araguari-MG nos processos que conferem democracia à gestão escolar iremos cumprir com essa finalidade, delineando nossa pesquisa em torno de um estudo de caso. O estudo de caso então projetado baseou-se em uma lacuna que buscamos preencher através da metodologia qualitativa da pesquisa, onde nos colocamos numa posição de pesquisadores que buscam:

[...] um ponto de partida e um ponto de chegada... o objeto escolhido deve ser um objeto de preocupação ou de curiosidade. É então, importante que a questão epistemológica da relação com o outro se insira na psicologia individual do pesquisado ou em seu **pertencimento a um grupo social** ao qual ele se vincula. (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008, p.133) (grifos nossos).

A partir desse delineamento, nosso tema será abordado a partir de uma pesquisa bibliográfica e de campo, onde pretendemos buscar elementos que evidenciem o nível de

participação e compreender da maneira mais adequada os motivos que causam esse fenômeno.

A pesquisa bibliográfica será necessária para a análise do tema dos Colegiados Escolares, gestão democrática e participação no diálogo com nosso referencial teórico, com as legislações etc. e possibilitará essa pesquisadora verificar na leitura dos autores as conceituações utilizadas quando falamos em gestão democrático-participativa no âmbito escolar. Esse retorno à revisão bibliográfica se faz necessária em uma pesquisa do tipo qualitativo por optarmos pela concepção de Deslauriers e Kérisit (2008) que confere a esse movimento da construção do trabalho sobre a bibliografia um momento ímpar do saber, onde o conhecimento é considerado cumulativo, ou seja, o progresso de trabalhos anteriores serve de pontos de discussão e de partida para o próximo escrito.

Nesta mesma abordagem qualitativa em nossa pesquisa, a caracterização se faz com referência em Alves e Silva (1992). Segundo os autores, significa dizer que este estudo tem foco no universo de vida dos atores específicos da Escola Estadual Nuvem Branca, porém, compreendendo a atuação desses com seu contexto. Uma pesquisa qualitativa distingue-se de uma pesquisa quantitativa, porém, deve-se ater ao mesmo rigor metodológico para que o trabalho final seja de fato legítimo e eficaz na construção de um Plano de Ação, objetivo a ser construído em nosso terceiro capítulo.

Neste estudo, temos como referencial metodológico os trabalhos de André (2001; 2013), Teixeira (2015) e Alves e Silva (1992). As autoras convergem para a ideia de que a pesquisa qualitativa lida com sujeitos auto reflexivos em seus processos contínuos de busca pela compreensão de si e do mundo. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa busca possuir condições de coleta e análise dos dados com pertinência aos objetivos de nossa pesquisa, a partir das evidências disponíveis e possíveis de serem elucidados.

Basicamente, enquanto Alves e Silva (1992) nos revelam que a pesquisa qualitativa é um sistema que aborda o discurso do sujeito e permite ampliações para outros trabalhos, André (2001, p.53) acredita que a pesquisa qualitativa em educação seja capaz de ir mais além e “(...) para compreender e interpretar grande parte das questões e problemas da área da educação é preciso lançar mão de enfoques multi/inter/transdisciplinares e de tratamentos multidimensionais”.

Enfim, a preocupação da abordagem qualitativa nessa pesquisa visa, metodologicamente, trabalhar com a capacidade de apreensão complexa dos fenômenos que envolvem os sujeitos, os tempos e os espaços do campo de pesquisa, de maneira a perpassar também pela análise crítica dessa realidade.

Ao definirmos claramente os objetivos de nosso estudo na introdução deste trabalho, citamos que uma de suas propostas é buscar compreender as formas de participação dos membros do Colegiado Escolar. Assim, nos propomos a investigar o fenômeno educacional ocorrido no interior da Escola Estadual Nuvem Branca. Por isso ocorreu nossa opção pelo Estudo de Caso Qualitativo. Este refere-se ao contato direto dessa pesquisadora com os eventos e situações que serviram de base para o problema de pesquisa e, por meio desse lugar privilegiado de pesquisa (contato direto com o campo e as representações dos membros do colegiado que estamos pesquisando). Neste sentido, buscamos compreender as ações a cultura participativa que configuram as ações desses atores de um grupo social e, a partir disso, fazer a proposição de ações que viabilizem canais de participação legítimos para a construção da gestão democrática na Escola Estadual Nuvem Branca.

Nosso estudo de caso qualitativo também buscou cumprir com rigor as etapas fundamentais dos procedimentos de uma pesquisa qualitativa em educação: fase exploratória, fase da coleta de dados e fase da análise de dados¹⁴. Sendo assim, nos dedicamos à observação de um caminho metodológico rigoroso também quando buscamos retomar nosso problema de pesquisa em todo nosso estudo, de forma cuidadosa e atentando ao cuidado com os procedimentos que investigam fatos de um mundo real, contemporâneo e presente na realidade da pesquisadora.

Para tanto, nos aportamos no trabalho de André (2013), segundo o qual o pesquisador primeiramente deve partir de um quadro teórico aliado a novas descobertas que resolvam o problema de pesquisa. Esse problema surge em um contexto que deve ser tratado de forma ampliada e profunda, onde a realidade em que se inserem os sujeitos pesquisados possa se revelar tanto da maneira como a mais próxima da realidade, como da maneira que cada sujeito compreende essa realidade. Para fins de ilustrar os caminhos delineados por este estudo de caso, elaboramos o Quadro 5, a seguir, que faz uma correspondência entre os caminhos percorridos na pesquisa e as fases da pesquisa qualitativa, de acordo com os referenciais teóricos supracitados.

¹⁴ André (2013, p. 98).

Quadro 5 – Das etapas da pesquisa qualitativa no Estudo de Caso

(continua)

Fases do Estudo de Caso segundo André (2013)	Passos para o Estudo de Caso segundo Yin (2015)	Caminhos delineados neste Estudo de Caso e escolhas metodológicas da Pesquisadora
<p><u>Fase Exploratória ou fase da definição de foco do estudo</u>: corresponde a momento de definir qual é o caso de pesquisa, realizado como ponto de partida um problema de pesquisa.</p>	<p><u>Levantamento das Questões de Pesquisa</u>: passo em que se formula um plano de pesquisa e delinea-se o projeto de pesquisa.</p>	<p>Caminho iniciado por ocasião da disciplina Dissertação I, onde os exercícios culminaram com o seguinte problema de pesquisa: “<i>Quais fatores dificultam a participação do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca de Araguari-MG nos processos democráticos da gestão escolar?</i>”. Ainda nessa fase delimitamos o seguinte objetivo geral: “Quais fatores dificultam a participação do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca de Araguari-MG nos processos consultivos e deliberativos da gestão escolar?” e os objetivos específicos: “1. Descrever o cenário e o funcionamento do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca, referenciando sua caracterização no contexto macro dos órgãos colegiados; 2. Analisar a atuação dos membros deste Colegiado e suas relações escolares como promoção da participação e gestão democrática da Escola Estadual Nuvem Branca; 3. Propor um Plano de Ação que seja capaz de afetar positivamente na prática democrática de participação, onde as relações administrativas, pedagógicas, ocorram de maneira consciente politicamente e efetiva como mecanismo de fomento da gestão democrática;</p>
<p><u>Fase de Coleta de Dados ou delimitação do estudo</u>: corresponde a fase da coleta sistemática de dados, onde o uso de instrumentos estruturados são os responsáveis pela coleta dos dados.</p>	<p><u>Coleta</u>: preparação para a coleta de evidências do estudo de caso e utilização adequada dos instrumentos de pesquisa</p>	<p>Neste passo, nosso estudo abarcou dois momentos específicos, com um deles em andamento. O primeiro foi a coleta de evidências documentais que deram suporte ao problema de pesquisa e legitimaram a pertinência da inquietação da pesquisadora com a falta de dados nos registros que comprovem uma atuação efetiva dos membros do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca. O segundo dele se baseará na escolha de instrumentos de coleta de dados para a descoberta, do próprio público pesquisado, os motivos da não-participação e o levantamento de hipóteses para a mudança desse quadro.</p>

Quadro 5 – Das etapas da pesquisa qualitativa no Estudo de Caso

(conclusão)

Fases do Estudo de Caso segundo André (2013)	Passos para o Estudo de Caso segundo Yin (2015)	Caminhos delineados neste Estudo de Caso e escolhas metodológicas da Pesquisadora
<u>Fase de Análise Sistemática de Dados:</u> corresponde todas as etapas da pesquisa, porém, de forma mais sistemática e mais formal está presente depois da coleta de dados.	<u>Análise:</u> fase da preparação teórica que cruza as escolhas analíticas com os dados levantados	A prática analítica esteve presente desde o capítulo 1, pois confrontamos a revisão bibliográfica com as evidências coletadas. A análise ainda vai perpassar as próximas seções do capítulo 2, onde faremos o uso de recursos de análises das respostas coletadas entre os atores pesquisados;
	<u>Compartilhamento:</u> passo da produção de um relatório que se compõe a fim de comunicar um estudo de acordo com as necessidades do público.	Este será, basicamente, o desenvolvimento que ocorrerá no capítulo 3, em cumprimento do objetivo de pesquisa na construção de um Plano de Ação que, fiel ao que os capítulos anteriores levantaram, poderá propor ações para a mudança no quadro da participação e mobilização para ações democráticas na Escola Estadual Nuvem Branca.

Fonte: Elaborado pela autora com base em André (2001, 2013) e Yin (2015)

Analisando o Quadro 5, percebemos que nossa pesquisa trouxe em sua fase exploratória a definição do nosso “Caso de Pesquisa” (ANDRÉ, 2013, p.98), ou seja, nos propomos a estabelecer nosso campo de estudo, delinear nosso problema de pesquisa e planejamento flexível sobre as hipóteses que iríamos levantando ao longo da pesquisa sobre a situação da participação e as ações de mobilização do Colegiado Escolar.

Após a fase exploratória, nosso estudo de caso evoluiu para a fase da delimitação do Foco do Estudo, pois, não sendo possível explorar todos os acontecimentos do fenômeno escolar ao mesmo tempo, buscamos selecionar o que seria mais relevante para responder ao nosso problema de pesquisa. A fase da delimitação do Foco de Estudo iniciou-se no capítulo 1 desse trabalho, mas vai alongar-se para o capítulo 2, pois neste teremos a oportunidade de investigar as ações registradas do Colegiado, bem como buscar compreender, por meio do relato dos próprios membros do Colegiado Escolar e demais atores escolares que atuam fora deste órgão, como foi sendo construída a cultura de participação no interior da Escola Estadual Nuvem Branca.

A terceira fase, denominada por André (2013) como a fase da análise sistemática dos dados e elaboração do relatório, ocorre em parte do capítulo 2 e todo o capítulo 3. Primeiramente iremos analisar as falas dos membros dos atores escolares para verificar. . se a percepção deles sobre o colegiado escolar e suas responsabilidades como membros conselheiros, bem como identificar o porquê de tal órgão não estar funcionando efetivamente na escola.

Com relação às etapas da pesquisa que nos propomos a realizar, vale ressaltar que elas são:

[...] definidas como três fases, mas são, de fato, referências para a condução dos estudos de caso, pois a pesquisa é uma atividade criativa e como tal pode requerer conjugação de duas fases, desdobramento ou extensão de uma delas, criação de outras. (ANDRÉ, 2013, p. 98)

Sendo assim, com vistas a compreender a percepção dos sujeitos sobre as funções do Colegiado Escolar, suas responsabilidades e se a atuação participante configura democracia à gestão, nossa pesquisa abordará, a princípio, um instrumento de coleta de dados: o questionário e a entrevista semiestruturada.

Ambos os instrumentos de coleta de dados elencados para a pesquisa são colocados como recurso metodológico na medida em que são capazes de superar os limites e possibilidades que um ou outro sozinho apresentaria. Sendo assim, segundo Bogdan e Biklen

(1994, p.134), “[...] uma entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” e ainda, conforme Yin (2015, p.114) uma entrevista é “... uma das fontes mais importantes de informação para o estudo de caso”, e por isso essa será a opção deste trabalho. No entanto este instrumento tem pontos fracos:

- Parcialidade devido às questões mal-articuladas
- Parcialidade da resposta
- Incorreções devido à falta de memória
- Reflexividade – o entrevistado dá ao entrevistador o que ele quer ouvir (YIN, 2015, p.110).

Para tentar sanar alguns aspectos negativos do uso da entrevista, vamos nos aportar no uso, primeiramente dos questionários, com o objetivo levantar hipóteses sobre as formas de participação na E. E. Nuvem Branca, que, segundo inferências e relação com os conceitos dos autores estudados, não revelam uma efetiva mobilização social para dialogar a gestão democrática escolar. Mesmo procedendo as tabulações necessárias das respostas dos sujeitos da pesquisa não se pretende construir Gráficos e amostragens exclusivamente quantitativas com as respostas coletadas através dos questionários. Os dados tabulados serão uma ferramenta a mais para recuperar, em detalhes, a percepção que os membros do Colegiado têm sobre sua prática, sobre gestão democrática e participação social.

Este estudo apontou como possibilidade o uso de questionários, pois estes são, “... outro tipo de entrevista é, na verdade, a típica entrevista de levantamento...” (YIN, 2015, p.116) que servirá para esse estudo apenas para corroborar ou debater as respostas coletadas por ocasião das entrevistas de maneira mais distante (fisicamente) do entrevistador, o que acreditamos, gerará pontos de conforto para os entrevistados colocar respostas registradas em papel.

Nosso roteiro de entrevista semiestruturada está orientado para três grandes objetivos. Por sua vez, para cada objetivo o entrevistador delinea mais questões encadeadas, sequencialmente, de acordo com o público-alvo¹⁵.

Como já mencionamos, o uso desse tipo de entrevista - a semiestruturada - foi justificado pelo acesso fácil aos entrevistados, tempo relevante para sua realização e será realizado com os participantes já sabendo os motivos de sua aplicação.

¹⁵ Membros do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca: representantes da categoria de alunos, pais, corpo pedagógico e demais servidores. Servidores da Superintendência Regional de Ensino, responsáveis pelo monitoramento do funcionamento dos Colegiados Escolares da Rede Estadual; Pais e Professores que são da Comunidade Local, porém não fazem parte diretamente do órgão do Colegiado Escolar.

Para o 1º objetivo são delineadas questões para o público-alvo de professores e servidores assistentes da educação básica, pais e alunos, todos membros do Colegiado Escolar, encadeadas e sequenciais. Neste primeiro objetivo, pretende-se perceber a experiência do membro Conselheiro com as funções de um Colegiado escolar. Espera-se também apreender sua concepção de democracia e gestão democrática, bem como o papel do gestor e outros atores dentro de um órgão colegiado. As questões elaboradas para os atores que não pertencem ao Colegiado escolar, mas também se enquadram na categoria de pais, alunos e servidores da escola, são aplicados com a meta de identificarmos a percepção dos mesmo diante da existência e funções de um Colegiado na Escola em que fazem parte.

Para o 2º objetivo estabelecem-se questões para professores, pais e alunos membros do CE, também encadeadas, sobre as formas de participação dos conselheiros nas reuniões do Colegiado, bem como sua percepção sobre essa participação. Espera-se já sondar se uma capacitação, em serviço, poderia solucionar defasagens na atuação participativa desses membros, para uma atuação mais qualificada (concepção que será abordada no plano de ação do capítulo3). Este objetivo também será perseguido ao aplicarmos as entrevistas para funcionárias da superintendência Regional de Ensino responsáveis pelo monitoramento dos Colegiados Escolares na rede. Pretende-se identificar como as capacitações são realizadas e se ainda não são, qual a perspectiva da política da SRE para com esse órgão.

Para o 3º objetivo são estabelecidas perguntas para os professores, para os pais e para os alunos, membros do CE e também para aqueles que não fazem parte deste órgão, com a intenção de conhecer as relações que são estabelecidas entre os atores e direção escolar, e se essas relações são promotoras ou impeditivas para a viabilização de uma gestão democrática. Pretende-se aqui também salientar para a perspectiva da criação de outros canais de participação colegiada dentro da escola (Grêmios Estudantil, Associação de Pais e Mestres - APM), para que o capítulo 3 possa construir proposições pertinentes na viabilização da gestão democrática participativa escolar.

O roteiro de aplicação do questionário¹⁶ que utilizamos nesta pesquisa tem objetivos que acompanham os objetivos delineados na entrevista, pois, como dissemos, ela fará o papel de tentar cercar com maior riqueza de detalhes as impressões dos membros do Colegiado Escolar sobre seu contexto de atuação como atores inseridos na participação social enquanto grupo. Clarificamos que um dos motivos que nos levou a optar por um questionário é o fato de ser diretora da escola, e conseqüentemente presidente do colegiado escolar, o que pode

¹⁶Ver Apêndice H - Quadro de Instrumentos 1.

fazer com que os sujeitos que atuam em tal órgão se sintam pouco a vontade para externar os motivos que os levam a não participarem efetivamente do CE na escola, caso tivessem que responder isso por meio único de uma entrevista, por exemplo. Assim, nos Apêndices A a C deste trabalho colocamos os blocos de questionamentos que serão aplicados aos membros do colegiado escolar, separados por: servidores (segmento de professores efetivos e contratados, assistentes de educação básica – auxiliares de limpeza), pais e alunos. Nosso questionário está estruturado com uma série de itens que, encadeados, possuem mais um objetivo metodológico de identificar elementos contextuais, conceituais e emocionais que dificultam os processos participativos na escola, também poderão indicar elementos de melhoria na construção de nosso Plano de Ação do capítulo 3.

Sua utilização se firma na prerrogativa da interação, onde a pesquisadora poderá explicar as finalidades da pesquisa de maneira clara além de adaptar, no momento, algum dado interessante que surgir para a pesquisa. No momento da aplicação da entrevista há possibilidade de conseguir informações também através da linguagem não-corporal, além de comprovar com um mesmo ator que já passou pelo processo do Questionário se foi percebida a devida compreensão da questão, bem como refutar algo que foi respondido de maneira que o entrevistado, no momento da resposta, não tinha bases referenciais para uma resposta mais qualificada e próxima da realidade.

Sendo assim, os instrumentos serão utilizados nessa ordem em que foram apresentados e o método de análise dos dados obtidos será a análise do conteúdo, tanto no momento da coleta dos dados dos questionários e entrevistas, como na análise documental ocorrida no capítulo 1 deste trabalho.

Os atores envolvidos no contexto da Escola Estadual Nuvem Branca que foram foco dos instrumentos acima citados serão tanto os membros do colegiado escolar atual da referida escola, como pais, alunos e servidores da Secretaria de Educação que não participam do Colegiado Escolar. Recortamos essa amostra para podermos realizar um confronto entre as percepções sobre a gestão democrática e participação social de quem está atuando no Colegiado Escolar, com aqueles que, por conhecerem a gestão (por isso aplicaremos um recorte de 2 anos de vínculo do ator com a atual direção), possam registrar suas percepções sobre esse órgão no contexto escolar, bem como seu entendimento de gestão democrática.

Os questionários foram aplicados a membros de todos os segmentos que compõe a Comunidade Escolar, sendo estes parte do Colegiado Escolar ou não, com um recorte que possibilitasse conhecer as percepções, opiniões e algumas ações sobre a questão da Gestão Democrática na Escola Estadual Nuvem Branca, mobilização social e os fatores que

dificultam a participação na referida instituição. O instrumento foi pensado para cada segmento com a predominância de questões fechadas (múltipla escolha), por ser viável de ser aplicado a um número relevante de pessoas. Elaboramos 7 diferentes instrumentos, e responderam a ele: 04 pais de alunos, 07 alunos, 08 professores e 02 analistas de colegiado escolar na SRE, totalizando 21 respondentes e 06 não-respondentes, que estavam planejados, porém não ofereceram a devolutiva a pesquisadora. A aplicação deste instrumento ocorreu de Março a Abril de 2018 e os sujeitos elencados compõe o perfil de acordo com o quadro 6, sendo atribuído a cada um dos sujeitos da pesquisa uma sigla, com intuito de preservar suas identidades

Quadro 6 – Segmento dos membros da Comunidade Escolar da E.E. Nuvem Branca, respondentes ao Questionário

(continua)

NOME	PERFIL
ANE CE 01	É servidora pública lotada na unidade central da Superintendência Regional de Ensino há mais de 06 anos e atua no setor responsável pelos Colegiados Escolares do Departamento Pedagógico a menos de 03 anos.
ANE CE 02	É servidora pública lotada na unidade central da Superintendência Regional de Ensino há mais de 06 anos e atua no setor responsável pelos Colegiados Escolares do Departamento Pedagógico a mais de 06 anos.
Aluno 1CE	Membro do Colegiado Escolar atual, tem 14 anos de idade, já estuda na escola a mais de 06 anos e a menos de 01 ano faz parte do colegiado. Estuda no 9º ano do Ensino Fundamental.
Aluno 2CE	Membro do Colegiado Escolar atual, tem 14 anos de idade, já estuda na escola a mais de 06 anos e a menos de 01 ano faz parte do colegiado. Estuda no 9º ano do Ensino Fundamental.
Aluno 3CE	Membro do Colegiado Escolar atual, tem 15 anos de idade, já estuda na escola a menos de 03 anos e a 02 anos faz parte do colegiado. Estuda no 9º ano do Ensino Fundamental.
Aluno 5	Estudante do 9º ano do Ensino Fundamental, tem 14 anos, vive com pai, mãe e irmãos e quem acompanha sua vida escolar é a mãe. Está na escola há mais de 06 anos.
Aluno 6	Estudante do 8º ano do Ensino Fundamental, tem 13 anos, vive com pai, mãe e irmãos e quem acompanha sua vida escolar é a mãe. Este é o primeiro ano que está na escola.
Aluno 7	Estudante do 9º ano do Ensino Fundamental, tem 14 anos, vive com pai, mãe e irmãos e quem acompanha sua vida escolar é a mãe. Está na escola há menos de 05 anos.
Aluno 8	Estudante do 9º ano do Ensino Fundamental, tem 16 anos, vive com pai, mãe e irmãos e quem acompanha sua vida escolar é a mãe. Este é o primeiro ano que está na escola.
MÃE 1	Mãe de aluna matriculada no 9º ano do Ensino Fundamental da E.E. Nuvem Branca, 50 anos, possui vínculo com a escola desde 2014, quando filha iniciou seus estudos na referida instituição. Não completou o Ensino Médio.

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Quadro 6 – Segmento dos membros da Comunidade Escolar da E.E. Nuvem Branca, respondentes ao Questionário

(conclusão)

NOME	PERFIL
MÃE 2	Mãe de aluno matriculado no 9º ano do Ensino Fundamental da E.E. Nuvem Branca, 31 anos, possui vínculo com a escola desde 2015, quando seu filho iniciou seus estudos na referida instituição. Não completou o Ensino Médio.
MÃE 3	Mãe de aluna matriculada no 3º ano do Ensino Fundamental da E.E. Nuvem Branca, 34 anos, possui vínculo com a escola desde 2017, quando filha iniciou seus estudos na referida instituição. Está cursando o Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos no período noturno.
MÃE 4	Mãe de aluna matriculada no 1º ano do Ensino Fundamental da E.E. Nuvem Branca, 28 anos, possui vínculo com a escola desde janeiro de 2018, quando a filha iniciou seus estudos na referida instituição. Possui Ensino Médio completo.
FUNC.1 CE	Membro do Colegiado Escolar atual e exerce a função pelo 2º mandato consecutivo. Nunca atuou em CEs de outras instituições. É servidora efetiva há 03 anos e pelo mesmo tempo está lotada na escola no turno vespertino. Possui Licenciatura para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental e atualmente exerce a função de Professora de Apoio no Uso da Biblioteca. Possui outro cargo, como Supervisora Escolar em uma Escola Municipal da mesma cidade.
FUNC.2 CE	Membro do Colegiado Escolar atual e exerce a função pelo 2º mandato consecutivo. Nunca atuou em CEs de outras instituições. É servidora com contrato temporário há mais de 10 anos está lotada na escola no turno matutino e vespertino, por possuir dois cargos. Possui Licenciatura para o Ensino da Matemática e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e atualmente exerce a função de Professora de Matemática de 7º ao 8º anos e Regente de Turma do 1º ao 5º ano.
FUNC.3 CE	Membro do Colegiado Escolar atual e exerce a função pelo 4º mandato consecutivo. Nunca atuou em CEs de outras instituições. É servidora Efetiva há mais de 15 anos lotada na escola no turno matutino e possui está aposentada em um outro cargo, também pela mesma escola. Possui Licenciatura para o Ensino de História e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e atualmente exerce a função de Professora de História de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental.
FUNC.4 CE	Membro do Colegiado Escolar atual e exerce a função em seu 1º mandato. Nunca atuou em CEs de outras instituições. É servidor efetivo há 01 anos e pelo mesmo tempo está lotada na escola no turno matutino e vespertino. Possui Licenciatura em Educação Física e atualmente exerce a função de Professor dos 1º e 2º anos do Ensino fundamental e Professor da Oficina de Esportes da Educação Integral e Integrada da E.E.N.B.
FUNC.5	Professor graduado em Matemática, com menos de 35 anos de idade, atuando em seu primeiro ano na E.E.N.B. nas turmas de 6º e 9º anos do Ensino fundamental no turno matutino. Possui outro cargo administrativo na Secretaria de Saúde da mesma cidade.
FUNC.6	Professora graduada em Pedagogia, com menos de 55 anos de idade, atuando em seu primeiro ano na E.E.N.B. na turma de 4º do Ensino fundamental no turno vespertino. Possui outro cargo administrativo como Vice-Diretora em outra Escola Estadual da mesma cidade.
FUNC. 7	Professora graduada em Normal Superior, com menos de 55 anos de idade, atuando em seu quarto ano na E.E.N.B. Atualmente é professora Regente de Turma de um 4º ano do Ensino fundamental no turno vespertino. Possui outro cargo administrativo na secretaria de uma Escola Estadual da mesma cidade.
FUNC. 8	Professora pós-graduada em Letras, com menos de 55 anos de idade, atuando em seu segundo ano na E.E.N.B. nas turmas de 8º e 9º anos do Ensino fundamental no turno matutino. Possui outro cargo como Professora de Língua Portuguesa em outra Escola Estadual da mesma cidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Enfim, explanados os passos de nossa pesquisa qualitativa, delineado os nossos instrumentos e apresentado nosso universo, passemos à seção seguinte, que tratará do foco de nossa investigação. Este, a saber, é a participação dos membros do CE da E.E.N.B. e das percepções de membros da comunidade escolar e seu conhecimento do que vem a ser um órgão colegiado. Também faremos a etapa de análise dos resultados dessas percepções no tipo de Gestão Democrática que é estabelecido nessa instituição, através das respostas obtidas. As análises da seção a seguir partem dos eixos: percepções sobre o colegiado escolar, participação e mobilização social e percepções acerca da gestão escolar. Através destes grandes eixos construiremos nosso tratamento com os dados coletados e, posteriormente, com base no referencial teórico construído no início deste trabalho, passaremos as análises teóricas e em profundidade destes dados com relação a nossa hipótese inicial. Lembramos aqui que esta hipótese se baseia no conhecimento da situação participativa dos membros do Colegiado Escolar bem como de toda uma comunidade escolar. Afirmamos inicialmente que essa situação atual das ações e mobilizações escolares são afetadas, construídas e formadas por fatores que envolvem a participação dos atores escolares, a forma, frequência e qualidade de seus encontros e como todo esse envolvimento está inserido e dialoga com um tipo de Gestão Escolar que se pratica, onde a Democrática é o eleito como ideal.

2.2 Olhares sobre a participação

Nesta seção veremos como a relação democrática instaurada nos marcos legais brasileiros (abordados no primeiro capítulo) estabelece uma ligação com as relações democráticas participativas nas políticas educacionais. Veremos também a culminância destas relações até o estabelecimento da gestão democrática participativa como um caminho de mobilização necessário a uma educação de qualidade. Por fim, buscaremos compreender como os Colegiados Escolares podem se constituir em um mecanismo de garantia desse direito à participação no interior das escolas.

Quando falamos em mecanismos, estamos nos referindo à hipótese de que para a construção de uma dinâmica social participativa no interior da escola, é fundamental o fomento da democracia. Não obstante, coadunamos com a justificativa de Lück (2000) sobre o papel de um gestor escolar frente sua responsabilidade de garantir a construção de uma gestão democrática. Vejamos:

[..] um diretor de escola é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos. [...] É no contexto desse entendimento, que emerge o conceito de gestão escolar, que ultrapassa o de administração escolar, por abranger uma série de concepções não abarcadas por este outro, podendo-se citar **a democratização do processo de construção social da escola** e realização de seu trabalho, mediante a organização de seu projeto político-pedagógico, **o compartilhamento do poder realizado pela tomada de decisões de forma coletiva**, a compreensão da questão dinâmica e conflitiva e contraditória das relações interpessoais da organização, o entendimento dessa organização como uma entidade viva e dinâmica, demandando uma atuação especial de liderança e articulação, a compreensão de que a mudança de processos educacionais envolve mudanças nas relações sociais praticadas na escola e nos sistemas de ensino.(grifos nossos)(LÜCK, 2000, p.16)

Para compreendermos esse movimento em que afirmamos o papel do gestor como responsável pela criação de um ambiente onde as participações sejam realizadas, onde possa ocorrer a democratização da gestão, conforme Lück (2000), primeiramente vejamos uma das definições de participação proposta por Dallari (1984, p.36) é “(...) um dever moral de todos os indivíduos e uma necessidade fundamental da natureza humana”. Existem ainda, para o mesmo autor, diferentes formas de participação, como veremos no Quadro 7:

Quadro 7 – Tipos de participação política, baseado na obra de Dalmo de Abreu Dallari

TIPOS DE PARTICIPAÇÃO	DESCRIÇÃO
Individual	São situações geradas das decisões individuais, embora reflita na coletividade;
Coletiva	São situações ideais onde a integração com o social, mesmo que em pequenos grupos, gera força de mobilização;
Participação eventual	É um tipo de participação política ligada a uma situação momentânea, sem constância ou organização clara e definida.
Participação organizada	É um trabalho sistemático e constante que consolida resultados mais rápidos e com maior amplitude;
Eleitoral	É uma ação em que as pessoas escolhem seus representantes no poder legislativo e executivo; (como cidadão que vota, como candidato a cargo representativo ou como militância política).
Participação para a conscientização	É exercida individualmente ou por escritos e falas coletivas; conscientizar é ajudar alguém a sair de um estado de alienação e proporcionar condições de resgate da razão moral humana.

Fonte: Elaborado pela autora com base na obra Dallari (1984).

Diante deste quadro, vemos que o conceito de participação não se apresenta de maneira única e padronizada, ou seja, é conceito polissêmico que apresenta formas de

emprego diferenciadas quanto às finalidades que ela viabiliza. Se pensarmos na participação como processo complexo, estamos levando em consideração que ela envolve vários sujeitos, em vários espaços e com muitas possibilidades organizativas. Para a análise que este estudo se propõe, no ateremos, no que diz respeito às modalidades acima, à participação coletiva e a participação para a conscientização.

A participação coletiva diz respeito ao fundamento que nos propomos a referenciar quando afirmamos que, ao ocorrerem os processos de democratização dos Sistemas de Ensino Brasileiros¹⁷, houve também a defesa de uma gestão democrática como dinâmica que precisaria ser efetivada em um espaço coletivo, onde também nele os processos de decisão tivessem respaldo em diálogos compartilhados e participativos. A participação para a conscientização é utilizada, pois acreditamos que será papel do gestor público o resgate da conscientização, para que as colaborações de cada um, individualmente, sejam materializadas em decisões que coadunem com as finalidades coletivas da função da escola.

A participação a que nos referimos nesse estudo está diretamente relacionada à participação social, ou seja, enquanto membros de uma determinada realidade educacional, buscaremos perceber e analisar as ações, ou ausência das ações que repercutam sobre ao contexto que este sujeito está inserido. Para Lück (2000), a participação caracteriza-se por

[...] uma força de atuação consistente pela qual os membros da escola reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e dos seus resultados. Esse poder seria resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe dizem respeito. (LUCK, 2000, p.27)

Assim pretendemos afirmar que, de acordo com Dallari (1986) o indivíduo decidido por agir, ou por ser omissos à ação, porém, de qualquer forma, sua decisão afeta o meio em que ele atua. Com relação à viabilização dessa participação, Paro (1992) nos esclarece que a maneira que esse ator atua na escola está condicionada a fatores internos e externos à escola, que definem a forma de qualidade com que essa atuação representa para a Comunidade Escolar.

Cientes da existência desses fatores, que Paro (1992) os denomina de “condicionantes” ou “determinantes”, nosso estudo busca utilizar-se dessas mesmas categorias de análise dos

¹⁷ Como vimos no capítulo 1, a gestão democrática foi um movimento amplo que não se restringiu ao campo educacional, porém nele exerceu relevante influência. Faziam parte da luta em prol pela democratização da educação pública e de qualidade as reivindicações de atores educacionais que acabaram por colaborar para a construção do princípio da gestão democrática na Constituição de 1988 (art.2016), na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de 1996 e nos Planos Nacionais de Educação (2001 e 2014).

fatores que são primordiais na forma de participação dos atores dentro de uma unidade de ensino. Vejamos o quadro 7 que relaciona os fatores que podem interferir ou potencializar a mobilização social e promover ou colocar obstáculos à gestão democrática e participativa das escolas públicas:

Quadro 8 – Fatores internos e externos à escola que determinam a mobilização social/gestão democrática participativa

FATORES INTERNOS		FATORES EXTERNOS	
Materiais	São as condições de trabalho à que estão sujeitos os sujeitos dentro da escola; Condições materiais inadequadas dificultam as relações democráticas e a mobilização social	Condições de Vida	Refere-se às particularidades de cada sujeito, que ele utiliza como pretexto para não participar: tempo, trabalho, cansaço, transporte etc., que geram efeitos diretos na ausência participativa ¹⁸ ;
Institucionais	São as concepções de organização da escola, suas relações hierárquicas e as formas de provimento do cargo da direção; ainda se refere à existência de órgãos de decisão compartilhada, como o Colegiado Escolar. Os obstáculos aos CE inviabilizam a mobilização social e uma gestão democrática participativa.	Cultura	Há uma fragilidade nos mecanismos de conscientização social e nas instâncias de mobilização social, o que gera a ideologia que as pessoas não participam porque não querem. Uma gestão democrático-participativa deve desvencilhar-se desse discurso cultural e criar boas perspectivas de participação entre os sujeitos (mobilizar, valorizar e atender).
Político-Sociais	As relações dentro da escola não são isentas de conflito, pois há agrupamentos que compõem o coletivo que possuem ideias diferenciadas sobre a participação social. Uma gestão democrática participativa deve levar em consideração essas diferenças;	Movimentos Sociais	Refere-se à existência de grupo de mobilização social que permeia a escola, movimentos organizados na Comunidade Escolar e mediam decisões no interior das escolas.
Ideológicos	Participação é prática social, sendo assim, os fatores ideológicos são as concepções e crenças existentes em cada sujeito no interior da escola; Uma Gestão democrático-participativa deve compreender essa dimensão ideológica e promover canais de reconhecimento dos ideais diferentes.		

Fonte: Elaborado pela autora com base em Paro (1992).

¹⁸ Conceito utilizado por Paro (1992; 2008b).

Dentre essas condicionantes à participação, existem algumas que daremos ênfase neste estudo devido aos dados que já obtivemos até aqui e que julgamos serem fundamentais para responder ao nosso objetivo da pesquisa: a compreensão dos fatores que são obstáculos à participação social dos membros do CE, e como esse movimento afeta a construção de uma gestão democrático-participativa da Escola Estadual Nuvem Branca. Esse objetivo justifica-se pelo fato de que, como gestora, ao construir o Plano de Ação dessa pesquisa (que será delineado no Capítulo 3) seja possível propor ações e construir referenciais de mecanismos participativos que sanem as dificuldades relacionadas aos fatores internos à escola que estão corroborando para a ausência participativa dos atores escolares no Colegiado Escolar.

Para tentar construir as devidas bases sobre as quais podemos afirmar (indicado na primeira coluna do Quadro 8) como essa gestão poderá estimular a perspectiva da mobilização social no interior da escola, utilizaremos o conceito de “condicionantes internos” (PARO, 1992, p. 259).

Esse conceito se baseia tanto no fator interno do indivíduo conhecer suas atribuições e conscientizar-se na necessidade de sua atuação crítico-reflexiva, como também nos fatores que dizem respeito à gestão escolar, como viabilizadora (por criar canais de participação) dessa mobilização social. Paro (1992) ainda nos clarifica que sem a devida mobilização popular, movimento que leva diferentes classes ao conhecimento necessário sobre as ordenações de poder, estes mesmos atores são marginalizados das ações reivindicativas e não tem nível o suficiente de consciência política que os levem a participar.

Ainda, segundo Paro (1992) existe as seguintes considerações sobre os fatores que favorecem ou impedem uma atuação crítica do indivíduo em sua Comunidade Escolar. Dentre eles, podem-se citar os condicionantes materiais:

[...] embora não se deva esperar que mesmo condições ótimas de trabalho proporcionem, por si, a ocorrência de relações democráticas e cooperativas, da mesma forma não se deve ignorar que a ausência dessas condições pode contribuir para o retardamento de mudanças no sentido do estabelecimento de tais relações. (PARO, 1992, p. 260).

Há ainda os condicionantes institucionais, de relevância fundamental, segundo o autor, pois dizem respeito a forma como está organizada a escola pública, onde culmina um:

[...] o caráter hierárquico da distribuição da autoridade, que visa a estabelecer relações verticais, de mando e submissão, em prejuízo de relações horizontais, favoráveis ao envolvimento democrático e participativo. Percebe-se, ao mesmo tempo, a natureza monocrática da

direção de escola pública [...] (onde) o diretor aparece, diante do Estado, como responsável último pelo funcionamento da escola e, diante dos usuários e do pessoal escolar, como autoridade máxima. (PARO, 1992, p.262).

Vemos assim que as formas de participação social dos agentes no interior das escolas podem ser perpassadas por condições que inviabilizam uma gestão realmente democrática e participativa. Constata-se, acima necessidade de que o gestor da escola pública possa, a fim de criar canais de “participação para a conscientização” (DALLARI, 1984), ou seja, fazer cada sujeito inserido no interior da escola reconheça seu papel fundamental nas ações que comprometem sua própria maneira de ser e trabalhar. Ao relacionarmos as formas de participação de Dallari (1984) com os fatores que impactam essa participação de Paro (1992) buscamos encontrar caminhos possíveis para efetivar a gestão democrática- participativa no bojo da escola, possibilitar o funcionamento efetivo (e não meramente formal) das instâncias colegiadas de caráter deliberativo, para que possam ser instâncias de mobilização social na realidade escolar.

Falamos aqui dos colegiados escolares, que se estabelecem em mecanismos de participação da comunidade nos processos de organização democrática e participativa da escola. Desde que sejam constituídos por membros da Comunidade Escolar que conhecem as leis de composição desse órgão, avaliam suas atribuições, as propostas pedagógicas da escola e as concepções democráticas de gestão, eles servirão de base para as decisões que envolvem a coletividade escolar - mais importante ainda se estiverem motivados e engajados na defesa de suas opiniões.

Um colegiado escolar não deve ser o único órgão representativo dos diferentes atores que estão presentes ou dependem da escola, porém, ele tem a capacidade de unir diversas representações da sociedade, criando, a princípio, condições básicas para a instauração de procedimentos e decisões mais democráticas no interior da escola. Essa possibilidade se torna possível na medida em que, pela pluralidade de atores e opiniões, a participação se torne mais qualificada, caso o planejamento das reuniões e a coordenação dos assuntos em pauta possam criar, verdadeiramente, condições para a participação.

Sobre as prerrogativas da constituição de uma organização colegiada na escola, Paro (2008b) aponta os passos para a organização dos colegiados, como forma de dividir entre mais atores, as responsabilidades por problemas escolares. Para o autor a atual organização escolar é constituída de maneira:

[...] hierarquizada e unipessoal (sendo) menos compatível com os objetivos democráticos da educação do que formas alternativas de gestão colegiada. Para isso é preciso, sem dúvida, um fortalecimento dos mecanismos de participação coletiva – conselho de escola, grêmios estudantis e associações de pais. Mas apenas isso não basta. A existência de um diretor que é responsável último pela escola o transforma, [...] no “culpado primeiro” por tudo que aí acontece, constituindo-o em mero preposto do Estado que, por meio de uma única pessoa, tem condições de impor seu poder a toda uma instituição. Natureza do trabalho que se desenvolve numa instituição educativa está a exigir formas cooperativas de organização do trabalho e da autoridade na escola, a partir de uma gestão com maior força diante do Estado e maior legitimidade diante da comunidade educativa. Tal organização exigiria, entre outras medidas, a superação da forma monocrática de direção escolar e a adoção de uma direção colegiada, nos moldes do conselho diretivo [...] composto por três ou quatro educadores que, como coordenadores do esforço humano coletivo na escola, teriam a função de dividir a responsabilidade de sua direção de forma participativa e em cooperação com os demais mecanismos de participação coletiva, em especial o conselho descola (PARO, 2008b, p. 34).

Na perspectiva da participação como instrumento de democratização, é relevante perceber que é um desafio para a gestão escolar, nos moldes que Paro (2008b) aponta no trecho acima, o estabelecimento de uma cultura coletiva de participação. De acordo ainda com Lück (2000), a “criação de ambientes participativos é, pois, uma condição básica da gestão democrática.”, pois dessa ambientação surgirá as condições ideais para uma visão de coletividade e responsabilidade entre os atores que da escola fazem parte. Além da criação de canais constantes de comunicação, a organização legislativa ainda aponta o diretor escolar como único presidente possível de um Colegiado Escolar, e, mesmo que as decisões sejam assinadas conjuntamente, ainda é visível a centralidade no papel do gestor escolar, como dissemos no início desta seção, que centralizadas condições de elaborar e executar planos de desenvolvimento da escola que sejam compatíveis com as necessidades de todos os que fazem parte da coletividade da escola.

A partir, então de uma concepção mais participativa, vemos a importância do colegiado escolar para a gestão democrática, uma vez que se se apropriem do conhecimento de suas atribuições e de seu fundamental papel de participativo.

2.3 Análise de dados da pesquisa

No item anterior, percebemos que dentre as mais variadas formas de Participação existente, abordamos em nosso estudo que a participação coletiva e para a conscientização são formas ideais, porque geram força de mobilização social. Após as decisões serem tomadas de

acordo com a vontade e necessidade da maioria, há uma probabilidade maior dessas decisões serem as mais acertadas para o bem-comum. Sendo assim, vimos também que diversos fatores interferem nessa participação, (internos e externos) e nesta parte de nosso estudo identificamos alguns desses fatores dificultadores da participação dentro de uma ideal de Gestão Democrática.

É importante retomar que, na perspectiva de Lück (2009), a gestão democrática é aquela que proporciona a participação de todos os segmentos, de maneira articulada de modo que a proposta para a unidade de ensino seja atenta as reais necessidades sociais existentes.

Assim, a análise aqui apresentada é resultado de reflexões acerca da convergência e divergência em torno de eixos comuns presentes em cada um dos 7 questionários elaborados, nos quais buscamos respostas dos sujeitos pesquisados que nos levassem à compreensão sobre suas percepções a respeito da participação, do Colegiado Escolar, da Gestão Democrática e da Mobilização Social.

Inicialmente, lembramos que a nossa pesquisa foi realizada, em sua grande parte, na sede da própria Escola Nuvem Branca e alguns questionários foram dados para os sujeitos de pesquisa em suas casas em decorrência de uma greve dos servidores mineiros, que ocasionou a paralisação de aulas. Da amostra de pesquisa que tínhamos inicialmente, tivemos 06 questionários não respondidos (04 de servidores administrativos, 01 de aluno e 01 de mãe de aluno). Sendo 04 membros do Colegiado Escolar e 02 membros da comunidade,

A entrega dos Termos de Consentimento para os segmentos que abrange os funcionários foi realizada na escola em um momento de reunião Administrativa. Essas reuniões estão no calendário e fazem parte da rotina básica de trabalho, mesmo quando em greve, pois os servidores que não aderem à paralisação podem, livremente, cumprir seus horários de cumprimento de Atividade Extraclasse¹⁹. Nesta reunião, foi repassado a todos os participantes as finalidades, condições e os objetivos da Pesquisa. Esse momento foi escolhido pois, em um encontro mais abrangente, a pesquisadora poderia apresentar, em um momento único, as razões e objetivos da presente pesquisa.

Na mesma semana, realizamos a abordagem com 08 alunos, um a um, e 04 mães em suas residências, ou na escola, quando chamados pela pesquisadora por meio de ligação telefônica.

¹⁹ As atividades extraclasse são normatizadas pelo Decreto nº 46.125, de 4 de janeiro de 2013 que regulamenta dispositivos da Lei nº15.293, de 05 de agosto de 2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado. Essas horas de cumprimento de Atividade Extraclasse independem da presença do aluno na escola. São horários remunerados pelo governo de Minas Gerais que tem o objetivo de possibilitar que os professores realizem atividades de planejamento, estudos e elaboração de projetos e avaliações que aperfeiçoem sua prática pedagógica e elevem a qualidade de ensino (MINAS GERAIS, 2013).

Em nossos dados não conseguimos resposta da única mãe titular do Colegiado Escolar e sua suplente, da servidora administrativa e sua suplente e de um aluno suplente. Mesmo realizando um movimento de recomposição do Colegiado Escolar (orientações da S.R.E. Uberlândia, como explicado no Quadro 4), não houve tempo suficiente para a capacitação e orientação desses novos membros e, o fato da escola estar em greve pode ter contribuído para que o questionário não fosse levado a importância devida.

Segundo Dallari (1984) para participar é fundamental conhecer do que se está participando, pois é através desse conhecimento que todos podem exercer a sua vontade e tomar consciência do que está sendo feito. Se para participar é preciso conhecer e, como os membros não conhecem ainda a importância de sua participação, podemos refletir que essa recém entrada para o órgão colegiado é fatos que colabora para as ausências encontradas.

Inicialmente, tinha sido planejada a aplicação de 18 instrumentos. No entanto, foi replanejado para a Pesquisa a realização de 28 questionários, após a situação de Greve pela qual a escola passou, para prevenir um problema de campo. Destes já foram aplicados os 28, porém, conforme explicado acima, tivemos uma taxa de retorno que gira em torno de 84%.

Passaremos então, no item seguinte, a análise dos dados de campo dentro das peculiaridades que foram descritas acima, girando em torno dos principais eixos de pesquisa, iniciando com as percepções sobre a Participação e Colegiado Escolar, depois com as noções sobre Gestão Democrática e a capacidade de mobilização social.

2.3.1 Os encontros colegiados pró-forma: percepções da comunidade escolar

Esta seção foi construída a partir das respostas de duas categorias de atores envolvidas nesta pesquisa: os membros do colegiado escolar da Escola Estadual Nuvem Branca, e outros atores que não fazem parte deste órgão colegiado, conforme se observa no quadro 6. Significa dizer que, em nosso instrumento de coleta de dados, em seus Blocos II(a) e II(b), no caso dos profissionais que atuam na escola, analistas da SRE e alunos membros do CE, nas questões de 07 à 16 coletamos informações que permitiram analisar as respostas dos atores pesquisados (acerca de seu conhecimento, relacionamento e percepções sobre o Colegiado Escolar. Para as análises que tratam das percepções dos pais de alunos da escola, nesta seção utilizaremos os Blocos II e III, em suas questões 8 a 16, com a mesma finalidade da investigação acima.

Para que essa análise fosse realizada, atribuímos questões específicas sobre o Colegiado Escolar de maneira geral, ou seja, como a legislação define que ele deva ser, e

questões mais particulares com elementos que identificassem como esses atores se relacionam com esse órgão.

Em nosso instrumento de pesquisa, nas questões 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16²⁰, os participantes foram questionados sobre se conheciam: o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, o Estatuto de constituição da Caixa Escolar e o Calendário.

Elencamos esses três documentos pois são de responsabilidade de construção pelos membros do Colegiado Escolar, de maneira conjunta, e nenhum deles é validado sem conter Ata de Reunião do Colegiado Escolar referendando seus termos, segundo as Resoluções SEE/MG nº 2.554/2014 e nº 2.958/2016 (MINAS GERAIS, 2014a, 2016). Além do mais, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar compreendem, em cada um, uma parte exclusiva para o ordenamento do Colegiado Escolar. Mas especificamente. O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Nuvem Branca, nas versões de 2014, 2015 e 2016 abrangem seu capítulo 2 de título “Conselho Escolar” a apropriação da nomenclatura da palavra “colegiado” seguindo as legislações estatuais mineiras. Nesse capítulo são tratadas as formas de ingresso, funções, atribuições e competências dos membros do Colegiado Escolar. A última página deste documento traz o título de “Ata de Aprovação do Colegiado Escolar”, ou seja, todo projeto escolar e as normas políticas de convivência e desenvolvimento pedagógico dependem da aprovação deste órgão colegiado.

O Regimento Escolar da EENB, também tomando por referências os anos de 2014, 2015 e 2016, contém uma estrutura que abarca o capítulo 7 “dos órgãos colegiados”, uma seção 1 “do colegiado”, uma seção 2 “das competências” e a seção 3 “do conselho de classe”. Nestes itens podemos encontrar a forma de funcionamento dos Colegiados Escolares como eleição e ingresso, tempo e formas de atuação, número e especificações de perfil dos membros, poderes de voz e voto, organização periódica de encontros e conceituações relevantes como: deliberação, consulta, aprovação, veto, decisão e referendo. Em sua última página, contém um espaço específico para a data de aprovação do Colegiado Escolar, sem, no entanto, como no caso do Projeto Político Pedagógico (PPP) conter a Ata de aprovação do CE.

Significa dizer que o conhecimento destes documentos no que se refere ao CE também pode levar à interpretação que se conhece as atribuições e funções a desempenhar quando se

²⁰Nos instrumentos aplicados aos servidores da escola, as questões são de 12 a 15. Na aplicação dos instrumentos para os pais, as questões são de 13 a 16. Nos questionários aplicados as analistas da SRE o mesmo tema é tratado pelas numerações de 10 a 13 e, finalmente, para os alunos, as questões são de 11 à 14.

faz parte de um CE, e ainda, que é possível cobrar daquele que faz parte deste órgão minimamente realize o que os documentos definem.

Desta forma, as tabelas 3 e 4 apresentam os dados sobre o conhecimento dos atores escolares, sobre os documentos definidores deste órgão, bem como aqueles que são de sua responsabilidade na rotina escolar e, em seguida.

Para maior compreensão sobre tal conhecimento, os atores foram divididos em dois grupos: membros do Colegiado Escolar e não membros do Colegiado Escolar. . Escolhemos essa dinâmica para que seja mais fácil ao leitor identificar e comparas os dados da análise que serão realizadas na sequência:

Tabela 3 – Conhecimento dos documentos normativos da escola pelos membros do Colegiado Escolar

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
Projeto Político e Pedagógico	86%	14%	0	0
Regimento Escolar	57%	29%	0	14%
Estatuto do Caixa Escolar e normas de Prestações de Contas	43%	29%	14%	14%
Calendário Escolar	43%	29%	14%	14%

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Assim, entre os participantes do órgão colegiado da E.E. Nuvem Branca, vemos que com relação ao PPP, o índice de pessoas que conhecem (86%) ou conhecem algum conteúdo, mesmo que de maneira fragmentada (14%) indicam algum nível de conhecimento destes atores com este documento.

Esse índice varia quando questionados sobre o Regimento Escolar (57 % conhecem e 29% conhecem de forma parcial) e Estatuto do Caixa Escolar e Calendário (43 % conhecem e 29% conhecem de forma parcial).

Sobre estes dois últimos documentos há resposta de participantes que dizem não conhecer nada destas ações (14%) ou conhecer de maneira precária (14%).

Vejamos como são estes números com relação aos atores que não fazem parte do Colegiado Escolar:

Tabela 4 – Nível de concordância sobre Documentações Escolares pertinentes à dinâmica do CE / atores não pertencentes ao CE

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
Projeto Político e Pedagógico	25%	33%	17%	17%
Regimento Escolar	16%	67%	17%	0
Estatuto do Caixa Escolar e normas de Prestações de Contas	16%	17%	17%	50%
Calendário Escolar	67%	33%	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na análise dos dados desta tabela, notamos que dentre todos os documentos acima elencados em nossa dinâmica de pesquisa, o que possui maior índice de conhecimento apontado pelos participantes é o Calendário Escolar. Sobre este documento, 67% dos atores dizem conhecê-lo de maneira ampla e 33 % dizem que o conhecem de maneira parcial. Estes dados respondidos da maneira como organizamos acima mostra que o documento Calendário Escolar pode ser um documento mais próximo da realidade cotidiana da comunidade escolar.

Em menor proporção numérica, temos as respostas sobre o Regimento Escolar. Sobre ele, 16% dos atores dizem conhecê-lo de maneira ampla e 67 % dizem que o conhecem algo sobre o Regimento Escolar. Ainda temos 17% dos respondentes que diz não conhecer devidamente o documento.

Sobre o Projeto Político Pedagógico, o número de atores que desconhecem totalmente seu conteúdo aparecem nos 17% de respostas analisadas. Ainda sobre o PPP, temos que 25% o conhecem de forma mais completa ao passo que 33% conhecem algo sobre ele.

Enfim, sobre os dados da Tabela 4, temos as Normas do Caixa Escolar (Estatuto do Caixa Escolar e normas de Prestação de Contas). Sobre esse documento temos um número maior de respondentes que o desconhecem. São 50% da comunidade escolar pesquisada que não conhecem o teor destes documentos. Assim temos, dos 50% restantes, resultados equilibradas, em quantidade de respostas: 16% dizem conhecer o Estatuto do Caixa Escolar e as Normas de Prestação de contas, 17% conhece de maneira fragmentada e 17% conhece alguma coisa mas não de maneira consistente.

Sabemos também que a escola, bem como a Comunidade que ela atende, é uma realidade muito diversa e complexa. Desta forma, temos um fator muito importante dentre os dados coletados, que tange ao conhecimento e construção do Projeto Político Pedagógico da escola que garanta uma unidade de ações eficazes em prol do bem-comum. Segundo o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares “o projeto político-pedagógico surge como um instrumento eficaz para a garantia dessa unidade. A partir dele, o Conselho Escolar, pode acompanhar todo o processo, auxiliando na melhoria da qualidade da educação” (BRASIL, 2004a, p.40).

De acordo com nossa pesquisa, 17% atores desconhecem o Projeto Político Pedagógico. Este documento é um dos quais, já tratamos nesse estudo, trata da organização pedagógica, administrativa, financeira e de gestão de pessoas das escolas Estaduais. Sendo assim, nos capítulos que tratam sobre o CE, os participantes indicam não conhecerem o documento, o que pode sinalizar para uma compressão incompleta dos objetivos e metas traçados para o processo educativo escolar, fator esse que não corrobora para um protagonismo do CE sobre as legislações e projetos internos que regem sua própria atuação.

Quando analisamos essa relação da comunidade com as normas de prestações de conta do Caixa Escolar, como constatamos pelos dados apresentados na tabela 3, vemos que 14% dos membros do colegiado não conhecem essa legislação, ao passo que metade da comunidade não pertencente ao colegiado (Tabela 4), também revela não conhecer tais normas.

Reiteramos que os Colegiados Escolares têm atribuições específicas, e todas elas remetem ao mínimo necessário de encontros planejados com diálogo acerca do conhecimento e deliberações que necessitam ser tomadas, como destacamos no capítulo 1. Sendo assim, espera-se que os membros do Colegiado Escolar se reúnam com certa periodicidade, e que juntos, cada segmento representativo da Comunidade Escolar possa definir as decisões tomadas. Derivam desses encontros, também, as Assembleias, que tem uma força de decisão e deliberação maior com relação aos encontros rotineiros de um Colegiado. No entanto, o que podemos perceber através desta seção é que não há encontros o suficiente nem mesmo para que os membros do CE conheçam as documentações escolares. Deste contexto surge margem para discutirmos que as deliberações e as decisões estão sendo executadas sem o satisfatório conhecimento de todos os segmentos do CE de suas funções e atribuições. Situação que pode acarretar desentendimentos desfavoráveis a uma forma política de agir condizente com as normas escolares, legais e necessidades da comunidade local.

Constatamos em nosso estudo que houve a Assembleia Geral apenas com o intuito de eleger dos Membros do Colegiado Escolar, porém, não encontramos em nossa pesquisa documental do capítulo 1, registros de encontros com a finalidade de promover assembleia geral. Este fato é um ponto de atenção a nossa pesquisa, pois, segundo documento “Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares” (2014), temos então que

Além dessas reuniões, recomendam-se também assembleias-gerais, que contam com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Essas assembleias são soberanas nas suas decisões, ou seja, qualquer deliberação em contrário só terá validade se novamente apresentada e referendada por outra assembleia-geral. As assembleias-gerais podem ser convocadas, entre outros, para o esclarecimento do papel dos Conselhos Escolares (e eleição dos seus membros, se for o caso); para divulgar as propostas de trabalho das escolas e para fazer um balanço das atividades realizadas. Tanto as assembleias quanto as reuniões do Conselho Escolar devem ser realizadas com a presença da maioria dos representantes, sendo todas as discussões, votações e decisões registradas em atas, que serão lidas, aprovadas e assinadas e colocadas à disposição da comunidade escolar (BRASIL, 2014, p.53).

Embasados na abordagem acima, argumentamos que o Colegiado Escolar deva ser compreendido como uma das ferramentas para a realização de uma Gestão Escolar Democrática. No entanto, depende muito da atuação interativa dos membros deste órgão, bem como do seu nível de conhecimento e formação. Segundo Luck (2009),

um órgão colegiado constitui-se em um mecanismo de gestão da escola que tem por objetivo auxiliar na tomada de decisão em todas as suas áreas de atuação, procurando diferentes meios para se alcançar objetivo de ajudar o estabelecimento de ensino, em todos os seus aspectos, pela participação de modo interativo de pais, professores e funcionários. (LUCK, 2009, p.74)

Enfim, nossa pesquisa, ao argumentar que é importante que o Colegiado Escolar atue na escola como um todo, em suas questões pedagógicas (Projeto Político Pedagógico), administrativas (Regimento Escolar), rotineiras (Calendário Escolar), financeiras (Estatuto do Caixa Escolar e Normas de Prestações de Contas), e outras, assim como Luck (2009, p. 75) compreende o Colegiado Escolar como “[...] auxiliar na tomada de decisão em todas as suas [da escola] áreas de atuação”, percebemos que as repostas dos atores desta pesquisa estão conflitando com essa totalidade de ações escolares.

Abaixo, trazemos um estudo sobre as respostas das analistas de colegiados escolares das cidades que fazem parte da superintendência regional de ensino. Ainda refletindo sobre as assertivas de nosso instrumento de pesquisa que abarcam o eixo do conhecimento acerca do

Colegiado Escolar, destacamos que essas profissionais são servidoras públicas efetivas e suas funções estão comportadas dentro da diretoria pedagógica na divisão dos Colegiados Escolares da SRE.

Para identificarmos a relevância das diferentes funções que um CE tem dentro de uma escola, nosso instrumento de pesquisa trazia a seguinte assertiva: “...garanto orientações sobre a importância da normatização e funcionamento dos documentos (PPP, Regimento, Estatuto e Calendário)”. Essa assertiva foi escolhida pois, segundo a diretora do departamento pedagógico da SRE essa é uma atribuição das analistas escolares que dão suporte pedagógico as escolas dentro da divisão dos Colegiados Escolares. Desta forma, vejamos as respostas organizadas na tabela 5 seguinte:

Tabela 5 – Nível de concordância da necessidade de orientar os membros do CE sobre os Documentos na percepção das Analistas do CE na SRE

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
Projeto Político e Pedagógico	100%	0	0	0
Regimento Escolar	100%	0	0	0
Estatuto do Caixa Escolar e normas de Prestações de Contas	0	0	0	100%
Calendário Escolar	100%	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Nesta tabela 5, são apresentados os dados que acrescem informações acerca das respostas de sujeitos de pesquisa que não fazem parte diretamente da Comunidade Escolar. Nesta pesquisa consideramos comunidade escolar tão somente como Paro (2016) nos apresenta:

O termo “comunidade” não pretende ter aqui um significado sociológico mais rigoroso. (...) O conjunto de pais/famílias que, por residirem no âmbito regional servido por determinada escola [no nosso caso tratando exclusivamente da EENB], ou por terem fácil acesso físico a ela, são usuários, efetivos ou potenciais de seus serviços. (PARO, 2016, p. 28)

Como dito anteriormente, tratam-se de 02 servidoras efetivas que lograram vaga para executar suas funções na Superintendência Regional de Ensino, e que, por vezes, agendam

visitas as unidades escolares para fins de recolher dados e deixar contribuições que tem relação exclusiva com a formação, organização, eleição, regulação e orientação aos Colegiados Escolares. O perfil destas duas servidoras está esboçado no Quadro 6, chamadas aqui de ANE1 e ANE2.

Ainda sobre os dados trazidos na Tabela 5, temos que 100% responderam que orientam às escolas sobre sua responsabilidade de atuação acerca da importância de normatizar o funcionamento dos Colegiados Escolares nos seus Regimentos Escolares. Há também 100% de afirmação ao responderem que garantem orientações sobre a normatização do funcionamento dos Colegiados Escolares através dos Projetos Políticos Pedagógicos.

Com relação aos Calendários Escolares, 100 % respondeu que orienta totalmente as escolas para sua construção. No entanto, com relação ao Estatuto dos Caixas Escolares e Normas de Prestação de Contas, todas as respondentes discordam, por completo, da necessidade de orientação às escolas sobre o teor destes documentos.

Toda a atividade financeira escolar (alimentação, mobiliários, pagamento de fornecedores, contratação de prestadores de serviço, materiais de escritório, limpeza e informática etc.) está regulada pelo Estatuto do Caixa Escolar.

A Caixa Escolar é uma unidade executora dentro de cada Escola Estadual mineira, que tem por função gerir os recursos financeiros recebidos para a manutenção da unidade escolar e para a organização do cardápio alimentar dos alunos que nela estudam. Todas as ações de compras, licitações, contratações de serviços, aquisições de alimentos, materiais de limpeza, livros, computadores, etc. tem que ter, sempre, a assinatura da maioria dos membros do Colegiado Escolar. O Estatuto da Caixa Escolar é refeito a cada dois anos e também, como o Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico e Calendário Escolar, necessitam do referendo do Colegiado Escolar, em ata, com a presença da maioria de seus membros.

Sendo assim, é muito importante a participação efetiva do CE, como já dissemos anteriormente, na totalidade de ações que envolvem a escola e, através dos dados trazidos pela tabela 5, percebemos que as analistas ANE CE desconhecem a necessidade de orientar às escolas e os colegiados escolares em matéria financeira.

O art. nº 74b do Decreto Estadual nº 45.849/2011, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, as Superintendências Regionais de Ensino, através de sua divisão de pessoal devem “orientar, estimular e acompanhar as ações do Colegiado Escolar”. Sendo assim, em virtude da complexidade de ações e diversos documentos que pertencem a dinâmica da atuação dos Colegiados Escolares, inferimos que estes órgãos não estão recebendo orientações de maneira satisfatória que abranjam a

totalidade de sua atuação no que diz respeito as que envolvem a normatização e o funcionamento dos Colegiados Escolares nos Estatutos de Funcionamento dos Caixas Escolares.

Deste modo, sobre a atuação de maneira global, que envolve os aspectos de suas ações, por parte de um CE, segundo Luck (2009):

[...] apesar de todas as escolas terem uma Unidade Executora, de modo a poder receber e gerir os recursos financeiros que lhe são destinados, sejam os do governo federal (Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE), sejam do governo estadual ou municipal, o seu funcionamento nem sempre é participativo em seu sentido pleno. Isso ocorre quando os mesmos existem formalmente, porém as decisões são tomadas pela direção da escola e os pais são envolvidos /se envolvem, sobretudo, em dar aval às decisões tomadas e assinar as prestações de contas e conferi-las. Nesse caso, perde-se o espírito de gestão democrática e colegiada, que se pressupõe participativa **em todos os momentos**. (LUCK, 2009, p.73) (grifos nossos)

Com essa abordagem, Luck (2009) nos esclarece que a escolha de atuação que se faça dentro de um órgão colegiado compromete o que ela chama de *sentido pleno*. Concordamos com essa afirmação e, em nossa análise destacamos que, se não há um direcionamento central para o auxílio dos membros de um CE para questões que se referem a atuação da execução financeira da Caixa Escolar, esta operacionalização segue a maneira própria de cada Gestão, e isso compromete uma atuação participativa em sentido amplo dos membros de um Colegiado Escolar.

2.3.2 A Participação da Comunidade Escolar

Nesta seção serão analisadas as questões dos questionários aplicados na pesquisa de campo e que versam sobre onde sobre a participação dos membros nos encontros do colegiado, ou em reuniões da escola, formas como são convocados para tais reuniões e como avaliam tais convocações²¹.

Com relação as ANEs, o tema foi tratado em torno da percepção dessas servidoras de como ocorrem as reuniões nas unidades escolares que visitam.

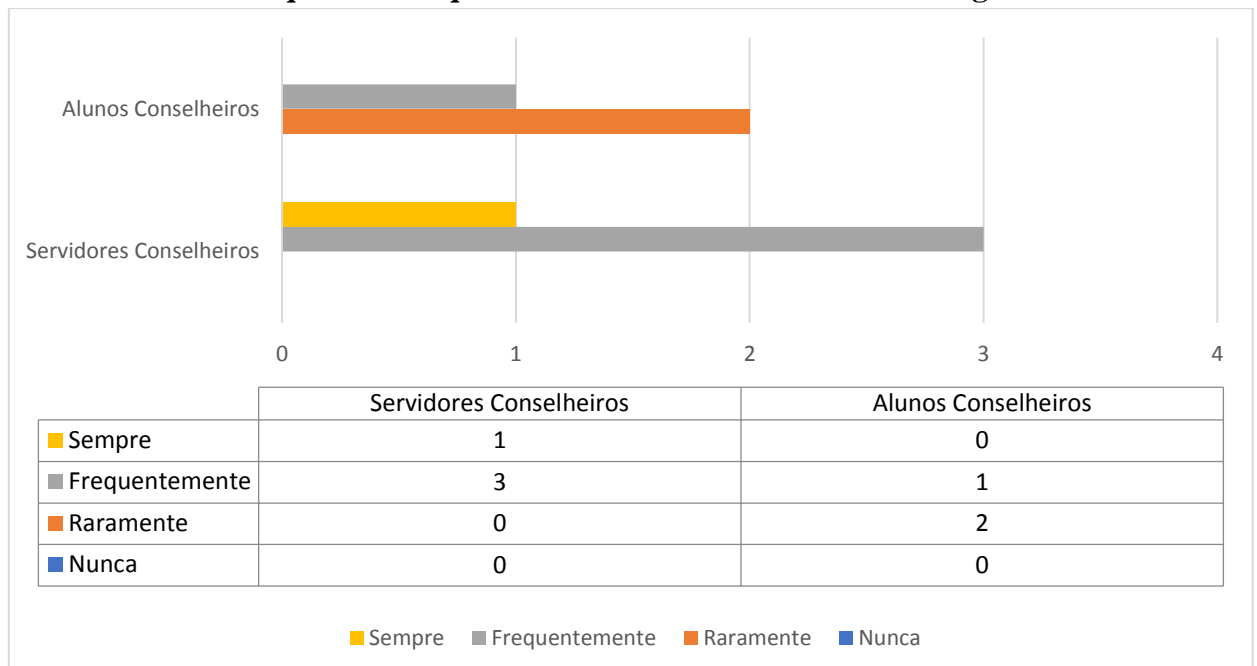
²¹Nos instrumentos aplicados aos servidores da escola, as questões são de 08 a 11. Na aplicação dos instrumentos para os pais, as questões são de 07 a 10. Nos questionários aplicados as analistas da SRE o mesmo tema é tratado pelas numerações de 05 a 09, porém tem haver sobre a percepção delas de forma geral de como as escolas agem diante da participação. E, finalmente, para os alunos, as questões são de 06 à 09. Para os servidores escolares que não são conselheiros, as questões que tratam sobre o tema da participação são de enumeradas de 05 a 14.

Desta forma, partimos do argumento de analisar a participação, nesta seção do trabalho, pois temos a concepção de que a gestão escolar é um meio para a realizar objetivos de uma educação de qualidade, oferecendo à sua Comunidade Escolar a promoção da partilha nas decisões, com o devido respeito as necessidades de cada um e visando a um bem social comum.

Segundo Lück (2009) há competências de gestão que um diretor escolar precisa seguir para trilhar caminhos que beneficiem sua Comunidade Escolar. Dentre essas competências está a Gestão de Pessoas. Segundo a autora, para que a gestão escolar crie condições de atender ao que a comunidade escolar acredita que é mais adequado para o bom funcionamento da escola, é preciso que ela provoque canais de diálogo e participação, onde as ações sejam sempre realizadas de maneira democrática (LUCK, 2009). Assim, é fundamental, em contrapartida, que essa Comunidade Escolar participe de maneira ativa e dinâmica nos processos pedagógicos, administrativos, financeiros que são constituídos na escola.

As análises que se seguem são provenientes das questões dos Blocos II e III, relacionados com o relacionamento dos respondentes com ações da gestão escolar, incluindo questões que envolvem diretamente a questão da participação escolar, um dos eixos centrais de nosso estudo. Sendo assim vejamos, inicialmente, o gráfico 1:

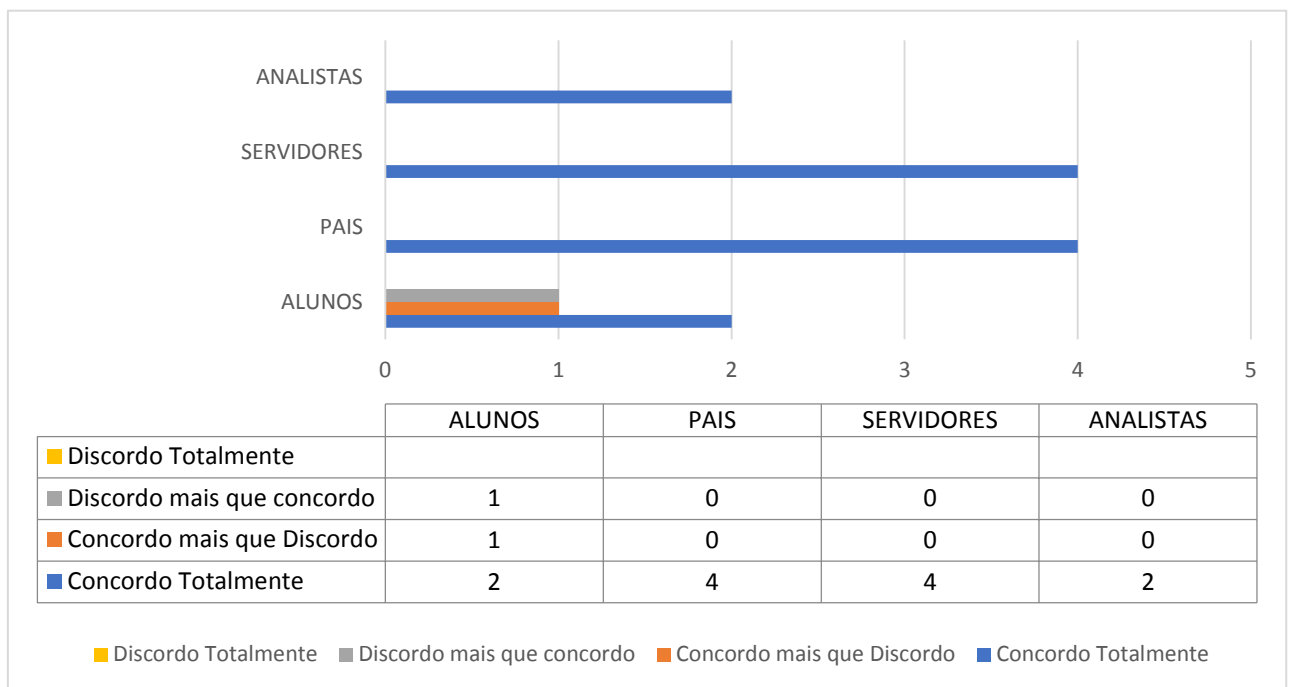
Gráfico 1 – Frequência em que são realizadas as Reuniões do Colegiado Escolar



Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

Pelos dados apresentados neste Gráfico 1 pode-se constatar que os encontros acontecem na escola, uma vez que nenhum dos respondentes marcou a opção nunca. Porém, 02 membros conselheiros afirmam que eles ocorrem raramente, o que corrobora com a argumentação que realizamos no capítulo 1 deste estudo onde após análise documental das atas escolares, verificamos que apesar do registro mensal de ao menos uma reunião, nelas não encontramos as assinaturas do colegiado escolar completo, com ausências identificadas. É válido ressaltar que 3 (três) conselheiros que corroboram com a afirmativa do acontecimento frequentem das reuniões, bem como um que diz que elas sempre ocorrem. Se as reuniões ocorrem frequentemente ou sempre, vejamos, no gráfico 2, como se declaram participativos esses atores pesquisados através do Gráfico 2:

Gráfico 2 – Como a Comunidade Escolar [não-membros] se declara participante



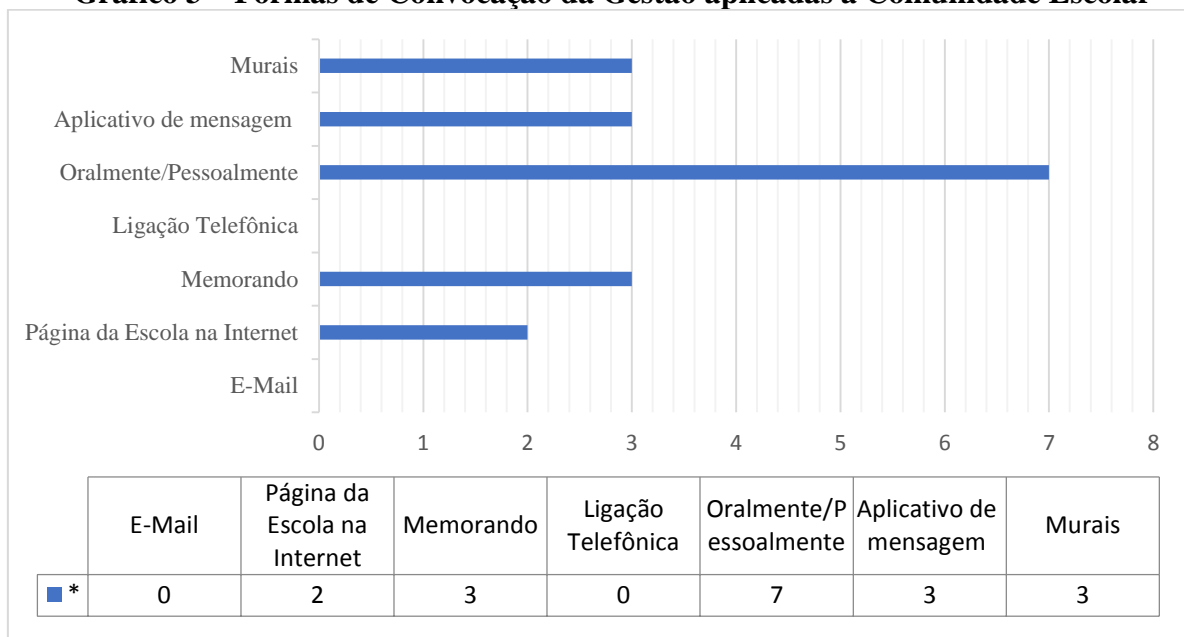
Fonte: Elaborado pela Autora (2018).

As ponderações que fazemos ao analisar o gráfico 2 confirma que a Comunidade Escolar se declara participante dos encontros promovidos pela escola de maneira geral, ou seja, incluindo reuniões com a direção, professores e também participações em reuniões do CE. Assim, houve uma pequena variação na resposta dos alunos, que, diferente das outras categorias, há entre eles aqueles que declaram não participar efetivamente das reuniões (Discordo mais que concordo), e aqueles que não participam na totalidade dos encontros (Concordo mais que discordo). Este fato se torna curioso, pois, apesar da declaração quase

maciça da participação identificada pelos questionários, a pesquisa documental realizada no capítulo 1²² vai de encontro a essas respostas. Assim, como há os registros dessa não participação, o que podemos compreender é que a Comunidade não declara sua ausência participativa.

Podemos ratificar esse argumento com as questões 12 e 18 de nosso instrumento de pesquisa, onde os atores foram questionados se assistiram alguma reunião do CE. Como falamos anteriormente, as reuniões do Colegiado Escolar são realizadas em local público, de acesso visível, acessível e com condições de recepção (mesa, bancos, cadeiras, mural, banheiros, bebedouros). De acordo com nosso instrumento de pesquisa, as reuniões são marcadas com no mínimo 48 horas de antecedência (100% de respostas afirmativas - sempre e frequentemente - à afirmativa “(...) as reuniões são marcadas com 48 horas de antecedência”). Ainda de acordo com nosso instrumento, são diversas as formas de convocação para as reuniões do colegiado escolar:

Gráfico 3 – Formas de Convocação da Gestão aplicadas à Comunidade Escolar



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No entanto, quando recortamos de nosso instrumento as questões 12 e 18, como dito parágrafo no anterior, eis o resultado que apresentamos:

²² Como conclusões da pesquisa realizada no capítulo 1 deste estudo, elencamos o problema da não-participação, justamente por não encontrarmos nos registros de reuniões elementos que comprovasses que a Comunidade Escolar é atuante. Na E.E.N.B, as reuniões de Colegiado Escolar, Assembleia Geral, Conselho de Classe e entrega de boletins são realizados em um único livro de atas: “Ata de Reuniões do Colegiado Escolar”, desde o ano de início dessa pesquisa, 2014.

Tabela 6 – Declaração da participação nas reuniões do CE.

	SIM	NÃO	Questionamento: Você já participou de algum encontro do Colegiado Escolar?
Alunos	25%	75%	
Servidores		100%	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Neste ponto observamos que os membros da comunidade escolar não participam dos encontros do Colegiado Escolar, que argumentamos, deveriam ser espaços públicos para a realização de ações conjunta que beneficiem o cotidiano escolar, de avaliação da prática pedagógica, da implementação sensata dos recursos financeiros bem como execução e planejamento das atividades do Calendário Letivo.

Se essas reuniões colegiadas não estão sendo ocupadas pela Comunidade Escolar (100% + 75% nunca foram) e se na pesquisa documental percebemos a ausência das assinaturas dos próprios membros do colegiado que deveriam estar regularmente presentes, questionamos então a declaração de 100% dos atores pesquisados que afirmaram ser muito importante participar de um Colegiado Escolar.²³

No que se refere ainda à frequência com que ocorrem reuniões do CE identificamos que 02 membros disseram que elas acontecem sempre; 02 que ocorrem raramente e para 01 elas nunca ocorreram. Ao serem questionados sobre sua participação em tais reuniões, 4 afirmam que participam frequentemente, 02 disseram que raramente participaram de uma reunião do CE em todo o seu mandato e 01 respondeu que nunca participou. Um dos fatores que poderia interferir na participação seria o desconhecimento dos membros sobre tais encontros.

Entretanto, quando questionados sobre as formas pelas quais tais encontros são agendados, todos afirmaram que foram convocados por diferentes meios de comunicação, sendo por mensagens de aplicativo telefônico, pessoalmente, memorandos ou em avisos pelos murais da escola, o que é condizente com o que determina as Resoluções SEE/MG nº 2.554/14 e nº 2.958/16.

Foi perguntado aos respondentes os motivos pelos quais eles não participaram de alguma reunião do CE. Tais fatores são apresentados na Tabela 7.

²³ Questões nº13, 14 e 19 dos instrumentos de pesquisa aplicados.

Tabela 7 – Motivos da Não-Participação dos membros em Reuniões Colegiadas

MOTIVOS ALEGADOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES
1. Horários das Reuniões	2
2. Falta de Interesse em Participar	4
3. Acúmulo de Cargos e Falta de Tempo	2
4. Não ter Conhecimento que a Reunião Ocorreria	3

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

O item 3 não configura em uma problemática que possa a ser resolvida. No entanto, a alegação identificada pelo item 4 “Não ter conhecimento que a reunião ocorreria” é contraditório diante dos dados analisados.

Foi verificado que todos os pesquisados disseram que as reuniões são marcadas com 48 horas de antecedência, e cada um citou mais de uma maneira de convocação diferenciada. Desta forma, em uma questão aberta encontramos 3 participantes afirmando não saber quando uma reunião ocorre. Percebemos, então, uma contradição na alegação nº3 da tabela 7.

Essa característica da participação é relevante para entendermos a forma como esses atores participam da E.E.N.B., pois o Colegiado Escolar deveria ser um órgão, não só de participação, como de divulgação para um todo escolar das deliberações realizadas nestes encontros. É importante lembrar que

[...] o Conselho Escolar, no desenvolvimento de suas ações, sempre de forma corresponsável e parceiro da direção da escola, terá coletado e analisado uma grande quantidade de dados e informações sobre o processo educativo escolar. Essa análise certamente indicará ações que necessitam ser desenvolvidas e, com isso, estará contribuindo decisivamente para a construção de uma educação emancipadora para toda a sociedade. (BRASIL, 2004b, p.15)

Desta forma, concordamos com o Programa de Fortalecimentos dos Conselhos Escolares cuja citação acima nos reporta a crescer que a gestão democrática e participativa necessita de se manter aberta a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Assim, na subseção a seguir, analisaremos como os respondentes avaliam a gestão democrática na escola pesquisada.

2.3.3 Gestão Democrática e Mobilização na E.E. Nuvem Branca

Para o estudo nesta seção do trabalho, atribuímos questões²⁴ que trouxessem aos participantes conselheiros à ciência de serem sujeitos corresponsáveis pela mobilização para fins de participação. Assim, nos questionários aplicados aos conselheiros veremos se eles convocam sua comunidade para participar na escola onde atuam como membros de um órgão colegiado.

Para a categoria que não faz parte do Colegiado, atribuímos questões em nosso instrumento que questionam sobre a gestão democrática e participativa, se eles atribuem à gestão essa característica.

Na seção anterior, compreendemos que as respostas coletadas corroboram com as argumentações levantadas que configuram a forma como essa Comunidade Escolar da EENB participa. . Vimos que a escassa frequência na escola é um fator de empecilho na necessária mobilização social para efetivar a Gestão Democrática, por mais que, nos questionários que analisaremos nesta seção, revelem que esta característica faz parte da rotina escolar.

Dos 19 questionários aplicados na Comunidade Escolar, quando respondidos pelos membros do CE, 5 deles respondem que a atuação da Gestão Escolar dentro do órgão é realizada de maneira democrática. Quando questionamos sobre a mesma questão, da gestão democrática, os membros que não fazem parte do CE, 15 atores escolares dizem que Gestão da EENB. é democrática e participativa. Vejamos essas respostas na tabela 8:

Tabela 8 – Porcentagem de atores escolares que consideram que a gestão da escola é democrática e participativa

	ATORES ESCOLARES	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
Membros do CE	Alunos	66,5%	33,5%	0	0
	Professores	75%	25%	0	0
Não-membros do CE	Analistas da SRE	0	0	100%	0
	Alunos	50%	50%	0	0
	Servidores	100%	0	0	0
	Pais/Responsáveis	100%	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados coletados na aplicação do questionário (2018).

²⁴Nesta parte do trabalho, utilizamos as respostas de nossos atores escolares, conforme quadro 6, no que tratam as questões 5, 19 e 28 no instrumento aplicado aos servidores que são membros do CE, as questões 4, 18 e 26 no questionário aplicado aos alunos conselheiros, a questão 14 das analistas da SRE. Para os alunos que não fazem parte do CE utilizaremos para a nossa análise nesta seção as questões 25, 26 e 32, bem como as questões 29 e 35 para os servidores não-conselheiros. Por fim, para analisarmos o tema que está seção se propõe, acerca da mobilização social e gestão democrática, as questões 23 e 29 foram destacadas para a construção de nosso estudo.

Conforme se observa na tabela 8, nas declarações da comunidade escolar como um todo, há uma distinção entre o que CE pensa sobre a gestão escolar e o que a os demais membros comunidade escolar acreditam. Para os pais e servidores não conselheiros, a gestão da EENB é democrática e participativa.

No entanto, para aqueles que participam de um órgão colegiado e para as ANE, não há esse consenso. Ao passo que para os representantes da SRE, a gestão não é democrática nem participativa, para os membros do CE, apesar da maioria afirmar que a gestão é democrática e participativa, encontramos aqueles que não concordam plenamente com essa afirmação, apesar de não a negarem. Vemos isso com as respostas dadas na segunda coluna “Concordo mais que discordo”, e nenhuma ocorrência de respostas nas colunas que indicam discordância.

Quanto a essa resposta, segundo esses sujeitos de pesquisa, na última questão aberta do instrumento aplicado, há a indicação de meios para que a o Colegiado Escolar se torne mais aberto à participação efetiva e da mobilização social, como se verifica no fragmento a seguir:

Ao longo dos anos trabalhados com essa instituição [Colegiado Escolar] percebo que há uma necessidade de se formar os membros continuamente, pois há uma grande rotatividade dos membros; pois de acordo com as resoluções normalmente o mandato é de dois anos. Com a falta de capacitações, **se acentua reuniões sem a participação efetiva dos membros. Uma grande maioria simplesmente assina as atas das reuniões em exercer a democracia através de sua participação efetiva.** (ANE CE 01, 2018) (grifos nossos)

Desta forma, analisamos que uma possível dificuldade de implementação de um CE efetivo e participativo esteja localizada na participação. O fragmento apresenta preocupação com ausência participativa dos membros de um CE, e apresenta isso como causa de um problema de democracia e, conseqüentemente, do exercício desta em uma instituição gerenciada com base em princípios democráticos.

Sobre este aspecto da gestão, Paro (2001, p.57) afirma que “(...) a descentralização do poder se dá na medida em que se possibilita cada vez mais aos destinatários do serviço público sua participação efetiva, por si só, ou por seus representantes, nas tomadas de decisão.”. Corrobora ainda para essa análise, o fragmento a seguir extraído da questão x:

O fortalecimento do Colegiado e conseqüentemente das decisões coletivas é um desafio cuja a solução (a longo prazo) deve resultar de uma mudança cultural, pois, nós enquanto cidadãos não estamos acostumados a sermos ouvidos e menos ainda a nos posicionar sobre determinados assuntos. **Este**

desafio contempla ainda a abstração do conceito de representatividade pois os membros do Colegiado têm dificuldade de assimilar que estão representando a opinião/vontade de todo um segmento mesmo que esta conflite com sua opinião pessoal. (ANE CE 02, 2018) (grifos nossos)

No fragmento percebemos a preocupação da ANE CE 02 com importância que tem esse membro dentro de uma realidade maior. Ela afirma que participar não é apenas levar para as reuniões uma opinião pessoal. Os membros de um CE são representantes de uma categoria, e, por isso, precisam dar destaque a ideias de uma coletividade. Sendo assim, seu cargo como representante requer que ela saiba a vontade desse grupo e então possa representá-lo. Mas para isso, é importante primeiramente escutar os anseios de seu grupo.

Uma outra evidência levantada no capítulo 1 que tentamos confrontar com a aplicação de nossos questionários, foi a ausência participativa e, como argumentação, queríamos identificar se esses atores escolares pesquisados se viam como corresponsáveis pelo chamamento dessa comunidade à participar, ou seja, se a mobilização para a participação teria outros atores, que não apenas o gestor, para a sua efetivação. Segundo então esses fatores, analisemos a tabela abaixo sobre a identificação dos atores como responsáveis por chamar a comunidade a participar.

Tabela 9 – Porcentagem de atores escolares que convocam a Comunidade Escolar para Reuniões

ATORES ESCOLARES	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
Alunos Conselheiros	100%	0	0	0
Professores Conselheiros	50%	25%	0	25%

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na tabela acima temos que 100% dos alunos conselheiros afirmam convocar a comunidade à participação, enquanto 50% dos servidores também afirmam realizar essa convocação e 25% convocam de alguma maneira. No entanto, apesar das respostas dadas a esse questionamento, percebemos que o fato de convocar à participação não tem se mostrado efetivo, posto pelo que já analisamos anteriormente nesse capítulo.

Na medida em que estudamos as repostas dos atores percebemos que há a necessidade de criar medidas e estratégias realmente eficazes que gerem resultados positivos à participação da comunidade na EENB, o que, segundo um de nossos argumentos centrais,

traria ações democráticas mais eficazes para a gestão escolar. Para Dallari (1984), a mobilização social é uma participação organizada, onde cada membro de uma dada realidade oferece meios, informações, materialidade para que todos possam agir de forma disposta a conquistar um bem comum que melhore a rotina de todos os que fazem parte da mesma comunidade. É com esse argumento que passaremos a construção de nosso PAE, com objetivos específicos para organizar a participação e a mobilização social na Escola Estadual Nuvem Branca.

2.4 Síntese do caso de gestão

Nosso estudo iniciou no capítulo 1 com a descrição minuciosa da realidade de uma escola estadual de Minas Gerais, mais especificamente, as ações de seu Colegiado Escolar. Com o detalhamento do cenário e o funcionamento do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca, apoiamo-nos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2001 e 2014 (BRASIL, 1988, 1996, 2014), bem como em outros marcos legais mineiros, como a Lei nº 7.109 de 31 de outubro de 1977, o Decreto nº 41.271, de 27 de setembro de 2000 e outros marcos que normatizam e regulam o funcionamento das escolas mineiras e mais especificamente seus colegiados (MINAS GERAIS, 1977, 2000). Ao explorarmos a situação da participação e sua relação com a gestão da E.E. Nuvem Branca levantamos a hipótese de que a situação insatisfatória da participação dos membros do Colegiado Escolar é causada por fatores relacionados às ações dos atores dos atores pesquisados, os meios de mobilização social pelos quais eles estão rondados e estratégias de gestão.

Ao longo do capítulo 2 foi delineado, em três seções e subseções, um esforço por esmiuçar, com apoio em recursos metodológicos elencados como mais viáveis a pesquisa, os fatores que atrapalham a participação efetiva do Colegiado Escolar. A construção do capítulo 2 ainda contou com uma fundamentação teórica que serviu como base e referência para testarmos nosso argumento da não-participação bem como buscamos em nossos instrumentos de coleta de dados os obstáculos à participação eficaz.

Sendo assim, no capítulo 2 pudemos trazer resultados de uma pesquisa qualitativa realizada por meio dos sujeitos imersos na realidade em que se situou o problema desse caso, e, através das análises dos gráficos e tabelas oriundos das respostas dos participantes, pudemos adensar as informações do capítulo 1 e realizar considerações importantes para o planejamento de estratégias em nosso PAE do capítulo 3.

Utilizamos o questionário em nosso capítulo 2 como instrumento de coleta de dados. Essa opção justificou-se pela possibilidade dessa ferramenta recolher respostas que apresentam recortes da realidade. Tais recortes nos possibilitaram descrever e analisar ações e percepções dos membros e não-membros do Colegiado Escolar com relação aos problemas enfrentados, sua relação com alguns aspectos da gestão, a autopercepção como membro representante bem como, a maneira como esse órgão é percebido pelos os que dele não fazem parte.

Após essa análise, pudemos listar, como veremos no quadro adiante, possibilidades executáveis de resolução ou, ao menos de amenização das condições que dificultam a participação na EENB.

Decorrente das considerações realizadas identificamos os principais problemas encontrados em relação a atuação dos membros do Colegiado Escolar: os documentos que regularizam as ações de um órgão colegiado no interior na escola, bem como define ações e possibilidades de atuação não são conhecidos de maneira satisfatória; há indicação de mecanismos eficientes de convocação, porém não influi positivamente na participação e mobilização efetivas; membros do colegiado alegam não participar das reuniões por não saberem quando e onde ocorrem, porém, afirmam ser convocados.

Quanto aos não-membros pertencentes a unidade escolar, listamos os seguintes problemas: a comunidade escolar se declara participante, porém essa participação não ocorre; os servidores da escola nunca frequentaram uma reunião do colegiado escolar, que, por natureza, são abertas ao público e entre os alunos a participação já ocorreu, porém é insatisfatória; os motivos alegados para a não-participação estão no horário das reuniões, falta de interesse e falta de tempo; os atores dizem convocar a comunidade à participar, porém não vemos a efetivação desse processo.

Enfim, com relação aos não-membros do CE e não pertencentes a comunidade escolar, pudemos identificar apenas percepções, porém não competem ações exequíveis em nosso PAE, são elas: a equipe da diretoria pedagógica responsável pelos colegiados escolares na SRE não os orientam acerca da normatização das ações financeiras escolares que são de responsabilidade do Colegiado Escolar; as analistas pesquisadas não compreendem a gestão escolar como democrática nem participativa, apesar das respostas de servidores, pais e alunos encontrarmos respostas em oposição.

Desta maneira, para alguns desses resultados de análise sobre a problematização de nosso estudo poderão ser implantados, na Escola Estadual Nuvem Branca, ações com o objetivo de contribuir de forma a amenizar e melhorar as condições de participação e

mobilização que envolvem as ações do Colegiado Escolar. Assim, o processo de levantamento de dados até aqui delineado possibilitou construir o seguinte quadro que relaciona os fatores apontados como motivos de não-participação e possíveis ações:

Quadro 9 – Motivos de não-participação e possíveis ações

FATORES APONTADOS PELOS SUJEITOS PARTICIPANTES	AÇÕES PROPOSTAS NO PAE
Acúmulo de cargos e Funções	Organizar mecanismos de participação virtual, por exemplo, formulários Google, postagens de questionários da página da escola.
Falta de Interesse	Marcar reuniões juntamente com ações que envolvam momentos de descontração: café com a diretora, fim de tarde cultural, almoço com as famílias;
Pouco envolvimento com a Escola	Aumentar a rede de divulgação das ações de gestão;
Horário das Reuniões	Realizar enquetes periódicas para sondagem dos melhores horários de execução de reuniões
Não ser notificado das Reuniões	Aprimorar formas de convocação às reuniões
Não há mobilização das categorias para que seus representantes levem situações ao colegiado. Não compreendem a importância de participar, de conhecer as funções de um CE e atuar de maneira efetiva	Capacitações com base legal e slides bem executados que aumentem a conscientização das funções dos membros do CE

Fonte: Elaborado pela autora 2018.

Inicialmente, tínhamos como hipótese das causas do problema da baixa participação a a relação das ações colegiadas com a gestão escolar, como um reflexo de práticas que não corroborassem com uma atuação efetiva. No entanto, de acordo com os fatores sintetizados acima, podemos refutar a hipótese inicial e eleger os fatores extraescolares e intraescolares delineados.

Assim, com base neste quadro de ações que organizam intervenções na realidade escolar, o capítulo seguinte trará um roteiro de atividades, cronograma de implementação e explicação das ações propostas para que o problema da participação aqui apresentado seja trabalhado através de estratégias de gestão que melhorem a realidade pesquisada.

3 PLANO DE AÇÃO PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DO COLEGIADO ESCOLAR JUNTO À COMUNIDADE DA ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA

O objetivo de nossa pesquisa foi compreender os fatores que dificultam a participação da comunidade no colegiado escolar e de seus próprios membros nas ações decisórias da Escola Estadual Nuvem Branca. Para que esse objetivo em nosso caso fosse alcançado, o Plano de Ação Educacional foi pensado a partir dos dados e fundamentações legais construídos no capítulo 1, bem como nos resultados das análises realizadas no capítulo 2. Estes resultados foram sintetizados no quadro 9 e vamos retomá-los no detalhamento de nosso PAE.

Este PAE vislumbra ações promotoras de melhoria da realidade participativa escolar, ao ponto que as ações do Colegiado Escolar, bem como da comunidade seja eficaz no sentido de comprometimento com a realidade, sentimento de pertencimento, conscientização do papel de membro de um CE e, enfim, estabelecer relações mais participativas na realidade escolar através de uma atuação efetiva do CE.

Considerando a importância que tem o reconhecimento das necessidades do público-alvo para as proposições construídas em um estudo de caso, neste capítulo 3 buscamos aumentar os canais comunicativos com os sujeitos de pesquisa, pois, corroborando com as ideias de Yin (2015):

De forma geral, as preferências do público-alvo ditam a forma do relatório do seu estudo de caso. Apesar de os procedimentos de pesquisa e a metodologia deverem seguir as diretrizes (...), sua composição final deve refletir ênfases, detalhes, formas composicionais e mesmo uma extensão compatível com a necessidade do público-alvo. (YIN, 2015, p.185)

Nesta mesma visão, o Plano de Ação Educacional (PAE) deste caso é interventivo e baseado nas respostas apresentadas e analisadas no capítulo 2, bem como nos resultados analisados na medida em que nos oferece meios de compreender as percepções da Comunidade Escolar acerca da participação no Colegiado Escolar e a atuação deste em ações compartilhadas com a gestão escolar.

Este PAE se articula com o desenvolvimento de nossa pesquisa a partir das variáveis da gestão democrática com participação e mobilização social e partir disso, realizamos uma proposta de ação, de acordo com a ferramenta 5W2H, por meio da qual buscamos realizar um trabalho voltado para o monitoramento das ações do Colegiado Escolar e das reuniões outras que envolvam a comunidade escolar.

O uso da ferramenta 5W2H foi favorável a pesquisa, pois consiste em descrever como serão realizadas as ações propostas. Este método é constituído das seguintes perguntas: *What* (o que), *When* (quando), *Who* (quem), *Where* (onde), *Why* (por que), *How* (como), *How much* (quanto custa) e nos trará a oportunidade de traçar metas realizáveis, indicando responsáveis diretos bem como o planejamento temporal e financeiro das ações necessárias para intervirmos nos problemas encontrados e trazer ações que melhorem e/ou reformulem o envolvimento participativo dos atores educativos com as decisões que melhoram os processos escolares.

Nesse contexto, pretendemos redirecionar as ações dos atores escolares (membros e não-membros) a fim de que atuem de forma coerente com uma gestão partilhada, democrática, em que cada indivíduo conheça suas funções e formas de participação, mobilizem através do conhecimento e da experiência ativa outros atores escolares e ainda serem ativos e corresponsáveis pela qualidade do processo educativo dessa instituição da qual fazem parte.

Ainda pretende-se criar estratégias de atuação da comunidade escolar e membros do colegiado, onde os sujeitos tenham canais de conhecimento sobre o órgão colegiado. Com isso espera-se qualificar as ações dos sujeitos e voltá-las para um desempenho coletivo promotor de melhorias no processo educativo e de participativo da E.E. Nuvem Branca.

3.1 Ações e estratégias para a construção do PAE

A opção pelas proposições de ações e construção de estratégias foi adotada por razão de sua capacidade de detalhamento e da possibilidade de levar a comunidade escolar e seu colegiado a compreender as razões e hipóteses da ausência participativa. Teremos assim a possibilidade de lançar um olhar mais sistematizado sobre a organização da E.E. Nuvem Branca, sobre os processos participativos e caminhos comunicativos, além dessas ferramentas poderem auxiliar a gestão no monitoramento de ações que cumpram os objetivos dessa pesquisa.

Diante disso, eis que registramos as principais considerações que construímos depois de realizada as análises, e, a partir das fragilidades apontadas, na proposição das ações e estratégias:

1. A partir das respostas dos membros da comunidade escolar, vimos que eles eram convocados a participar, essa convocação tinha a devida antecedência, eles acreditam que é importante participar, mas mesmo assim, se ausentam das decisões partilhadas;
2. Percebemos que tanto os membros do colegiado escolar como outros atores da

comunidade escolar não há o devido conhecimento de documentos cruciais para as ações conscientes dentro de uma gestão democrática.

3. Foi possível concluir que de todos os documentos de responsabilidade do colegiado escolar (PPP, Regimento, Estatuto do Caixa Escolar e Calendário) o menos conhecido são as normas de Prestação de Contas registradas através do Estatuto do Caixa Escolar.

4. Foi possível identificar que a Superintendência Regional de Ensino não direciona sua diretoria pedagógica para a orientação das escolas quanto as normas de prestações de contas, que é de fundamental relevância em um CE, posto que a gestão escolar não procede com nenhuma movimentação financeira sem a validação do órgão colegiado.

5. Não há uma mobilização das categorias para que seus representantes levem para o CE o posicionamento do grupo sobre os problemas dos segmentos.

6. Alguns fatores relatados pelos participantes que impedem a participação efetiva são: os horários em que as reuniões são realizadas e, o mais crucial, a falta de interesse em participar.

7. Percebemos enfim, de maneira geral, que os atores não compreendem a importância de participar, de conhecer suas funções e atuar de forma efetiva.

A partir da análise dos dados desta pesquisa, percebemos que há a necessidade de criação de estratégias para que levem a comunidade escolar a ciência de sua relevância dentro das ações colegiadas e essas estratégias necessitarão do devido auxílio da Superintendência Regional de Ensino. Necessita-se de incorporar à escola estratégias de abertura a participação de maneira mais básica, no sentido de inicial, onde cada membro, aos poucos, se apropriem das legislações e regimentos que definem sua participação. Esse seria um passo inicial que, mesmo que não estabeleça de início os resultados esperados, cria um cerne de uma cultura escolar que defina a importância de se conhecer sua função, suas atribuições e a relevância de uma atuação participativa na dinâmica escolar.

Diante deste apanhado, apresentamos nossas propostas de ação, objetivando a criação e ampliação de canais participativos conscientes e mobilizadores, para que as ações de gestão efetivamente sejam democráticas a partir do momento em que a voz da maioria ditara as normas que visam a melhoria do espaço pedagógico-político comum.

Quadro 10 – Análises e Ações Propositivas para o PAE

EIXO	PROBLEMAS	AÇÕES
Atuação do Colegiado Escolar	Ausência de Participação nas Reuniões, apesar da devida convocação (diversificada e em tempo) Falta de conhecimento das documentações que fazem parte da dinâmica de um CE	<ul style="list-style-type: none"> • Construir ferramentas online, do tipo formulários google, que possam identificar os interesses da comunidade; • Analisar o nível de conhecimento em detalhes sobre as ações colegiadas que são realizadas no interior da escola, através de reuniões específicas para esse objetivo • estudos periódicos acerca da legislação referentes ao CE, bem como dos documentos escolares que são de execução, validação e aprovação de sua responsabilidade
	A SRE não direciona as analistas do CE para a orientação das escolas acerca da execução da vida financeira escolar.	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram propostas ações para este problema, pois foge das competências de gestão a alteração das ações designadas pela SRE.
Participação	Há obstáculos impeditivos à participação: falta de interesse e os horários das reuniões	<ul style="list-style-type: none"> • Criar enquetes para a sondagem dos melhores dias e horários para a realização das reuniões; • Criar encontros colegiados que sejam inseridos em momentos culturais: café da manhã com a diretora, tarde cultural, almoço em dias de sábado com a família
Mobilização Social e Gestão Democrática	Os membros do CE não convocam seus pares a participar. Os membros da comunidade escolar desconhecem suas atribuições, inclusive no que tange à convocação para a mobilização.	

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Para cada proposta apresentada no Quadro 10, construímos um plano no modelo 5W2H, com uma ou mais ações que melhorem e apontem para uma solução dos problemas encontrados.

3.1.1 Construir ferramentas online, do tipo formulários Google, que possam identificar os interesses da comunidade.

Antes de dar início a todas essas ações, é importante ressaltar que o movimento que precederá todas as cinco proposições seguintes será o de informar a toda a equipe o uso das propostas através de encontros a custo zero (pois faz já parte da rotina escolar encontros quinzenais com toda a equipe) onde a implementação deste plano seja baseada no

envolvimento dos sujeitos com os pontos abordados. Antes da execução da ação do Quadro 11, a direção escolar fará, oralmente, uma breve explanação sobre os procedimentos de operacionalização das 5 ações.

Quadro 11 – Construção de Formulários *online*

What (O quê)	Criação de um formulário Google, através de uma plataforma gratuita e auto-instrutiva. Este formulário conterá questões que podem ser repondidas anonimamente para os usuários que possuem uma conta de e-mail, o que se aplica a todos os membros do CE, todos os servidores e maioria dos pais e alunos.
Who (Quem)	Direção, vice-direção e especialista de educação.
Why (Por quê)	Pela necessidade de se ter subsídios de compreensão dos interesses da Comunidade Escolar, temas para serem trabalhados em reuniões, melhores formas de condução de momentos de encontro etc.
Where (Onde)	Plataforma Virtual, cada participante responde em seu celular, notebook, tablet ou laboratórios de informática da EENB
When (Quando)	Primeiro bimestre de 2019.
How (Como)	Por meio da seleção de questionamentos pertinentes a realidade que se deseja construir percepções. A equipe responsável fará uma breve pesquisa. Introduzindo essa pesquisa haverá uma explanação oral sobre os procedimentos a serem desencadeados: como, porque, onde, quando etc. Depois haverá a identificação dos questionamentos mais pertinentes para o alcance dos objetivos. Após será construído o formulário e o link será compartilhado, com solicitação de um prazo para devolutiva de resposta. Após recolher os dados, será possível identificar o engajamento e a compreensão que cada membro do CE e não-membros possuem sobre as ações planejadas.
How much (Quanto custa)	Não há previsão de recursos orçamentários específicos, já que a criação da plataforma é gratuita, as respostas podem ser dadas com acesso simples dos participantes a internet, a EENB possui zona de acesso WIFI gratuito e as pessoas responsáveis pela pesquisa inicialmente, sistematização das respostas são servidoras efetivas da EENB.

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Como visto no, o Quadro 11, o objetivo é realizar, de maneira prática e eficiente quanto ao uso do tempo e realidade de cada sujeito, o levantamento das necessidades do nosso público-alvo, afim de que as próximas ações sejam mais eficazes e envolvam cada vez um número maior de sujeitos. Nenhum gasto está previsto para a executar a ação, uma vez que os recursos tecnológicos já estão a disposição.

3.1.2 Analisar o nível de conhecimento em detalhes sobre as ações colegiadas que são realizadas no interior da escola, através de reuniões específicas para esse objetivo

Essa ação poderá oferecer ao gestor e aos membros da comunidade escolar muitas vantagens no que diz respeito a participação de cada um no processo decisório. Isso se justifica pois as ações abaixo descritas partem do princípio da construção de referências de conhecimento sobre a própria atuação, limites e possibilidades de decisão, impactos e responsabilidades sobre o dia-a-dia da escola.

Quadro 12 – Reuniões Escolares específicas sobre o tema Colegiado Escolar

What (O quê)	Realização de encontros com a comunidade escolar onde a pauta principal será a ampla divulgação das ações do Colegiado Escolar: dias de reunião, tempo de duração, pauta, possíveis deliberações, ações tomadas.
Who (Quem)	A divulgação desses elementos poderá ser realizado por qualquer membro do colegiado, porém, essa tarefa se iniciará sendo executada pela Presidente do colegiado, e depois será delegada a função com o monitoramento de sua execução.
Why (Por quê)	Aprimorar a participação ao aumentar as condições de se conhecer a finalidade, a dimensão e as possibilidades decisórias.
Where (Onde)	Murais, Muros e Portões. Página da escola na Internet e Instagram.
When (Quando)	A partir de março de 2019 e atualizações durante todo o ano.
How (Como)	Será realizado reuniões planejadas mediante a cronograma. Esse cronograma básico será divulgado e sempre que uma reunião for convocada (mínimo de 48 de antecedência) seu teor também será divulgado para toda a comunidade escolar.
How much (Quanto custa)	12 folhas de papel A4 (uma para cada reunião ordinária): R\$0,60 12 impressões: R\$ 2,40 12 folhas de cartolina: R\$ 12,00 2 canetões: R\$ 10,00 Material digital é gratuito.

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Vimos que no Quadro 12 há uma preocupação real com a questão da divulgação. Acreditamos que o gestor escolar deve dar publicidade as suas ações. Quando essas ações envolvem membros do colegiado escolar, esperamos que as atividades sejam realizadas estejam respaldadas no conhecimento acerca “do que” se está fazendo, “porque”, e “para que”.

Para isso, serão dispensados recursos que, por seu baixo valor, poderão ser retirados do Recurso Diretamente Arrecadado (RDA) da Escola. O RDA é respaldado desde a Resolução SEE nº 3.670 de dezembro de 2017 que dispõe sobre a transferência, utilização e prestação de contas de recursos financeiros repassados às caixas escolares vinculadas às unidades estaduais de ensino. São verbas provenientes de festividades promovidas no âmbito escolar.

3.1.3 -Estudos periódicos acerca da legislação referentes ao CE, bem como dos documentos escolares que são de execução, validação e aprovação de sua responsabilidade

Para a viabilização destes estudos propomos que haja estudos baseados na seguinte legislação: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1971 e 1996, os Planos Nacionais de Educação 2001-2011 e de 2014-2024 (BRASIL, 1997, 1996, 2010, 2014). No que se refere à estrutura e funcionamento dos Colegiados Escolares em Minas Gerais as Resoluções nº 4.782, de 20 de outubro de 1983, nº 2.254 de 26 de fevereiro de 2014 e nº 2.958, de 29 de abril de 2016, pois foram todas as leis que nos referenciamos para a construção de todo o nosso estudo (MINAS GERAIS, 1983, 2014, 2016). Espera-se que essa capacitação torne mais familiar a comunidade escolar os temas e conceitos relativos a atuação do Colegiado Escolar.

Quadro 13 – Rotina de Estudos Periódicos

What (O quê)	Capacitação dos membros colegiados
Who (Quem)	Todos os 6 membros titulares e 6 membros efetivos. A presidente do CE e palestrantes convidados
Why (Por quê)	Porque se faz necessários que uma atuação participante envolva o conhecimento das funções e atribuições que essa representatividade gera no interior da escola.
Where (Onde)	Salas de Reuniões da EE Nuvem Branca
When (Quando)	Bimestralmente
How (Como)	Esse encontro será organizado tendo como base principal as legislações que regem a atuação dos membros de um colegiado Escolar, depois compreenderam as legislações que são de responsabilidade destes. A Presidente do CE poderá convidar Analistas da SRE para fazer momentos de capacitação, com agendamento prévio.
How much (Quanto custa)	Materiais já existentes na escola: notebook, datashow, internet, legislações encadernadas e em número suficiente para estudos.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Por se tratar de uma construção de uma cultura de rotina de estudos, eles serão marcados para acontecer bimestralmente, porém, não terão prazo de encerramento. Espera-se que enquanto essa gestão ou gestão futuras assumirem a direção escolar, as mesmas legislações sempre sejam acompanhadas dessa ação, com exceção das Resoluções Mineiras. Estas deverão compor a rotina de estudos de maneira atualizada, ou seja, a cada 3 anos quando houver nova Resolução para eleição de membros do CE, a mesma deve ser inserida no rol dos estudos periódicos.

3.1.4 Criar enquetes para a sondagem dos melhores dias e horários para a realização das reuniões

Para que os objetivos desta pesquisa sejam alcançados de maneira satisfatória e antecedendo, cronologicamente, a proposta 3.3, primeiro devemos conhecer as opiniões e necessidades da Comunidade. Sendo assim a criação de mecanismos de sondagem irá permitir ao gestor entender o que é melhor para os sujeitos escolares e a rotina de reuniões poderá se tornar mais eficaz tanto em número de participantes quanto em diversidade de diálogos construídos nos encontros.

Quadro 14 – Sondagem de Interesses e Disponibilidades

What (O quê)	Sondagem entre os conselheiros de melhores datas e horários para a realização das reuniões colegiadas.
Who (Quem)	Diretora Escolar e quem ela convocar para auxílio na tarefa
Why (Por quê)	É necessário que os encontros do CE, mais do que ocorrerem regularmente, acontecer nos dias e horários que mais se adequem a realidade dos membros conselheiros. Assim, aumentaremos a possibilidade de conseguir uma participação mais eficiente.
Where (Onde)	Formulários GOOGLE Form, Surway Monkey ou grupo WhatsApp
When (Quando)	Aproximadamente 5 dias antes de uma reunião ordinária;
How (Como)	Criação de uma ferramenta flexível, que antecipadamente as reuniões do cronograma do Calendário Estadual, possa sondar se a data e horário são os mais votados pelos conselheiros.
How much (Quantocusta)	R\$ 0,00

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Percebemos no Quadro 14 que a pesquisa sobre qual melhor dia e horário para a realização de encontros não é realizada uma vez só. Isso ocorre pois acreditamos da necessidade de abarcar a complexidade das rotinas particulares de cada membros do Colegiado Escolar e Comunidade como um todo. Assim, a proposta é de realizar a sondagem de maneira contínua, e antecedendo sempre em 5 dias da reunião ocorrer. Esperamos que o movimento constante da gestão em escutar a acatar as indigências e preferências de sua comunidade cria uma cultura de envolvimento e satisfação em participar.

3.1.5 Criar encontros colegiados que sejam inseridos em momentos culturais: café da manhã com a diretora, tarde cultural, almoço em dias de sábado com a família

Quadro 15 – Momentos Culturais junto ao Colegiado Escolar

What (O quê)	São eventos escolares, que já fazem parte do Calendário e da rotina da E.E. Nuvem Branca como: café-da-manhã com a Diretora, Tarde Cultural, Almoço com a Família.
Who (Quem)	Diretora Escolar, Vice-Diretora, Pedagoga e Coordenadora Pedagógica
Why (Por quê)	Inserção da comunidade na escola uma situação ocasionalmente descontraída, com o intuito de atrair cada vez mais participantes para o interior da escola.
Where (Onde)	Nas dependências da EE Nuvem Branca
When (Quando)	De acordo com o Projeto Político Pedagógico, mediante aprovação do Calendário Escolar.
How (Como)	Nos eventos já pré-definidos em Calendário Escolar e PPP, haverá a dedicação de momentos exclusivos na pauta para ações de exclusiva responsabilidade do CE. Essa pauta envolverá a divulgação de ações realizadas, bem como poderá conter momentos de votação ampla de assuntos importantes para a dinâmica escolar.
How much (Quanto custa)	R\$ 0,00

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Como esses eventos já ocorrem, mediante a aprovação anual do Projeto Político Pedagógico, os recursos destinados para a realização dessas ações já está contemplado. O diferencial e acréscimo será a realização de pautas específicas onde trataremos de ações exclusivas do Colegiado Escolar. Por exemplo: antes de iniciar o almoço da família, evento que congrega muitos participantes, membros do Colegiado Escolar farão a abertura e a recepção das famílias, ação esta realizada antes apenas pela direção escolar. Nessa abertura poderá ser mencionado algum tema tratado em reuniões do Colegiado, poderá ainda ser realizada a comunicação de verbas recebidas e destinação escolhida para o uso do dinheiro.

Por se tratar de eventos culturais e que envolvem muitos membros da Comunidade Escolar, sugerimos também uma pauta, coordenada pelo Colegiado Escolar e com lavratura de ata, onde assuntos relevantes para a realidade escolar sejam colocados em votação. Essa é uma ação que aprimora a democracia das ações e da corresponsabilidade das decisões.

Todas essas cinco proposições terão uma etapa de autoavaliação, programada para ocorrer no fim década semestre letivo. Nesta etapa, a gestão escolar irá refletir sobre o sentido e o significado das ações implementadas para qualificar a atuação do Colegiado Escolar e identificar se as informações compartilhadas estão aprimorando a compreensão da Comunidade Escolar sobre as ações Colegiadas. Espera-se também avaliar se a atuação está mais participativa e efetiva no desejo de atender, de maneira democrática, as necessidades dos sujeitos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a descrição do caso do capítulo 1 e da análise dos dados, e em diálogo com nossos aportes teóricos escolhidos, organizamos o Plano de Ação Educacional (PAE) no capítulo 3, com o objetivo de propor ações que contribuam com a efetivação de melhorias na participação do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca.

Sendo assim, conseguimos cumprir nossa primeira meta de descrever o cenário e o funcionamento do Colegiado Escolar da Escola Estadual Nuvem Branca para que houvesse uma contextualização do problema diante dos marcos legais que permeiam os órgãos colegiados. Também conseguimos analisar a atuação dos membros deste Colegiado e suas relações escolares como fortes influenciadores da atuação da gestão escolar, e identificamos pontos de problema que mereciam ações de melhoria. Para tanto, ao propormos um PAE, e desenhamos de maneira a afetar positivamente a participação e as suas 05 ações buscam fazer com que as relações administrativas, pedagógicas, ocorram de maneira consciente politicamente.

Neste cenário, constatamos, no nosso estudo, a existência de obstáculos que dificultavam a participação da comunidade escolar e, mas especificamente, dos membros do CE. Vimos que este órgão colegiado não é frequente em reuniões e cumpre uma rotina proforma que não colabora para caracterizar a gestão democrática da escola. Temos também que os membros da comunidade escolar de maneira geral, não conhecem as decisões colegiadas, seus representantes e nem as funções dessa representatividade. Dentre os vários obstáculos a participação que mencionamos estão também a falta de conhecimento do CE sobre as documentações de sua atuação, que lhe competem responsabilidades diferenciadas, comprometendo assim a participação democrática e efetiva de ações coletivas.

Com a utilização da metodologia de aplicação e análise de questionários, produzimos análises sobre as percepções dos membros e não-membros do Colegiado Escolar com relação a participação e gestão escolar, bem como uma autopercepção como membro representante (e a maneira como esse órgão é percebido pelos sujeitos não representantes).

Após essa análise, pudemos construir possibilidades executáveis de resolução dos problemas identificados, ou, ao menos de condições que amenizem os fatores que impediam a participação.

Houve um problema identificado em nosso estudo que não cabia uma proposta de ação por parte de um plano interventivo, pois fugia da alçada de ações exequíveis. Essa problemática envolve a ausência de uma equipe de apoio e capacitação dos Colegiados

Escolares na área financeira. Identificamos que as questões que envolvem a movimentação financeira escolar não perpassam por nenhum setor que atue junto ao Colegiado Escolar das Escolas Estaduais. Essa preocupação fica delegada à relação da Superintendência Regional de Ensino com seus gestores e, apesar de ser uma função e responsabilidade do CE, como vimos no capítulo 1 e 2, suas ações financeiras não são monitoradas e capacitadas da mesma maneira que são ações pedagógicas.

Deste modo, nosso PAE reuniu cinco ações para a melhoria da situação delineada: a proposta de construir ferramentas online, do tipo formulários google, busca identificar, de maneira mais confortável para os declarantes, ações de interesse, ou seja, busca alinhar ações da gestão com a real necessidade de sua comunidade. Acreditamos com isso tornar as ações coletivas mais eficazes, no sentido em que estão respondendo a demandas relatadas pela própria comunidade.

A proposição de analisar o nível de conhecimento da comunidade sobre as ações colegiadas que são realizadas no interior da escola, através de reuniões busca tornar as reuniões colegiadas uma rotina conhecida por toda a comunidade escolar. Assim, com o conhecimento de dias, horários, locais e temas discutidos, esperamos melhorar a participação da comunidade nesses encontros, pois acreditamos que é mais fácil participar de eventos que se conheça a finalidade do que os que ocorrem sem ampla divulgação.

A ação que trata de realizar estudos periódicos acerca da legislação referentes ao CE, bem como dos documentos escolares que são de execução, validação e aprovação de sua responsabilidade é uma forma que planejamos das estruturas legais da organização escolar que se relacionam ao colegiado sejam minimamente compreendidas por seus membros. Esperamos que uma capacitação nesse sentido tornará as ações e as falas mais adequadas as reais funções de um CE.

Tanto para a realização das reuniões mencionadas acima, quanto os estudos e capacitações serão convocados a partir da ação 4, de criar enquetes para a sondagem dos melhores dias e horários para a realização das reuniões, pois acreditamos que não basta marcar encontros, divulgá-los amplamente se os mesmos ocorrerem em dias e horários em que a maioria da comunidade tiver compromissos outros como trabalho, faculdade, tarefas domésticas etc. Portanto, é preciso realizar a sondagem para que, numericamente, aumentemos as possibilidades de participação das pessoas.

Delineamos também uma proposta de realizar reuniões informais, inseridas em momentos culturais. Com isso, pretendemos deixar essa inserção da comunidade na escola uma situação ocasionalmente descontraída, com o intuito de atrair cada vez mais

participantes para o interior da escola: café da manhã com a diretora, tarde cultural, almoço em dias de sábado com a família.

Essa intenção da informalidade para a atração de participantes na escola também está condizendo com a problemática levantada no capítulo 2 que se refere aos membros do colegiado escolar não conhecerem suas funções e não participarem dos encontros. Pretendemos que nossas propostas estimulem mais debates e questionamentos relativos a dinâmica da gestão escolar em todas as áreas, financeira, pedagógica e administrativa.

Desta maneira, ressaltamos que as ações do Plano de Ação Educacional contribuirão para o desenvolvimento de um processo participativo na Escola Estadual Nuvem branca, estimulando ações mais conscientes e comprometida com as reais demandas cotidianas através de uma efetiva atuação do Colegiado Escolar.

Espera-se assim que este estudo também possa aprimorar a gestão escolar para que se democratize com ações coletivas e cientes das necessidades da comunidade e que essa gestão também atue reconhecendo a complexidade de demandas de seus atores.

E, por fim, ressaltamos que este trabalho não significa o fim da busca de soluções dos problemas aqui apresentados. Entendemos a premissa da necessidade de estabelecer continuidade de discussões, pois a complexidade das relações sugere que sempre haverá um novo desafio a ser identificado e superado. Esperamos sempre aprofundar o tema dos Colegiados Escolares para que o planejamento da Gestão Escolar sempre envolva ferramentas como as delineadas nesse estudo, visando tornar a atuação do Colegiado Escolar mais eficiente, participativo, atuante e democrático no sentido de compartilhar e corresponsabilizar-se com as decisões de Gestão.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, T.; CAMARGO, R.B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, R. de O.; ADRIÃO, T. (Orgs). Gestão financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007 (Coleção Legislação e Política Educacional: textos introdutórios).
- ALVES, Z. M. M B.; SILVA, M.H.G. F. Dias da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n.2, p.61-69, 1992.
- ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, Salvador, n.113, p.51-643. jul. 2001.
- ANDRÉ, M.. O que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **Revista Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n.40, p.95-103. jul./dez.2013.
- BITTAR, E. C.B. *História do Direito Brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 nov. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394htm. Acesso em: 07 dez. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 02 dez. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Caderno 6 - Conselho Escolar como espaço de formação humana**: círculo de cultura e qualidade da educação. Brasília: MEC, SEB, 2004a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública**. Brasília, DF, 2004b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_gen.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.

BOGDAN, R. E BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CONTI, C.; SILVA, F. C. Conselho escolar: alguns pressupostos teóricos. In: LUIZ, M. C. (Org.). **Conselho escolar**: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010.

CURY, C. R. J. A Educação Básica no Brasil. **Educação e Sociedade** [online], Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302002008000010&script=sci_abstract&tlngt. Acesso em: 8 nov. 2016.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. Revista **Brasileira de Política e Administração da Educação** (RBP AE), v.23, n.3, p. 483-495, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19144/11145>. Acesso em 03 fev. 2017.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: Cultural Brasiliense, 1984.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRSIT M. O delineamento de Pesquisa e Amostragem. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa Qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008

ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA. **Projeto Político Pedagógico**. Araguari, MG, 2014 a.

ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA. **Regimento Escolar**. Araguari, MG, 2014 b.

ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA. **Livro de Atas do Colegiado Escolar**. Araguari, MG, 2014c.

ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA. **Projeto Político Pedagógico**. Araguari, MG, 2015 a.

ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA. **Livro de Atas do Colegiado Escolar**. Araguari, MG, 2015 a.

ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA. **Regimento Escolar**. Araguari, MG, 2015b.

ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA. **Projeto Político Pedagógico**. Araguari, MG, 2016 a

ESCOLA ESTADUAL NUVEM BRANCA. **Livro de Atas do Colegiado Escolar**. Araguari, MG, 2016b.

FERRARI, R. M. M. N. **Normas Constitucionais Programáticas**: Normatividade, Operatividade. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:2001;000596005>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

GADOTTI, M.; ROMÃO, E. **Autonomia da Escola princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 2004.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Boas Práticas para Reuniões do Conselho de Administração**. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo, SP: IBGC, 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAehikAH/libaneo>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

LÜCK, H. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 1-195, fev./jun. 2000.

LÜCK, H. **Dimensões da Gestão Escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A Regra e o Jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas, SP: Unicamp, 2000. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000199290>. Acesso em: 31 jan. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Lei nº 7.109 de 13 de outubro de 1977**. Contém o Estatuto do pessoal do magistério público do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 1977. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/53218375/LEI-7109>. Acesso em: 13 ago. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 4.787, de 28 de outubro de 1983**. Implementa os Colegiados Escolares e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 1983.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação **Decreto nº 41.271, de 27 de setembro de 2000**. Dispõe sobre o colegiado nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio e dá outras providências Belo Horizonte, MG, 2000.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Decreto nº 43602, de 19 de setembro de 2003**. Dispõe sobre o colegiado nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio. Belo Horizonte, MG, 2003.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Decreto nº 43.880, de 28 de setembro de 2004**. Dispõe sobre a concessão de regime especial de tributação como medida de proteção à economia do Estado nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 15.292, de 5 de agosto de 2004. Belo Horizonte, MG, 2004.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Lei nº 18.354, de 26 de agosto de 2009**. Determina a participação dos colegiados escolares dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual na situação que especifica e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Decreto nº 45.849, de 27 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a organização da secretaria de estado de educação. Belo Horizonte, MG, 2011.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 46.125, de 4 de janeiro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004. Belo Horizonte, MG, 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 2.254, de 26 de fevereiro de 2014**. Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Colegiado Escolar na estadual de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2014a Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/.pdf. Acesso em: 10 mai. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Subsecretaria de gestão de recursos humanos. Superintendência de Recursos humanos. Diretoria de Gestão e desenvolvimento de servidores administrativos e de Certificação Ocupacional. **Manual de orientação do processo de eleição dos membros dos colegiados das escolas estaduais de Minas Gerais - 2014**. Belo Horizonte, MG, 2014b.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa de Minas Gerais. **Projeto de Lei nº 2.882, de 15 de setembro de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação, PEE e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução nº 2.958, de 29 de abril de 2016**. Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2016. Disponível em: https://media.wix.com/ugd/4d8543_168a9f85e8444e348a93794a6fc20e13.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017

MINAS GERAIS. Sistema de Colegiado Escolar. **Portal da Educação de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG, 2017. Disponível em: http://sicol.educacao.mg.gov.br/apl_menu/apl_menu.php. Acesso em: 23 abr. 2017.

PARO, V. H. Gestão da Escola Pública: a Participação da Comunidade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 73, n. 74, p.255-290, maio/ago. 1992.

PARO, V. H. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2008a.

PARO, V. H. Estrutura da escola e educação como prática democrática. In: CORREA, Bianca Cristina; GARCIA, T. O. (Org.). **Políticas Educacionais e organização do trabalho na escola**. São Paulo: Xamã, 2008b. p. 11-38.

PARO, V. H. **Por dentro da escola pública**. 4ª ed. revisada. São Paulo: Cortez, 2016.

PAULA, A. P. P. **Entre a administração e a política: os desafios da gestão pública**. 224 f. 2003 Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Políticas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000289746&opt=4>. Acessado em: 20 de ago. 2017.

RISCAL, S. A. Considerações sobre o conselho escolar e seu papel mediador e conciliador. In: LUIZ, M. C. (Org.). **Conselho escolar**: algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010.

SANTOS, A. C. A transição do regime militar para a democracia: o Partido Comunista do Brasil (PC do B) entre enlases e jogos da política. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, julho 2011.

SARLET, I. W. Os Direitos Sociais como Direitos Fundamentais: contributo para um balanço aos vinte anos da Constituição Federal de 1988. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**. 20 Anos de Constitucionalismo Democrático– E Agora? Porto Alegre-Belo Horizonte, p. 163-206, 2008.

SILVA, J.A. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**. 8. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2004.

TEIXEIRA, N. F. Metodologias de Pesquisa em Educação: possibilidades e adequações. **Revista Caderno Pedagógico**, [S.l.], v. 12, n. 2, ago. 2015.

WEYNE, B. C. **Direito subjetivo aos princípios constitucionais**. Boletim Jurídico [online], 2005. Disponível em: <http://t.boletimjuridico.com.br//doutrina/texto.asp?id=783>. Acesso em: 05 nov. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**; tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO DOS SERVIDORES MEMBROS DO COLEGIADO ESCOLAR

Conselheiro A –questionário aplicado com professor conselheiro titular I

Conselheiro B – questionário aplicado com professor conselheiro titular II

Conselheiro C – questionário aplicado com professor conselheiro suplente I

Conselheiro D – questionário aplicado com professor conselheiro suplente II

Introdução: Caro servidor, convido você a participar voluntariamente do preenchimento deste questionário que visa subsidiar uma pesquisa acadêmica para o Curso de Mestrado em Avaliação e Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Responda, por gentileza, a todas as questões da melhor maneira que conhecer os assuntos aqui abordados e sua contribuição será de valor inestimável para o estudo aqui este se destina.				
Bloco I(a) – Definição de Perfil (Este bloco conterà questões para a identificação de seu segmento dentro do colegiado):				
1 – Por quantos mandatos você já exerceu a função de membro do Colegiado Escolar desta unidade de ensino?				
a. Este é meu primeiro mandato (caso marque essa opção, pule para a questão 7).	<input type="checkbox"/>			
b. Dois mandatos consecutivos	<input type="checkbox"/>			
c. Três ou mais mandatos consecutivos	<input type="checkbox"/>			
d. Dois ou mais mandatos em anos aleatórios	<input type="checkbox"/>			
2 – Você já exerceu a função de membro de outro CE em outra unidade de Ensino?				
a. Sim.	<input type="checkbox"/> Por quanto tempo? _____			
b. Não				
Bloco I(b)– Este bloco tratará sobre suas percepções acerca da gestão de sua escola. (Somente para membros do CE Professores)				
	CONCORD O TOTALME NTE	CONCORD MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCO RDO TOTAL MENT E
3 – Minhas decisões, quanto à autonomia nas aplicações de minhas provas mensais e bimestrais são respeitadas pela direção da escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 – Minhas decisões quanto as medidas disciplinares aplicadas aos alunos são acatadas pela direção nas pautas das reuniões do CE.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5 – Convoco reuniões do CE para tomadas de decisão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6 – Percebo, nas reuniões do CE o devido acolhimento das necessidades escolares por parte da direção escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco II(a) – Nesta seção você responderá sobre as reuniões do CE				
	NUNC	RARAMENTE	FREQUENTEMENT	SEMPR

	A		E	E
7 – As Reuniões do CE ocorrem regularmente uma vez por mês?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8 – Das reuniões realizadas pelo CE, qual é a frequência que você participou dos encontros?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9 – As reuniões do CE são convocadas com a antecedência mínima de 48 horas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10 – Marque, dentre as opções abaixo, a forma mais comum de convocação para as reuniões do CE:				
	SEMPRE	COMUMENTE	RARAMENTE	NUNCA
a. E-mail	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Aviso nos Murais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Memorandos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Ligação Telefônica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e. Oralmente-pessoalmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f. Mensagens através de aplicativo telefônico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11 – Marque, dentre as opções abaixo, a(s) forma (s), ou a que você julga mais eficiente para ser feita uma convocação para as reuniões do CE:				
a. E-mail				<input type="checkbox"/>
b. Aviso nos Murais				<input type="checkbox"/>
c. Memorandos				<input type="checkbox"/>
d. Ligação Telefônica				<input type="checkbox"/>
e. Oralmente-pessoalmente				<input type="checkbox"/>
f. Mensagens através de aplicativo telefônico				<input type="checkbox"/>
Outras formas? _____				
Bloco II(b) – As questões a seguir trataram das documentações escolares e seu conhecimento sobre alguns processos e dinâmicas que envolvem as decisões do CE.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
12 – Conheço o Projeto Político Pedagógico da Escola, nos seus capítulos que tratam sobre as atribuições dos membros do Colegiado Escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13 – Conheço o Regimento Escolar no que tange ao funcionamento do CE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14 - Conheço o Projeto Político Pedagógico Escolar no que tange ao funcionamento do CE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15 – Conheço o Estatuto da Caixa Escolar e as normas de Prestações de Contas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16 Conheço a Resolução para a Construção do Calendário Escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco III – As questões a seguir nos mostrarão quais são suas percepções com relação à dinâmica escolar e a relação com o CE. Dentre as afirmativas abaixo, escolha somente uma opção.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
17 As opiniões dos membros dos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

outros segmentos do CE são ouvidas e acatadas pela Direção Escolar.				
18– As opiniões da comunidade escolar são ouvidas e acatadas pelo CE.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19 – Considero que a gestão desta escola atua de maneira democrática com o CE.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20 – Há integração entre a equipe escolar, o CE e as famílias nas questões que envolvem a disciplina dos alunos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21- Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem o uso dos recursos financeiros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22 - Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem o cardápio e a merenda escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23 - Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem festas, eventos e projetos escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Bloco III (a) – Parabéns, você já está encerrando suas contribuições para essa pesquisa. Neste bloco, você encontrará afirmações sobre sua atuação desde sua investidura como membro conselheiro. Escolha uma opção que mais se adeque a sua opinião.

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALM ENTE
24 – Certifico-me de verificar no Calendário Escolar as datas das reuniões ordinárias do CE.				
25 – Certifico-me de divulgar as datas e convocações para reuniões do CE.				
26– Monitoro a gestão escolar sobre as decisões acordadas nas reuniões do CE.				
27 – Divulgo para outros atores escolares, não-membros do CE, sobre as decisões realizadas.				
28 – Estou atento (a) as necessidades de minha categoria, e levo os assuntos pertinentes para compor a pauta das reuniões do CE.				

Este espaço está aberto caso queira registrar alguma opinião ou deixar alguma decisão: _____

Terminamos por aqui!

Obrigada pelo seu precioso auxílio nas respostas ofertadas.

APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO AOS PAIS DE ALUNOS MEMBROS DO COLEGIADO ESCOLAR

Conselheiro G – Questionário aplicado à responsável (membro do colegiado) pelo aluno.

Introdução: Cara Mãe, convido você a participar voluntariamente do preenchimento deste questionário que visa subsidiar uma pesquisa acadêmica para o Curso de Mestrado em Avaliação e Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Responda, por gentileza, a todas as questões da melhor maneira que conhecer os assuntos aqui abordados e sua contribuição será de valor inestimável para o estudo aqui este se destina.	
Bloco I (a)– Este bloco conterà questões para a identificação de seu segmento dentro do colegiado:	
1 – Qual é a sua faixa etária?	
a. 20 a 25 anos	<input type="checkbox"/>
b. 26 a 35 anos	<input type="checkbox"/>
c. 36 a 45 anos	<input type="checkbox"/>
d. 46 anos ou mais	<input type="checkbox"/>
2 – Com relação a sua formação, escolha uma opção:	
a. Tenho até o 5º ano completo	<input type="checkbox"/>
b. Tenho até o 9º ano completo	<input type="checkbox"/>
c. Iniciei o Ensino Médio mais não conclui	<input type="checkbox"/>
d. Possuo o Ensino Médio completo	<input type="checkbox"/>
e. Iniciei a Graduação e ainda não conclui	<input type="checkbox"/>
f. Possuo Graduação completa	<input type="checkbox"/>
g. Possuo Curso Técnico Completo	<input type="checkbox"/>
h. Nunca estudei	<input type="checkbox"/>
3 – Há quantos anos seu filho (sua filha) estuda nessa escola?	
a. Até três anos	<input type="checkbox"/>
b. De quatro a cinco anos	<input type="checkbox"/>
c. De seis a onze anos	<input type="checkbox"/>
d. Doze anos ou mais	<input type="checkbox"/>
4 – Por quantos mandatos você já exerceu a função de membro do Colegiado Escolar desta unidade de ensino?	
a. Este é meu primeiro mandato (caso marque essa opção, pule para a questão 7)	<input type="checkbox"/>
b. Dois mandatos consecutivos	<input type="checkbox"/>
c. Três ou mais mandatos consecutivos	<input type="checkbox"/>
d. Dois ou mais mandatos em anos aleatórios	<input type="checkbox"/>
5 – Você já exerceu a função de membro de outro CE em outra unidade de Ensino?	
c. Sim.	<input type="checkbox"/> Por quanto tempo? _____
d. Não	<input type="checkbox"/>
Bloco I (b) – Este bloco tratará sobre suas percepções acerca da gestão de sua escola.	

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
6 – Quando tomo conhecimento de alguma situação grave de indisciplina, convoco reuniões do CE para tomadas de decisão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 – Percebo, nas reuniões do CE o devido acolhimento das necessidades escolares das famílias e dos alunos por parte da direção escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Bloco II – Nesta seção você responderá sobre as reuniões do CE

	NUNCA	RARAMENTE	FREQUENTEMENTE	SEMPRE
8 – Com qual frequência ocorrem as reuniões do Colegiado Escolar, em sua opinião?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9 – Das reuniões realizadas pelo CE, qual é a frequência que você participou dos encontros?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10– As reuniões do CE são convocadas com a antecedência mínima de 48 horas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11 – Marque, dentre as opções abaixo, a forma mais comum de convocação para as reuniões do CE:

	SEMPRE	COMUMENTE	RARAMENTE	NUNCA
a. E-mail	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Aviso nos Murais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Memorandos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Ligação Telefônica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e. Oralmente-pessoalmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f. Mensagens através de aplicativo telefônico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12 – Marque, dentre as opções abaixo, a forma, ou as formas que você julga mais eficiente para ser feita uma convocação para as reuniões do CE:

1. E-mail	<input type="checkbox"/>
2. Aviso nos Murais	<input type="checkbox"/>
3. Memorandos	<input type="checkbox"/>
4. Ligação Telefônica	<input type="checkbox"/>
5. Oralmente-pessoalmente	<input type="checkbox"/>
6. Mensagens através de aplicativo telefônico	<input type="checkbox"/>
Outras formas? _____	<input type="checkbox"/>

Bloco III – As questões a seguir trataram das documentações escolares e seu conhecimento sobre alguns processos e dinâmicas que envolvem as decisões do CE. Dentre as afirmativas

abaixo, escolha somente uma opção.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
13– Conheço o Regimento Escolar, nas suas seções que tratam da organização e funcionamento do Colegiado Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14 – Conheço o Projeto Político Pedagógico da Escola, nos seus capítulos que tratam sobre as atribuições dos membros do Colegiado Escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15 – Conheço as normas de Prestações de Contas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16 – Conheço a Resolução para a Construção do Calendário Escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco III (a) – As questões a seguir nos mostrarão quais são suas percepções com relação à dinâmica escolar e a relação com o CE. Dentre as afirmativas abaixo, escolha somente uma opção.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
17– As opiniões dos membros dos outros segmentos do CE são ouvidas e acatadas pela Direção Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18 – As opiniões da comunidade escolar são ouvidas e acatadas pelo CE.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19 – Considero que a gestão desta escola atua de maneira democrática com o CE.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20 – Há integração entre a equipe escolar, o CE e as famílias nas questões que envolvem a disciplina dos alunos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21 - Há integração o CE e as famílias nas questões que envolvem o uso dos recursos financeiros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22 - Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem o cardápio e a merenda escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

23 - Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem festas, eventos e projetos escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco III (b) – Parabéns, você já está encerrando suas contribuições para essa pesquisa. Neste bloco, você encontrará afirmações sobre sua atuação desde sua investidura como membro conselheiro. Escolha uma opção que mais se adeque a sua opinião.				
	NUNCA	RARAMENTE	FREQUENTEMENTE	SEMPRE
24 – Certifico-me de divulgar as datas e convocações para reuniões do CE, nem que seja para eles participarem como ouvintes.				
25– Monitoro a gestão escolar sobre as decisões acordadas nas reuniões do CE.				
26 – Divulgo para outros pais, não-membros do CE, sobre as decisões e deliberações realizadas.				
27 – Estou atento (a) as necessidades de minha categoria, e levo os assuntos pertinentes para compor a pauta das reuniões do CE.				
Este espaço está aberto caso queira registrar alguma opinião ou deixar alguma decisão: _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____				
Terminamos por aqui! Obrigada pelo seu precioso auxílio nas respostas ofertadas.				

APÊNDICE C – MODELO DE QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS MEMBROS DO COLEGIADO ESCOLAR

Conselheiro H – questionário aplicado com aluno conselheiro titular I

Conselheiro I – questionário aplicado com aluno conselheiro titular II

Conselheiro J – questionário aplicado com aluno suplente I

Conselheiro K – questionário aplicado com aluno suplente II

Introdução: Queridos Alunos, convido vocês a participarem, voluntariamente, do preenchimento deste questionário que visa subsidiar uma pesquisa acadêmica para o Curso de Mestrado em Avaliação e Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Responda, por gentileza, a todas as questões da melhor maneira que conhecer os assuntos aqui abordados e sua contribuição será de valor inestimável para o estudo aqui este se destina.				
Bloco I (a)– Este bloco conterà questões para a identificação de seu segmento dentro do colegiado:				
1 – Qual é a sua faixa etária?				
a. 14 anos				<input type="checkbox"/>
b. 15 anos				<input type="checkbox"/>
c. 16 anos				<input type="checkbox"/>
d. 17 anos ou mais				<input type="checkbox"/>
2 – Há quantos anos você estuda nessa Escola?				
a. Até três anos				<input type="checkbox"/>
b. De quatro a cinco anos				<input type="checkbox"/>
c. De seis a onze anos				<input type="checkbox"/>
3 – Por quantos mandatos você já exerceu a função de membro do Colegiado Escolar desta unidade de ensino?				
a. Este é meu primeiro mandato (caso marque essa opção, pule para a questão 7)				<input type="checkbox"/>
b. Dois mandatos consecutivos				<input type="checkbox"/>
Bloco I (b) – Este bloco tratará sobre suas percepções acerca da gestão de sua escola.				
	CONCOR DO TOTALM ENTE	CONCORD O MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORD O	DISCOR DO TOTAL MENTE
4 – Quando tomo conhecimento de alguma situação grave de indisciplina, convoco reuniões do CE para tomadas de decisão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5- Percebo, nas reuniões do CE o devido acolhimento das necessidades escolares dos alunos por parte da direção escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco II – Nesta seção você responderá sobre as reuniões do CE				
	NUNCA	RARAMENTE	FREQUENTEMENTE	SEMPRE
6 – Com qual frequência ocorrem as reuniões do Colegiado Escolar, em sua opinião?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 – Das reuniões realizadas pelo CE, qual é a frequência que você participou dos encontros?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8– As reuniões do CE são convocadas com a antecedência mínima de 48 horas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9 – Marque, dentre as opções abaixo, a forma mais comum de convocação para as reuniões do CE:				
	SEMPRE	COMUMENTE	RARAMENTE	NUNCA
a. E-mail	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Aviso nos Murais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Memorandos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Ligação Telefônica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e. Oralmente-pessoalmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f. Mensagens através de aplicativo telefônico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10 – Marque, dentre as opções abaixo, a forma, ou as formas que você julga mais eficiente para ser feita uma convocação para as reuniões do CE:				
1. E-mail				<input type="checkbox"/>
2. Aviso nos Murais				<input type="checkbox"/>
3. Memorandos				<input type="checkbox"/>
4. Ligação Telefônica				<input type="checkbox"/>
5. Oralmente-pessoalmente				<input type="checkbox"/>
6. Mensagens através de aplicativo telefônico				<input type="checkbox"/>
Outras formas? _____				
Bloco II (a) – As questões a seguir trataram das documentações escolares e seu conhecimento sobre alguns processos e dinâmicas que envolvem as decisões do CE. Dentre as afirmativas abaixo, escolha somente uma opção.				

	CONCOR DO TOTALM ENTE	CONCORD O PARCIALM ENTE	DISCORDO PARCIALM ENTE	DISCOR DO TOTAL MENTE
11- Conheço o Regimento Escolar, nas suas seções que tratam da organização e funcionamento do Colegiado Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12 – Conheço o Projeto Político Pedagógico da Escola, nos seus capítulos que tratam sobre as atribuições dos membros do Colegiado Escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13 – Conheço as normas de Prestações de Contas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14 – Conheço a Resolução para a Construção do Calendário Escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco II (b) – As questões a seguir nos mostrarão quais são suas percepções com relação à dinâmica escolar e a relação com o CE. Dentre as afirmativas abaixo, escolha somente uma opção.				
	CONCOR DO TOTALM ENTE	CONCORD O MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORD O	DISCOR DO TOTAL MENTE
15- As opiniões dos membros dos outros segmentos do CE são ouvidas e acatadas pela Direção Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16 – As opiniões dos alunos são ouvidas e acatadas pelo CE.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17 – A comunidade Escolar está bem representada pelos outros membros do CE.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18 – Considero que a gestão desta escola atua de maneira democrática com o CE.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19 – Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem a disciplina dos alunos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20 - Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem o uso dos recursos financeiros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21 - Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem o cardápio e a merenda escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22 - Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem festas, eventos e projetos escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Bloco III– Parabéns, você já está encerrando suas contribuições para essa pesquisa. Neste bloco, você encontrará afirmações sobre sua atuação desde sua investidura como membro conselheiro. Escolha uma opção que mais se adeque a sua opinião.				
	NUNCA	RARAMENTE	FREQUENTE	SEMPRE
23 – Certifico-me de reproduzir para os outros alunos as datas e convocações para reuniões do CE.				
24– Monitoro a gestão escolar sobre as decisões acordadas nas reuniões do CE.				
25 – Divulgo para outros alunos, não-membros do CE, sobre as decisões e deliberações realizadas.				
26 – Estou atento (a) as necessidades de minha categoria, e levo os assuntos pertinentes para compor a pauta das reuniões do CE.				
Este espaço está aberto caso queira registrar alguma opinião ou deixar alguma decisão: _____				

Terminamos por aqui! Obrigada pelo seu precioso auxílio nas respostas ofertadas.				

APÊNDICE D – MODELO DE QUESTIONÁRIO DAS ANALISTAS DA SRE

Analistas responsáveis pelo monitoramento dos CEs da Superintendência Regional de Ensino da Rede de Uberlândia.

Introdução: Convido vocês a participarem, voluntariamente, do preenchimento deste questionário que visa subsidiar uma pesquisa acadêmica para o Curso de Mestrado em Avaliação e Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Responda, por gentileza, a todas as questões da melhor maneira que conhecer os assuntos aqui abordados e sua contribuição será de valor inestimável para o estudo aqui este se destina.				
Bloco I (a)– Este bloco conterà questões para a identificação de seu segmento dentro do colegiado:				
1 – Há quantos anos você atua da SRE?				
a. Até três anos	<input type="checkbox"/>			
b. De quatro a cinco anos	<input type="checkbox"/>			
c. De seis a onze anos	<input type="checkbox"/>			
2 – Há quantos anos você atua no setor responsável pelos Colegiados Escolares?				
a. Até três anos	<input type="checkbox"/>			
b. De quatro a cinco anos	<input type="checkbox"/>			
c. De seis a onze anos	<input type="checkbox"/>			
Bloco I (b) – Este bloco tratará sobre suas percepções acerca da gestão escolar de maneira geral				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
3 – Tenho tem conhecimento das atribuições do CE Escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 – Compreendo que uma das atribuições relevantes de um CE é validar os processos de Licitação das aquisições realizadas pela Caixa Escolar.				
5– Tenho fácil acesso à documentação dos Colegiados Escolares das escolas onde monitoro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco II – Nesta seção você responderá sobre as reuniões do CE				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE

		O	DO	
5 – De maneira geral, as escolas são frequentes em realizar reuniões em seus Colegiados Escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6 – Somos convidados (SRE) para as reuniões do Colegiado Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7– Na maior parte das escolas, as reuniões com seus Colegiados são marcadas com 48 horas de antecedência.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8 – Marque, dentre as opções abaixo, a forma mais comum de convocação que as escolas utilizam para o chamamento de suas comunidades				
	SEMPRE	COMUM NTE	RARAME NTE	NUNCA
g. E-mail	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h. Aviso nos Murais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
i. Memorandos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
j. Ligação Telefônica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
k. Oralmente-pessoalmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
l. Mensagens através de aplicativo telefônico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
m. Não temos acesso à essa informação	<input type="checkbox"/>			
9 – Marque, dentre as opções abaixo, a forma, ou as formas que você julga mais eficiente para ser feita uma convocação para as reuniões do CE:				
I. E-mail	<input type="checkbox"/>			
II. Aviso nos Murais	<input type="checkbox"/>			
III. Memorandos	<input type="checkbox"/>			
IV. Ligação Telefônica	<input type="checkbox"/>			
V. Pessoalmente	<input type="checkbox"/>			
VI. Mensagens através de aplicativo telefônico	<input type="checkbox"/>			
Outras formas? _____				
Bloco II (a) – As questões a seguir trataram das documentações escolares e seu conhecimento sobre alguns processos e dinâmicas que envolvem as decisões do CE. Dentre as afirmativas abaixo, escolha somente uma opção.				
	CONC ORDO TOTA LMEN TE	CONCO RDO PARCIA LMENT E	DISCOR DO PARCIA LMENT E	DISCO RDO TOTA LMEN TE

10– As escolas apresentam pedidos de orientação sobre a importância de normatizar o funcionamento dos Colegiados Escolares nos seus Regimentos Escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11 – Garanto a orientação às escolas sobre a importância de normatizar o funcionamento dos Colegiados Escolares nos seus Projetos Políticos Pedagógicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12 – Garanto a orientação às escolas sobre a importância de normatizar o funcionamento dos Colegiados Escolares nos Estatutos de Funcionamento dos Caixas Escolares;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13 – Garanto a orientação às escolas sobre a importância do Colegiado Escolar para a construção dos Calendários Escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco II (b) – As questões a seguir nos mostrarão quais são suas percepções com relação à dinâmica escolar e a relação com o CE. Dentre as afirmativas abaixo, escolha somente uma opção.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
14– De maneira geral, a SRE entende que as decisões registradas nas Atas do CE são coletivas e democráticas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15 – De maneira geral, a SRE entende que as opiniões dos alunos são ouvidas e acatadas pelo CE das escolas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16 – Temos clareza que, nas escolas, de maneira geral, há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem a disciplina dos alunos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17 - Temos clareza que, nas escolas, de maneira geral, há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem o uso dos recursos financeiros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18 - Temos clareza que, nas escolas, de maneira geral, há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem a merenda escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19 - Percebemos de maneira geral, que há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem as festas, eventos e projetos escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco III– Parabéns, você já está encerrando suas contribuições para essa pesquisa. Neste bloco, você encontrará afirmações sobre sua atuação desde sua investidura como membro conselheiro. Escolha uma opção que mais se adeque a sua opinião.				
	NUNCA	RARAMENTE	FREQUENTEMENTE	SEMPRE

20 – A SRE possui uma agenda de capacitação para os membros dos Colegiados Escolares.				
21– Monitoro a gestão das sobre as decisões acordadas nas reuniões do CE.				
22 – Monitoro o processo de eleição dos membros dos Colegiados Escolares				
23 – Estou atento (a) as necessidades dos Colegiados Escolares, e levo os assuntos pertinentes para compor a pauta das reuniões de diretoria da SRE.				
<p>Este espaço está aberto caso queira registrar alguma opinião ou deixar alguma decisão: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>				
<p>Terminamos por aqui! Obrigada pelo seu precioso auxílio nas respostas ofertadas.</p>				

APÊNDICE E - MODELO DE QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS NÃO MEMBROS DO COLEGIADO ESCOLAR

ALUNO 05

ALUNO 06

ALUNO 07

ALUNO 08

Introdução: Caro Aluno (a), convido você a participar voluntariamente do preenchimento deste questionário que visa subsidiar uma pesquisa acadêmica para o Curso de Mestrado em Avaliação e Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Responda, por gentileza, a todas as questões da melhor maneira que conhecer os assuntos aqui abordados e sua contribuição será de valor inestimável para o estudo aqui este se destina. *Não se identifique! Manteremos todo o sigilo de suas respostas.*

Bloco I(a) – Informações Pessoais

1 – Qual a sua idade?

e. De 10 a 12 anos	<input type="checkbox"/>
f. De 13 a 14 anos	<input type="checkbox"/>
g. De 15 a 16 anos	<input type="checkbox"/>
h. 17 anos ou mais	<input type="checkbox"/>

2 – Com quem você vive?

a. Pai, mãe e irmãos	<input type="checkbox"/>
b. Pais e mãe	<input type="checkbox"/>
c. Irmãos	<input type="checkbox"/>
d. Pais e Avós	<input type="checkbox"/>
e. Tios e Avós	<input type="checkbox"/>
f. tios	<input type="checkbox"/>
g. Somente Pai	<input type="checkbox"/>
h. Somente Mãe	<input type="checkbox"/>
i. Somente Avós	<input type="checkbox"/>
j. outros	<input type="checkbox"/>

3 – Quem vai à escola e acompanha a sua vida escolar?

Bloco I(b)– Este bloco tratará sobre suas percepções acerca da gestão de sua escola. Envolvimento e percepções sobre a Gestão e Participação

4 – Há quanto tempo você está na escola?

a. Até 01 ano	<input type="checkbox"/>
b. De 01 a 02 anos	<input type="checkbox"/>
c. De 03 a 05 anos	<input type="checkbox"/>
d. 6 anos ou mais	<input type="checkbox"/>

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
5 – Eu participo dos encontros que são	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

promovidas pela escola.				
6 - A escola promove encontros que envolvem toda a Comunidade Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 - Na escola há ambiente favorável ao diálogo e à participação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8 - Marque, dentre as opções abaixo, a forma mais comum de convocação da Escola para Encontros e Reuniões que você tem conhecimento				
	SEMPRE	COMUMENT E	RARAMENT E	NUNCA
g. E-mail	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h. Aviso na Página da Escola na Internet	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
i. Memorandos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
j. Ligação Telefônica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
k. Oralmente-pessoalmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
l. Mensagens através de aplicativo telefônico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9 - Marque, dentre as opções abaixo, a(s) forma (s), ou a que você julga mais eficiente para ser feita uma convocação para as reuniões.				
g. E-mail				<input type="checkbox"/>
h. Aviso na Página da Escola na Internet				<input type="checkbox"/>
i. Memorandos				<input type="checkbox"/>
j. Ligação Telefônica				<input type="checkbox"/>
k. Oralmente-pessoalmente				<input type="checkbox"/>
l. Mensagens através de aplicativo telefônico				<input type="checkbox"/>
m. Avisos nos Muros da Escola				<input type="checkbox"/>
Outras	formas	que	julgo	apropriadas?

Bloco II(a) – Nesta seção você responderá sobre o Colegiado Escolar da E.E.				
	SIM	NÃO		
10 - Você sabe quem são os representantes da categoria de Alunos do Colegiado de sua escola?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
11 - Você participou do processo de Eleição do Colegiado Escolar em 2016?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
12 - Você já foi assistir alguma reunião do Colegiado Escolar realizada na Escola?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
	NENHUMA IMPORTÂNCIA	POUCA IMPORTÂNCIA	IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE
13 - Que grau de importância a Escola tem para você.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14 - Que grau de relevância o Colegiado Escolar tem para você:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15 - Que grau de importância tem conhecer as funções do Colegiado Escolar:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16 - Qual o grau de importância você atribui para a participação dos Alunos dentro do Colegiado Escolar:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17 - Liste fatores que você julga serem obstáculos para a participação dos Alunos nas decisões administrativas, nas reuniões ou no Colegiado Escolar:				
I.				
II.				

III.				
Bloco II(b) – As questões a seguir trataram das documentações escolares e seu conhecimento sobre alguns processos e dinâmicas que envolvem as decisões do CE.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
18 – Conheço o Regimento Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21 – Conheço o Projeto Político Pedagógico da Escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22 – Conheço o Estatuto da Caixa Escolar com suas normas de Prestações de Contas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23 – Conheço o Calendário Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco III – As questões a seguir nos mostrarão quais são suas percepções com relação à dinâmica escolar. Dentre as afirmativas abaixo, escolha somente uma opção.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
24 – Considero que minha participação é efetiva em minha escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25 – As opiniões dos alunos são ouvidas e acatadas pela gestão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26– Considero que a gestão desta escola cria oportunidades para os alunos opinarem, dialogarem e participarem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27 – Há integração entre a equipe escolar, e as famílias.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco III (a) – Parabéns, você já está encerrando suas contribuições para essa pesquisa. Neste bloco, você encontrará afirmações sobre a Gestão Escolar. Escolha uma opção que mais se adeque a sua opinião.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
28 – A gestão escolar estimula a mobilização para a participação na escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29 – Nesta escola, os alunos encontram espaços para expor dúvidas, opinar sobre situações cotidianas e decidir sobre rumos a serem seguidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30 - A gestão escolar mobiliza diferentes meios de comunicação com os alunos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31 - Além das reuniões bimestrais, a gestão escolar mobiliza outros encontros para o envolvimento dos alunos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32 – Considero que a gestão da Escola é democrática e participativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Este espaço está aberto caso queira registrar alguma opinião ou deixar alguma decisão: _____

Terminamos por aqui! Obrigada pelo seu precioso auxílio nas respostas ofertadas.
Fique tranquilo(a), todo sigilo será mantido durante toda a Pesquisa e suas respostas
colaborarão para um trabalho eficiente.
Muito Grata!

APÊNDICE F - MODELO DE QUESTIONÁRIO DOS SERVIDORES DA E.E.N.B. NÃO MEMBROS DO COLEGIADO ESCOLAR

FUNC. 05

FUNC. 06

FUNC.07

FUNC.08

Introdução: Caro Servidor(a), convido você a participar voluntariamente do preenchimento deste questionário que visa subsidiar uma pesquisa acadêmica para o Curso de Mestrado em Avaliação e Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Responda, por gentileza, a todas as questões da melhor maneira que conhecer os assuntos aqui abordados e sua contribuição será de valor inestimável para o estudo aqui este se destina. <i>Não se identifique! Manteremos todo o sigilo de suas respostas.</i>				
Bloco I(a) – Informações Pessoais				
1 – Qual a sua idade?				
i. De 20 a 25 anos				<input type="checkbox"/>
j. De 26 a 35 anos				<input type="checkbox"/>
k. De 36 a 45 anos				<input type="checkbox"/>
l. De 46 a 55 anos				<input type="checkbox"/>
m. De 56 a 70 anos				<input type="checkbox"/>
2 - Qual a área de Formação? (por exemplo: história, geografia, matemática etc.)				
<hr/>				
k. Ensino Médio				<input type="checkbox"/>
l. Normal Superior				<input type="checkbox"/>
m. Pós-Graduação -Especialização				<input type="checkbox"/>
n. Pós-Graduação -Mestrado				<input type="checkbox"/>
o. Pós-Graduação - Doutorado				<input type="checkbox"/>
Bloco I(b)– Este bloco tratará sobre suas percepções acerca da gestão de sua escola. Envolvimento e percepções sobre a Gestão e Participação				
3 – Há quanto tempo você trabalha na escola?				
e. Até 01 ano				<input type="checkbox"/>
f. De 01 a 03 anos				<input type="checkbox"/>
g. De 04 a 10 anos				<input type="checkbox"/>
h. 11 anos ou mais				<input type="checkbox"/>
4 – Seu vínculo com a escola é efetivo ou designado? <input type="checkbox"/> E <input type="checkbox"/> D				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
5 – Eu participo das reuniões administrativo-pedagógicas que são promovidas pela escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6 - A escola promove encontros que envolvem toda a Comunidade Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 - Eu participo dos Encontros que são promovidos que envolvem os pais e os	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

alunos.				
8 – Contribuo no processo de elaboração das Normas Regimentais Escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9 – Contribuo no processo de elaboração ou monitoramento do Projeto Político Pedagógico.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10 – Contribuo no processo de elaboração de Projetos Escolares Diversos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11 – Na escola há ambiente favorável ao diálogo e à participação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12 – Minha autonomia, quanto ao planejamento de aulas e avaliações são respeitadas pela gestão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13 – Minhas decisões quanto as medidas disciplinares aplicadas aos alunos são acatadas pela gestão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14 – Marque, dentre as opções abaixo, a forma mais comum de convocação da Escola para as Reuniões Administrativo-Pedagógicas.				
	SEMPRE	COMUMENTE	RARAMENTE	NUNCA
m. E-mail	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
n. Aviso nos Murais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
o. Memorandos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
p. Ligação Telefônica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
q. Oralmente-pessoalmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
r. Mensagens através de aplicativo telefônico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15 – Marque, dentre as opções abaixo, a(s) forma (s), ou a que você julga mais eficiente para ser feita uma convocação para as reuniões do CE:				
n. E-mail				<input type="checkbox"/>
o. Aviso nos Murais				<input type="checkbox"/>
p. Memorandos				<input type="checkbox"/>
q. Ligação Telefônica				<input type="checkbox"/>
r. Oralmente-pessoalmente				<input type="checkbox"/>
s. Mensagens através de aplicativo telefônico				<input type="checkbox"/>
Outras formas? _____				
Bloco II(a) – Nesta seção você responderá sobre o Colegiado Escolar da E.E.				
	SIM	NÃO		
16 – Você sabe quem são os representantes da categoria de Professores do Colegiado de sua escola?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
17 – Você participou do processo de Eleição do Colegiado Escolar em 2016?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
18 – Você já foi assistir alguma reunião do Colegiado Escolar realizada na Escola?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
	NENHUMA IMPORTÂNCIA	POUCA IMPORTÂNCIA	IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE
19 – Que grau de relevância o Colegiado Escolar tem para você:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20 - Que grau de importância tem conhecer as funções do Colegiado Escolar:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21 - Qual o grau de importância você atribui	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

para a participação dos Professores dentro do Colegiado Escolar:				
22 – Liste, sucintamente, fatores que você julga serem obstáculos para a participação dos Professores nas decisões administrativas, nas reuniões e/ou no Colegiado Escolar:				
IV.				
V.				
VI.				
VII.				
III.				
Bloco II(b) – As questões a seguir trataram das documentações escolares e seu conhecimento sobre alguns processos e dinâmicas que envolvem as decisões do CE.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
23 – Conheço o Regimento Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24 – Conheço o Projeto Político Pedagógico da Escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25 – Conheço o Estatuto da Caixa Escolar com suas normas de Prestações de Contas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26 – Conheço o Calendário Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco III – As questões a seguir nos mostrarão quais são suas percepções com relação à dinâmica escolar. Dentre as afirmativas abaixo, escolha somente uma opção.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
27 – As opiniões dos professores são ouvidas e acatadas pela Direção Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28 – As opiniões da comunidade escolar são ouvidas e acatadas pela gestão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29 – Considero que a gestão desta escola atua de maneira democrática.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30 – Há integração entre a equipe escolar, o CE e as famílias.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco III (a) – Parabéns, você já está encerrando suas contribuições para essa pesquisa. Neste bloco, você encontrará afirmações sobre a Gestão Escolar. Escolha uma opção que mais se adeque a sua opinião.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
31 – A gestão escolar estimula a mobilização para a participação na escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32 – Nesta escola, os professores encontram espaços para expor dúvidas, opinar sobre situações cotidianas e decidir sobre rumos a serem seguidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33 – Além das reuniões de rotina, a gestão escolar mobiliza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

outros meios de comunicação com os Professores.				
34 - Além das reuniões de rotina, a gestão escolar mobiliza outros meios de comunicação com os Pais dos Alunos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35 - Essa gestão é democrática e participativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Este espaço está aberto caso queira registrar alguma opinião ou deixar alguma decisão: _____				
<p>Terminamos por aqui! Obrigada pelo seu precioso auxílio nas respostas ofertadas. Fique tranquilo(a), todo sigilo será mantido durante toda a Pesquisa e suas respostas colaborarão para um trabalho eficiente. Muito Grata!</p>				

APÊNDICE G - MODELO DE QUESTIONÁRIO DOS RESPONSÁVEIS POR ALUNO DA E.E.N.B. NÃO MEMBROS DO COLEGIADO ESCOLAR

MÃE 01

MÃE 02

MÃE 03

MÃE 04

Introdução: Cara Mãe, convido você a participar voluntariamente do preenchimento deste questionário que visa subsidiar uma pesquisa acadêmica para o Curso de Mestrado em Avaliação e Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Responda, por gentileza, a todas as questões da melhor maneira que conhecer os assuntos aqui abordados e sua contribuição será de valor inestimável para o estudo aqui este se destina. <i>Não se identifique! Manteremos todo o sigilo de suas respostas.</i>	
Bloco I(a) – Informações Pessoais	
1 – Qual a sua idade?	
a. De 15 a 19 anos	<input type="checkbox"/>
b. De 20 a 25 anos	<input type="checkbox"/>
c. De 26 a 35 anos	<input type="checkbox"/>
d. De 36 a 45 anos	<input type="checkbox"/>
e. De 46 a 55 anos	<input type="checkbox"/>
f. De 56 a 70 anos	<input type="checkbox"/>
g. 71 anos ou mais	<input type="checkbox"/>
2 - Qual a área de Profissão e quantas horas diárias você trabalha?	
3 – Qual a sua formação?	
a. Nunca Estudei	<input type="checkbox"/>
b. Estudei mais não completei o Ensino Fundamental	<input type="checkbox"/>
c. Não completei o Ensino Médio	<input type="checkbox"/>
d. Ensino Médio	<input type="checkbox"/>
e. Curso Técnico	<input type="checkbox"/>
f. Curso superior	<input type="checkbox"/>
g. Pós – Graduação	<input type="checkbox"/>
h. Mestrado / Doutorado	<input type="checkbox"/>
Bloco I(b)– Este bloco tratará sobre suas percepções acerca da gestão de sua escola. Envolvimento e percepções sobre a Gestão e Participação	
4 – Há quanto tempo seu filho (a), aluno (a) está na escola?	
a. Até 01 ano	<input type="checkbox"/>
b. De 01 a 02 anos	<input type="checkbox"/>
c. De 03 a 05 anos	<input type="checkbox"/>
d. 6 anos ou mais	<input type="checkbox"/>

	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
5 – Eu participo das reuniões que são promovidas pela escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6 - A escola promove encontros que envolvem toda a Comunidade Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 – Na escola há ambiente favorável ao diálogo e à participação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8 – Marque, dentre as opções abaixo, a forma mais comum de convocação da Escola para as Reuniões				
	SEMPRE	COMUMENTE	RARAMENTE	NUNCA
a. E-mail	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Aviso na Página da Escola na Internet	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Memorandos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Ligação Telefônica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e. Oralmente-pessoalmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f. Mensagens através de aplicativo telefônico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9 – Marque, dentre as opções abaixo, a(s) forma (s), ou a que você julga mais eficiente para ser feita uma convocação para as reuniões do CE:				
a. E-mail				<input type="checkbox"/>
b. Aviso na Página da Escola na Internet				<input type="checkbox"/>
c. Memorandos				<input type="checkbox"/>
d. Ligação Telefônica				<input type="checkbox"/>
e. Oralmente-pessoalmente				<input type="checkbox"/>
f. Mensagens através de aplicativo telefônico				<input type="checkbox"/>
g. Avisos nos Muros da Escola				<input type="checkbox"/>
Outras formas que julgo apropriadas?	_____			
Bloco II(a) – Nesta seção você responderá sobre o Colegiado Escolar da E.E.				
	SIM	NÃO		
10 – Você sabe quem são os representantes da categoria de Pais do Colegiado de sua escola?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
11 – Você participou do processo de Eleição do	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

Colegiado Escolar em 2016?				
12 – Você já foi assistir alguma reunião do Colegiado Escolar realizada na Escola?	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	
	NENHUMA IMPORTÂNCIA	POUCA IMPORTÂNCIA	IMPORTANTE	MUITO IMPORTANTE
13 – Que grau de relevância o Colegiado Escolar tem para você:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14 - Que grau de importância tem conhecer as funções do Colegiado Escolar:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15 - Qual o grau de importância você atribui para a participação dos Pais dentro do Colegiado Escolar:	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16 – Liste fatores que você julga serem obstáculos para a participação dos Pais nas decisões administrativas, nas reuniões ou no Colegiado Escolar:				
I.				
II.				
III.				
IV.				
V.				
Bloco II(b) – As questões a seguir trataram das documentações escolares e seu conhecimento sobre alguns processos e dinâmicas que envolvem as decisões do CE.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO PARCIALMENTE	DISCORDO TOTALMENTE
17 – Conheço o Regimento Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18 – Conheço o Projeto Político Pedagógico da Escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19 – Conheço o Estatuto da Caixa Escolar com suas normas de Prestações de Contas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20 – Conheço o Calendário Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Bloco III – As questões a seguir nos mostrarão quais são suas percepções com relação à dinâmica escolar. Dentre as afirmativas abaixo, escolha somente uma opção.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
21 – As opiniões dos pais são ouvidas e acatadas pela Direção Escolar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22 – As opiniões dos alunos são ouvidas e acatadas pela gestão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23 – Considero que a gestão desta escola atua de maneira democrática.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24 – Há integração entre a equipe escolar, e as famílias.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Bloco III (a) – Parabéns, você já está encerrando suas contribuições para essa pesquisa. Neste bloco, você encontrará afirmações sobre a Gestão Escolar. Escolha uma opção que mais se adequa a sua opinião.				
	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO MAIS QUE DISCORDO	DISCORDO MAIS QUE CONCORDO	DISCORDO TOTALMENTE
25 – A gestão escolar estimula a mobilização para a participação na escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26 – Nesta escola, os pais encontram espaços para expor dúvidas, opinar sobre situações cotidianas e decidir sobre rumos a serem seguidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27 - A gestão escolar mobiliza outros meios de comunicação com os pais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28 - Além das reuniões de rotina, a gestão escolar mobiliza outros meios de comunicação com os Pais dos Alunos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29 – Considero que a gestão da Escola é democrática e participativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Este espaço está aberto caso queira registrar alguma opinião ou deixar alguma				

decisão: _____

_____.

Terminamos por aqui! Obrigada pelo seu precioso auxílio nas respostas ofertadas. Fique tranquilo(a), todo sigilo será mantido durante toda a Pesquisa e suas respostas colaborarão para um trabalho eficiente.
Muito Grata!

APÊNDICE H - QUADRO DE INSTRUMENTOS 1: GUIA DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Objetivo Geral: Aprofundar a compreensão das percepções dos membros do Colegiado Escolar submetidos à aplicação dos Questionários.

Blocos I	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES ESPECÍFICAS
Identificar com especificidade os membros do CE	<ul style="list-style-type: none"> • Faixa etária; • Formação acadêmica; • Atuação da Educação Pública; • Atuação na Escola Estadual Nuvem Branca; • Tempo de mandato como conselheiro;
Aprender a percepção de CE, Gestão Democrática e atribuições de um membro conselheiro	<ul style="list-style-type: none"> • Sinto que minhas decisões, quanto à autonomia nas aplicações de minhas avaliações é respeitada pela direção da escola. • Percebo que minhas ações quanto as decisões das medidas disciplinares aplicadas aos alunos são acatadas pela direção nas pautas das reuniões do CE? • Quando você me deparo com alguma situação grave de indisciplina, costumo a convocar reuniões do CE para tomadas de decisão? • Percebo, nas reuniões do CE o devido acolhimento das necessidades escolares por parte da direção escolar.

Blocos II	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES ESPECÍFICAS
Conhecer as percepções sobre o que é uma atuação participativa dentro do CE; identificar como ocorrem as formas de participação dos conselheiros e qual o grau de envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Com qual frequência ocorrem as reuniões do Colegiado Escolar, em sua opinião? • Das reuniões realizadas pelo CE, qual é a frequência que você participou dos encontros?

<p>destes com as deliberações que são comunicadas e construídas na gestão;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As reuniões do CE são convocadas com a antecedência mínima de 48 horas? • Quais os meios utilizados para a comunicação das reuniões do CE? • Conheço o Regimento Escolar, nas suas seções que tratam da organização e funcionamento do Colegiado Escolar? • Conheço o Projeto Político Pedagógico da Escola, nos seus capítulos que tratam sobre as atribuições dos membros do Colegiado Escolar? • Conheço o Estatuto as normas de Prestações de Contas? • Conheço a Resolução para a Construção do Calendário Escolar?
--	---

Blocos III	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES ESPECÍFICAS
<p>Com a aplicação destas questões pretende-se perceber as relações estabelecidas entre os membros do CE e a Gestão Escolar, bem como analisar a importância das formas de participação com conhecimento sobre o cotidiano administrativo, pedagógico e financeiro escolar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As opiniões dos membros dos outros segmentos do CE são ouvidas e acatadas pela Direção Escolar. • As opiniões da comunidade escolar são ouvidas e acatadas pelo CE. • Considero que a gestão desta escola atua de maneira democrática com o CE. • Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem a disciplina dos alunos. • Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem o uso dos recursos financeiros. • Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem o cardápio e a merenda escolar. • Há integração entre o CE e as famílias nas questões que envolvem festas, eventos e projetos escolares. • Certifico-me de verificar no Calendário Escolar

	<p>as datas das reuniões ordinárias do CE.</p> <ul style="list-style-type: none">• Divulgo para os pais e alunos as datas e convocações para reuniões do CE.• Monitoro a gestão escolar sobre as decisões acordadas nas reuniões do CE.• Divulgo para outros atores escolares, não-membros do CE, sobre as decisões. Estou atento (a) as necessidades de minha categoria, e levo os assuntos pertinentes para compor a pauta das reuniões do CE.
--	--

APÊNDICE I – MODELO DE TERMO DE ASSENTIMENTO ENVIADO AOS FUNCIONÁRIOS E PAIS DO COLEGIADO ESCOLAR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sra. está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa “OS COLEGIADOS ESCOLARES E O DISCURSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: a situação da participação em uma escola estadual de Minas Gerais”. Nesta pesquisa pretendemos compreender a situação da participação da comunidade escolar (membros do colegiado e demais indivíduos que se relacionam com a escola. O motivo que nos leva a estudar esse objeto é a hipótese de que ferramentas de gestão democrática efetiva podem promover e qualificar a participação coletiva na escola.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: estudo das teorias e pesquisas acerca dos temas: participação, mobilização social e gestão democrática; análise documental dos registros e encontros que envolvem a participação na escola, bem como pesquisa de campo, que ora se materializa, com a finalidade de recolher dados, impressões e percepções acerca do Colegiado Escolar, advindas da própria comunidade escolar. A pesquisa contribuirá para construção de mais referenciais de compreensão das formas de participação de membros de um colegiado escolar, bem como poderá propor métodos de gestão democrática para beneficiar os canais participativos dentro da escola, com até a abertura de outros órgãos que dividam as decisões de gestão que impactam diretamente na vida escolar.

A Srª terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Srª é atendida pela pesquisadora, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. A Srª não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, no **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora** e a outra será fornecida a Srª. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados no mesmo local acima indicado.

A Srª concorda que o material coletado possa ser utilizado em outros projetos do **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora**, sendo assegurado que sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos?

() Sim ou () Não

Caso sua manifestação seja positiva, esta autorização poderá ser retirada a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “OS COLEGIADOS ESCOLARES E O DISCURSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: a situação da participação em uma escola estadual de Minas Gerais”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Araguari, _____ de _____ de 2018.

Nome	Assinatura participante	Data
------	-------------------------	------

Nome	Assinatura pesquisador	Data
------	------------------------	------

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Nome do Pesquisador Responsável: ALINE FERREIRA RODRIGUES

Endereço: RUA GERÂNIO, 28

CEP: 38440358 / Araguari – MG

E-mail: aliner.mestrado@caed.ufjf.br

APÊNDICE J – MODELO DE TERMO DE ASSENTIMENTO ENVIADO AOS PAIS DOS ALUNOS MENORES DE 18 ANOS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/RESPONSÁVEIS

O menor _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “OS COLEGIADOS ESCOLARES E O DISCURSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: a situação da participação em uma escola estadual de Minas Gerais”. Nesta pesquisa pretendemos compreender a situação da participação da comunidade escolar (membros do colegiado e demais indivíduos que se relacionam com a escola. O motivo que nos leva a estudar esse objeto é a hipótese de que ferramentas de gestão democrática efetiva podem promover e qualificar a participação coletiva na escola.

Caso você concorde na participação do menor vamos fazer as seguintes atividades com ele procedimentos simples que envolvem a aplicação de questionários em formulários não identificados e depois uma entrevista. . Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: identificar impactos prejudiciais ao desenvolvimento na sua vida escolar que talvez não venham a ser respondidos pela pesquisa. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, faremos uma pesquisa focada no objetivo de identificar as formas de participação do colegiado escolar, sem, nos instrumentos utilizados, fazer a identificação de seu nome. A pesquisa pode ajudar a construir ações escolares de decisão participativa que beneficiem o maior número de alunos o possível, através de um bom exercício da coletividade e decisões de gestão partilhada com os alunos.

Ele terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Você como responsável pelo menor poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento. Mesmo que você queira deixá-lo participar agora, você pode voltar atrás e parar a participação a qualquer momento. A participação dele é voluntária e o fato em não deixá-lo participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que ele é atendido. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O nome ou o material que indique a participação do menor não será liberado sem a sua permissão. O menor não será identificado em nenhuma publicação.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em deixá-lo participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Araguari, 15 de Março de 2018.

Assinatura do (a) Responsável

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: ALINE FERREIRA RODRIGUES

Campus Universitário da UFJF

Faculdade/Departamento/Instituto: PPGP – CAED - UFJF

CEP: 36036-900

E-mail: aliner.mestrado@caed.ufjf.br

APÊNDICE K – MODELO DE TERMO DE ASSENTIMENTO ENVIADO AOS ALUNOS MENORES DE 18 ANOS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “OS COLEGIADOS ESCOLARES E O DISCURSO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: a situação da participação em uma escola estadual de Minas Gerais”. Nesta pesquisa pretendemos compreender a situação da participação da comunidade escolar (membros do colegiado e demais indivíduos que se relacionam com a escola. . O motivo que nos leva a estudar esse objeto é a hipótese de que ferramentas de gestão democrática efetiva podem promover e qualificar a participação coletiva na escola.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: a aplicação de um questionário sem a identificação de seu nome e após, uma entrevista para embasarmos nossa pesquisa. Todos os procedimentos serão realizados em local que mais lhe for favorável, sem prejuízo de sua carga horária escolar. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: identificar impactos prejudiciais ao desenvolvimento na sua vida escolar que talvez não venham a ser respondidos pela pesquisa. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, faremos uma pesquisa focada no objetivo de identificar as formas de participação do colegiado escolar, sem, nos instrumentos utilizados, fazer a identificação de seu nome. A pesquisa pode ajudar a construir ações escolares de decisão participativa que beneficiem o maior número de alunos o possível, através de um bom exercício da coletividade e decisões de gestão partilhada com os alunos.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada.

Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Araguari, 15 de março de 2018.

Assinatura do (a) menor

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Nome do Pesquisador Responsável: ALINE FERREIRA RODRIGUES

Campus Universitário da UFJF

Faculdade/Departamento/Instituto: PPGP – CAED - UFJF

CEP: 36036-900

E-mail: aliner.mestrado@caed.ufjf.br